











**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Estado de São Paulo**

melhor forma de direito nomeia e constitui por seus bastantes procuradores: **ALEX MARTINS SALGADO**, brasileiro, divorciado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº 28555382-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 267.046.658-38; **ANDRÉ MEIRINO NIGRO**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 97214548, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 028.995.577-77; **ALEXANDRE MACHADO SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 501.125.255, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.013.437-35; **ANDERSON DE OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº M-5991545, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 017.590.427-81; **ANDERSON EMANUEL DE AZEVEDO GONÇALVES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 07042238-1, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 010.212.667-44; **FÁBIO SARNO BALLADI**, brasileiro, casado, arquiteto, portador do documento de identidade nº 22.231.501-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 273.924.208-52; **FELIPE AUGUSTO FERRAZ DE CAMPOS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 286348329, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 281.528.568-19; **FLÁVIO CINTRA GUIMARÃES**, brasileira, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 1158676, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 490.603.251-68; **LEO IVAN PETERSEN JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 1013778954, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 378.339.440-68; **RICARDO PEDRETI CHAGAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 167973137, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 194.262.568-57; **RODRIGO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 1.217.063-1, expedido pela SSP/AM, e inscrito no CPF/MF sob o nº 601.791.712-91; **WALTEMIR OKIDA VIEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 18.883.594-5, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 132.906.448-80; **ADRIANA FEDERICO CALMON**, brasileira, casada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 18.276.029-7, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 129.138.038-81; **AIX ANDRE MACHADO CORREA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 23058598-X, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 252.665.818-75; **ALAN RICARDI LARANJEIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 196700413, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.375.929-66; **ALESSANDRA OLIVEIRA JUNQUEIRA**, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade nº 228843194, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 184.634.518-96; **ALESSANDRO SOARES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, formado em ciências da computação, portador do documento de identidade nº 256610897, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 168.288.308-65; **ALEX EDUARDO DE FREITAS**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 21993730, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 070.661.598-02; **ALEXANDRE BARRETO DA GAMA FREITAS**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 059.75.287-3, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 806.279.787-20; **ALEXANDRE BORTULUCI**, brasileiro, casado, arquiteto urbanista, portador do documento de identidade nº 1213769, expedido pela SSP/ES, e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.948.258-70; **ALEXANDRE CSISZER PAIN**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade nº 42512087, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 611.884.339-20; **ALEXANDRE FREITAS DA SILVA**, brasileiro, casado, sociólogo, portador do documento de identidade nº 1770578, expedido pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 363.298.944-34; **ALEXANDRE MARQUES ANHAIA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 14380017, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.263.178-32; **ALEXANDRE ORNELAS FORGANES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 16246957-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 098.025.368-30; **ANDERSON DIAS FONSECA**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº 227357504, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 152.671.158-35; **ANDRÉ LUIZ MOREIRA ROLIM**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº 94008000130, expedido pela SSP/CE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 619.538.063-68; **ANDRÉ VARTAN FERREIRA KELESOGLU**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 10848905-5, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.814.947-90; **ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, mercadóloga, portadora do documento de identidade nº 3079109264, expedido pelo SJS/RS/RS, e inscrita no CPF/MF sob o nº 822.144.090-68; **ANIBAL FELIPE SCHREINER**, brasileiro, casado, bacharel em sistemas de informação, portador do documento de identidade nº 81707294, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.545.259-82; **ARIEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, bacharel em sistemas de informação, portadora do documento de identidade nº 283644, expedido pela SSP/AP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 794.073.312-53; **BERNARDO BRAYNER DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, formado em relações públicas, portador do documento de identidade nº 5744661, expedido pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.362.184-02; **CARLOTA BRAGA DE ASSIS LIMA**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 630.486, expedido pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 613.174.201-44; **CLAITON MERG CARVALHO**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 5016055898, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 404.943.900-00; **CLAUDIA DA SILVA LÉO**, brasileira, divorciada, publicitária, portadora do documento de identidade nº 22.696.572-7, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 143.399.538-73; **CLÁUDIO RIBEIRO DE JESUS**, brasileiro, casado, administrador,

A rectangular notary stamp with a green and blue background. The text "3º TABELIÃO DE NOTAS - S- AUTENTICAÇÃO" is at the top. Below it is "Eduardo da Silva Ressurreição - Tabelião". The address "Av. SÃO LUIS, 192 L. 23/24 - Tel. (11) 3120-8600" is to the right. In the center, the date "22 JUL. 2019" is stamped over the signature. To the right, there's a vertical column with "SELOS POR VERBA" and the number "113340". At the bottom, it says "Autentico a presente cópia Reprográfica conforme o original a mim apresentado na parte reproduzida, do que dou fé, JOÃO CARLOS DOMINGOS - Escrivão". A QR code is at the bottom right, and the number "AU1064AY0468611" is printed vertically along the right edge.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34º SUBDISTRITO DE  
CERQUEIRA CESAR  
SÃO PAULO - SP  
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO  
OFICIAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA

portador do documento de identidade nº 241703347, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 153.320.688-08; **CLEBER PINHEIRO LIMA**, brasileiro, casado, matemático, portador do documento de identidade nº 1041332741, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 652.051.030-00; **CRISTIANO VELOSO SOUZA MENDES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº MG 6076799, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 037.204.176-03; **DANIELE SOPHIA SARMENTO**, brasileira, divorciada, bacharel em relações públicas, portadora do documento de identidade nº 25.909.382-8, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 188.182.328-86; **DIEGO FRANCISCO BRASIL DE SOUZA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 1080294422, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 808.805.680-20; **DUCLERC GUIMARÃES DAVID LADEIA**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 3.481.132, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 809.761.821-49; **EDGAR RODRIGUES GIAGIO**, brasileiro, casado, marketing, portador do documento de identidade nº 293486803, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 280.614.888-09; **ÉRICA DO NASCIMENTO DE NÁPOLES**, portuguesa, casada, publicitária, portadora do documento de identidade nº V4964483, e inscrita no CPF/MF sob o nº 052.073.087-93; **ERICA REIS DE MELO COUTRINS**, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade nº 3413850, expedido pela SSP/GO, e inscrita no CPF/MF sob o nº 879.849.111-34; **FABIA MARIA MENDONÇA MARTINS**, brasileira, casada, analista de sistemas, portadora do documento de identidade nº 3135659, expedido pela SSP/GO, e inscrita no CPF/MF sob o nº 845.461.821-04; **FABIO ANTUNES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 571199020, expedido pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 924.043.245-00; **FÁBIO COSTA DA ROCHA AZEVEDO**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 114368681, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.400.277-56; **FABIO DE CAMARGO PENTEADO SILVA**, brasileiro, casado, formado em tecnologia da informação, portador do documento de identidade nº 189669238, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 146.471.568-85; **FABIO HENRIQUE TRINDADE FERREIRA**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador do documento de identidade nº 24.427.959-7, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 248.331.408-29; **FÁBIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 27.638.106-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 267.221.148-56; **FABIO PRADO BACHA**, brasileiro, solteiro, bacharel em ciência da computação, portador do documento de identidade nº 236692975, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 199.463.888-55; **FABIO ROBERTO PERES**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador do documento de identidade nº 29232788, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 196.435.628-83; **FABIO SANTIEGO FIONDA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 109280339, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.941.357-94; **FERNANDO DA COSTA DUSCHITZ**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 6067816972, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 893.657.120-68; **FIRMINO SANCHES NETO**, brasileiro, casado, químico, portador do documento de identidade nº 41811540-0, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 328.127.498-65; **FRANZ SCHUBERT DE MORAES**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº M4921727, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 736.652.236-87; **GISELE CRISTINA GARCIA JORGETTI**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 216364754, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 166.905.978-22; **GISELE DE RAMOS MELO**, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade nº 3763145, expedido pela SSP/GO, e inscrita no CPF/MF sob o nº 913.426.781-68; **GLAUBER GELMI BRASIL**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 289078891, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 331.039.168-09; **GUILHERME AUGUSTO DE SOUZA SIQUEIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº M8812132, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.114.336-36; **GUILHERME BARTHOLOMEU SARUBI**, brasileiro, casado, formado em sistemas de informação, portador do documento de identidade nº 24874365X, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 318.564.098-56; **GUILHERME SARNO BALLADI**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 22.213.502.5, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 287.392.418-74; **GUSTAVO SOBREIRO GONÇALVES**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 339435811, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 297.041.528-33; **HELEN VIEIRA MICERIN**, brasileira, casada, tecnóloga em construção civil, portadora do documento de identidade nº 34533418-8, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 295.769.848-07; **HUBERTI EDNILSON DA COSTA PINTO**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 8048901873, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 661.341.700-97; **IGARA TAARI COUTINHO LEAO**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 691406340, expedido pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 689.235.545-53; **ILDEBRANDO PINTO APARECIDO JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 183182704, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 258.674.898-09; **JAQUELINE DIAS COSTA DUARTE**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 4075408452, expedido pela SSP/RS, e inscrita no CPF/MF sob o nº 822.106.750-49; **JEFFERSON MARTINS MADUREIRA**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 4142963, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 993.152.461-87; **JOÃO GERALDO DE SOUZA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. OBRIGUE ADULTERACAO. BASURA OU ERROADA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO.



Brasão Internacional  
João Nossa Senhora Lourdes  
(fundado em 1948)

10282602383118.000057445-3

3.º TABELIÃO DE NOTAS - S. PAULO  
AUTENTICAÇÃO  
Eduardo da Silva Ressurreição - tabelião interino  
RUA FREI CANECA, 371 - CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO - SP - CEP 01307-001  
FONE/FAX: 11-31551433 / 11-31551430  
22 JUL. 2019

COLUNA NOTARIAL DO BRASIL	Autenticação	Reprografia conforme o original a não menor que a parte reproduzida, do que dou fé.
ESTADO DE SÃO PAULO		
11334.000-CAR		
X-PRO-SOM		
AUTENTICAÇÃO		
DOMINGOS - Escrivente		
UM SELO DE AUTENTICIDADE		
AU1064AY0468612		

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Estado de São Paulo**

nº 935.191, expedido pela SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob o nº 595.148.091-49; **JOAO RODRIGO ANTUNES FERREIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 241036392, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 290.754.518-30; **JOSE EUSTÁQUIO MENDONÇA DA FONSECA**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 5.432.697, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 731.577.596-04; **JOSÉ OSCAR AZEVEDO JUNIOR**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 299123625, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.860.479-88; **JOSE RENATO BONATES CORREA**, brasileira, casado, comerciário, portador do documento de identidade nº 7872189, expedido pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 598.350.952-72; **JUAN ANTONIO GARCIA GÓMEZ**, brasileiro, casado, engenheiro de telecomunicações, portador do documento de identidade nº 099240145, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.694.897-63; **KAMILA LIMA CARVALHO**, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade nº 558033003, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 791.173.842-49; **KARINA DE CARVALHO E SILVA**, brasileira, casada, pedagoga, portadora do documento de identidade nº 2452762, expedido pela SSP/PA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 425.686.412-15; **LEANDRO SINKOVITS**, brasileiro casado, tecnólogo, portador do documento de identidade nº 233341626, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 283.920.858-09; **LEONARDO ASSIS DE SOUZA**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 11069106, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.953.446-99; **LETICIA SANDRINE GONÇALVES MUZZI**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 42632315, expedido pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 042.339.439-80; **LIDSON JOSE ROCHA SILVA**, brasileira, casada, administrador, portadora do documento de identidade nº 90002030247, expedido pela SSP/CE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 589.860.223-20; **LILIAM ELISABETH DE LIMA ROSA**, brasileira, casada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 29.287.307-4, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 279.218.028-50; **LUCIANO ANDRADE**, brasileiro, casado, comerciário, portador do documento de identidade nº 9019706333, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 590.188.440-04; **LUCIANO POMPEO PASQUALINI**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 117667080, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 060.800.008-65; **LUIS AUGUSTO SANDER**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 1035522646, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 587.739.750-87; **LUIS OTAVIO CAVALCANTI MONTIBELLO**, brasileiro, casado, formado em marketing, portador do documento de identidade nº 4664376, expedido pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 770.673.204-53; **LUIZ SERGIO MOTA MAGALHÃES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 5466627, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 758.524.706-00; **MARCELO ALEXANDRE LAURATO**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 345805963, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 223.705.928-42; **MARCELO ATAÍDE DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 73904951, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 271.741.152-68; **MARCELO DA SILVA ASSUNÇÃO**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 18.304.607, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 094.620.888-37; **MARCELO DE ALMEIDA BUCANEVE**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 6089013, expedido pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 752.606.629-20; **MARCELO DE LIMA TARDIVO**, brasileiro, casado, formado em relações públicas, portador do documento de identidade nº 328466608, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 294.313.248-90; **MARCELO GONÇALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 19.502.368-7, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 166.491.058-13; **MARCELO IACABO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 18.501.873, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.369.358-10; **MARCELO RABETTI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 20.316.533-0, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.481.278-66; **MARCIO DANilo DE SÁ**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador do documento de identidade nº 16.542.834, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 152.499.018-32; **MÁRCIO SANCHOTENE IRIZAGA**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 3081770442, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 692.630.860-87; **MÁRCIO SANTOS DA CUNHA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 110653979, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 051.775.397-92; **MARCOS PEREIRA DE SOUSA**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 4102090, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 929.136.951-91; **MARCOS ROBERTO MIYATA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 330506390, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 282.783.378-61; **MARIANA FERREIRA**, brasileira, solteira, economista, portadora do documento de identidade nº 348931116, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 344.626.888-05; **MARIANA VIEIRA RANGEL NUNES**, brasileira, solteira, engenheira, portadora do documento de identidade nº 08109314-8, expedido pelo IFP/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 051.481.137-40; **MAURICIO GIANOTTI LUSTRE**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 18.436.062-6, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.259.118-97; **MAYKEL DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 2083487, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 724.105.661-20; **MONICA DE LIMA SILVA**, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade nº 0821159909, expedido pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 780.775.085-53; **NEY BERRIO**



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34º SUBDISTRITO DE  
CERQUEIRA CESAR  
SÃO PAULO - SP  
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO  
OFICIAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA

**SGOBBI**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 155053073, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 063.323.488-52; **ORIVAL AIRTON TRAJANO DOS REIS**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 4027732512, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 392.100.570-15; **ORLAN ALVES CARDOSO**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 289478, expedido pela SSP/TO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 829.553.791-15; **OTÁVIO PAVONE DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 49729529, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.381.919-06; **PAULO CEZAR COSTA MENEZES**, brasileiro, casado, químico industrial, portador do documento de identidade nº 43336908, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 709.791.469-68; **PAULO SEVERINO DA SILVA**, brasileiro casado, administrador, portador do documento de identidade nº 5741466, expedido pelo SDS/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 030.328.074-33; **RAISINS ROGERIO BRAGA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do documento de identidade nº 13823698, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 055.822.208-01; **RAPHAEL HENRIQUE DE ALMEIDA COSTA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 32.352.929-x, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 313.452.798-76; **REGIANE DE JESUS SILVEIRA PISSUTTI**, brasileira, casada, publicitária, portadora do documento de identidade nº 271577290, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 256.107.508-73; **RENATO DE OLIVEIRA SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 19392910, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.926.148-66; **RICARDO JOSE FIGUEIRA**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 19520511, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 126.842.408-09; **RODRIGO RODRIGUES BALLERONI**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 276000535, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 220.637.588-59; **RODRIGO TIRELLO**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 9073755051, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 941.392.450-34; **ROGERIO PUERTA LOPES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 1.838.401-2, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 123.068.688-67; **ROMULO SALES RAGASSI**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 26.211.160-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 180.256.888-36; **RONES ALVES MACHADO PORTELA**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do documento de identidade nº 138850094, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 031.743.458-63; **SARA REGINA COUTO MOTA**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 3059328, expedido pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 004.361.699-24; **SERGIO CHEREZ PAVIA**, brasileiro, casado, formado em propaganda e marketing, portador do documento de identidade nº 336045050, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 272.784.788-20; **SILVIA AYUMI MORIOKA**, brasileira, solteira, engenheira, portadora do documento de identidade nº 278745702, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 219.914.658-82; **SILVIO AMERICO DE SOUSA MELO**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 7.615.288, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.861.906-61; **SINOMAR MOTA VIEIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 2043464DGPC, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 547.834.291-20; **TANIA ROSA CAMPOS**, brasileira, solteira, tecnóloga em hotelaria, portadora do documento de identidade nº 3455052, expedido pela SSP/GO, e inscrita no CPF/MF sob o nº 867.188.351-53; **THAISA MAZZEI SABOIA**, brasileira, casada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 30.294.465-5, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 303.685.828-84; **THIAGO BRUNO FERNANDES**, brasileiro, casado, formado em ciências da computação, portador do documento de identidade nº 439862139, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 312.878.558-90; **VALTER FERNANDES DE ABREU**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 193914554, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 174.309.268-78; **VINICIUS ROSSI PASCHOAL**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 20621759, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.309.948-08; **VIVIAN RAQUEL LOPES**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 256420472, expedido pela SSP/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 221.000.118-80; **WALDYRLEY ANDRADE DE SOUZA**, brasileiro, casado, tecnólogo em telecomunicações, portador do documento de identidade nº 70569769, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 861.210.497-15; **WELLINGTON ROSA DE ABREU**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 107.65684-5, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.473.366-29; **WELLINGTON XAVIER DA COSTA**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 3516308, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 887.321.001-59; **WILLIAN TEIXEIRA JOÃO**, brasileiro, casado, fisioterapeuta, portador do documento de identidade nº 17.701.201-X, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 276.300.558-62; **ABILIO PINTO PIRES NETO**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 1721893, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 027.163.499-59; **ADALBERTO BALLO PEREIRA**, brasileiro, casado, matemático, portador do documento de identidade nº 13.792.571-2, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 063.508.738-31; **ADRIANA VITALE**, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade nº 231476048, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 136.678.968-75; **ALBANIZA TEREZA PEREIRA PESSOA**, brasileira, casada, secretária executiva, portadora do documento de identidade nº 4873183, expedido pela SSP/PE, e inscrita no CPF/MF sob o nº 996.120.204-00; **ALEXANDRE SILVA MARTINS**, brasileiro, casado.

10282602383118.000057446-1

RUA FREI CANECA 371 - CONSOLAÇÃO  
SÃO PAULO - SP CEP 01307-001  
FONE/FAX: 11-31555433

3.º TABELIÃO DE NOTAS - S. PAULO  
AUTENTICAÇÃO  
Eduardo da Silva Ressurreição - Tabelíano Notário  
S. LUIS, 192 L. 23/24 - Tel. (11) 3120-0000

22 JUL. 2019



COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL  
ESTADO DE SÃO PAULO  
S. LUIS, 192 L. 23/24 - Tel. (11) 3120-0000  
AUTENTICAÇÃO  
VALTOS  
COM SELO DE AUTENTICIDADE

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Estado de São Paulo**

administrador, portador do documento de identidade nº 16.315.848-4, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 131.501.228-64; **ALINE CARVALHO FAVA**, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade nº 30.602.742-2, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 221.813.738-09; **ALINE DE ALCÂNTARA SOUZA**, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade nº 1117874, expedido pela SSP/SE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 954.268.095-34; **ALINE MONTEIRO CARDOSO**, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade nº 1808651, expedido pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 699.019.881-87; **AMANDA DA SILVA CAMILO**, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade nº 429313354, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 304.635.158-54; **AMANDA SILVA OLIVEIRA**, brasileira, divorciada, bacharel em direito, portadora do documento de identidade nº 328539806, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 225.439.988-88; **ANA PAULA ARRUDA**, brasileira, solteira, bacharel em direito, portadora do documento de identidade nº 25.512.426-0, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 270.161.608-58; **ANDRE FERNANDO MACHADO**, brasileiro, casado, bacharel em marketing, portador do documento de identidade nº 20.116.176-X, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 158.657.998-35; **ANDREIA MAGGESI ALVES**, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade nº 27.368.886-8, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 272.955.888-84; **ANTONIO JOSÉ GUERRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, economista, portador do documento de identidade nº 8.817.360-4, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 059.470.358-12; **ANTONIO WELLINGTON ARAUJO DO NASCIMENTO**, brasileira, casado, formado em propaganda e marketing, portador do documento de identidade nº 644898, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 248.140.831-49; **BRUNO AGNELLO PEGORARO**, brasileiro, casado, gestor ambiental, portador do documento de identidade nº 322307016, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 224.317.348-46; **BRUNO DE AGUIAR MARTINS**, brasileiro, solteiro, tecnólogo telecomunicações, portador do documento de identidade nº 124578055, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 098.922.877-03; **BRUNO ROSSO BATISTA**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 4509816, expedido pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 066.070.359-90; **CAMILA MORAES AONO**, brasileira, solteira, formada em sistemas de informação, portadora do documento de identidade nº 44.229.677-0, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 335.177.238-60; **CAMILA RUSKE DE SOUZA**, brasileira, casada, formada em sistema de telecomunicações, portadora do documento de identidade nº 3359535, expedido pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 024.387.979-24; **CAMILO JOSÉ GASparetto**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 98981446, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.474.119-56; **CARLOS DAVI ZEMOR**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 8055917762, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 538.409.170-34; **CARLOS EDUARDO KATO MARINI DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 16.662.606-5, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 181.198.528-93; **CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA MACHADO**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade nº 100246800, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 070.056.257-57; **CINTIA SALDANHA MENDES DE AGUIAR**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 5745628, expedido pela SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 842.974.686-20; **CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA GOMES GOUVEIA**, brasileira, casada, tecnóloga em administração, portadora do documento de identidade nº 19.302.388-X, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 125.973.708-01; **CLÁUDIO PEREIRA COSTA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 22112519, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 979.909.227-20; **CRISTIANE LIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do documento de identidade nº 6887920, expedido pelo SDS/PE, e inscrita no CPF/MF sob o nº 055.964.454-01; **CRISTIANE VERONEZE PAES**, brasileira, solteira, engenheira, portadora do documento de identidade nº 278127526, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 286.722.698-88; **CRISTINA BERNARDIS ROSA**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº M7226072, expedido pela SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 004.080.106-30; **DANIEL VIEIRA LOREVICE**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 24.340.983-7, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 167.200.688-06; **DANIELLA AIELLO**, brasileira, casada, psicóloga, portadora do documento de identidade nº 182957706, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 177.965.698-07; **DANIELLE PANTOJA SILVA**, brasileira, solteira, engenheira, portadora do documento de identidade nº 325228541, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 395.240.378-40; **DANILO NOGUEIRA SANTIAGO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 09921753, expedido pela SSP/AM, e inscrito no CPF/MF sob o nº 069.598.837-92; **DÉBORA ALINE MEDEIROS DE OLIVEIRA ALVES**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 30473837, expedido pela SSP/AM, e inscrita no CPF/MF sob o nº 694.776.392-49; **DENILSON CÉSAR GONÇALVES**, brasileiro, separado, tecnólogo de sistemas de informação, portador do documento de identidade nº 21.922.450, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 160.132.868-09; **DOUGLAS DANTES DE MORAES**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 1039318, expedido pela SSP/ES, e inscrito no CPF/MF sob o nº 031.195.917-26; **EDI MARCOS DA SILVA**, brasileiro, casado, marketing, portador do documento de identidade nº 23.272.518-4, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 177.135.348-14; **EDUARDO FERNANDO SOUSA FERRAZZI**, brasileiro, solteiro, formado em sistema de informação, portador do documento de identidade nº 192771905, expedido pela SSP/SP, e inscrito



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34º SUBDISTRITO DE

CERQUEIRA CESAR

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO

OFICIAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA

279

no CPF/MF sob o nº 306.783.178-01; **EDUARDO ROEDEL KOHLER**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 2265078, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.104.351-51; **ELDER MONTEIRO DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 164312298, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 097.265.388-07; **ELISÂNDRA MARIA DA SILVA**, brasileira, divorciada, publicitária, portadora do documento de identidade nº 36.745.840-8, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 973.185.076-72; **EMERSON SOUZA SALES**, brasileiro, solteiro, mercadólogo, portador do documento de identidade nº 679.463.801, expedido pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 951.304.035-68; **EMILIA PITANGA SAMPAIO METTIG**, brasileira, casada, economista, portadora do documento de identidade nº 342609009, expedido pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 565.486.565-04; **EVANDRO ALMEIDA CUNHA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 08.485.858-8, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.302.317-29; **EVANDRO OLIVEIRA MOREIRA**, brasileiro, solteiro, tecnólogo em gestão comercial, portador do documento de identidade nº 205820400, expedido pela SSP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 105.692.837-95; **EVERTON VALDINEI DISTASSI**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade nº 24.232.682-1, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 102.904.038-98; **FABIANO MITSUYUKI YOSHIDA**, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, portador do documento de identidade nº 25301220x, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 259.549.918-12; **FABIO CAMPOS**, brasileiro, casado, formado em marketing, portador do documento de identidade nº 193610206, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 165.966.488-85; **FÁBIO GONÇALVES DOS REIS**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 451832322, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 324.584.258-95; **FERNANDO ESTEFANO SIMIONATO CARDOSO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 23.123.320-6, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 120.809.128-01; **FILIPE PAULINO GRIPA**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 70.754.948-5, expedido pelo SJS/RS/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.730.650-05; **FRANCIELE CALDIN**, brasileira, casada, administradora, portador do documento de identidade nº 000656617, expedido pela SSP/RO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.346.749-96; **FRANCISCO RAFAEL CRESCENTE**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 05.426.481-7, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 724.673.047-87; **GILBERTO SOARES GALVAO**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 14.263.866-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 060.876.308-05; **GIOVANI RICARDO MARTINS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 254793186, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 246.848.358-80; **GLEDSON JAMES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº 6.134.504-3, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 019.019.899-09; **GUSTAVO DE SOUZA CACELLA**, brasileiro, casado, engenheiro em telecomunicações, portador do documento de identidade nº 119066512, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 089.938.507-98; **HELIOS BENSUASKI JUNIOR**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 21.246.323-8, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.367.557-03; **HELOISA HELENA PENA**, brasileira, solteira, pedagoga, portadora do documento de identidade nº 10502246, expedido pela SSP/MT, e inscrita no CPF/MF sob o nº 015.537.888-00; **IEDA BARROS CARBONEL**, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade nº 146576299, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 022.865.328-26; **JAQUELINE ALVES DOS SANTOS**, brasileira, divorciada, tecnóloga em recursos humanos, portadora do documento de identidade nº 320886098, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 216.309.568-13; **JESSE HARION OLIVEIRA DE BRITO**, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 6716441, expedido pela SSP/PA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.683.832-07; **JOÃO RODRIGUES DAS NEVES NETO**, brasileiro, divorciado, formado em gestão comercial, portador do documento de identidade nº 1078286927, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.240.310-61; **JOÃO WALTER SOLONCA**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 117673432, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 034.329.028-67; **JORGE MIGUEL DO NASCIMENTO DANTAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 83105959-2, expedido pelo CREA/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 752.093.907-30; **JOSE CARLOS WANDERLEY BRAGA ROCHA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 5732118, expedido pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.444.544-83; **JOSÉ PAULO MIRI**, brasileiro, solteiro, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 1071560211, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.313.230-08; **JULIO ADALTO TIEZZI JUNIOR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 22.015.074, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 121.135.888-70; **KEILI GONÇALVES CHAGAS DE SOUSA**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 70.500.639, expedido pela SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº 023.175.509-01; **KOOZO YOSHIMOTO**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 17.896.728-2, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 093.961.518-58; **LEANDRO DOS SANTOS VIEIRA**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 2044841, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 716.258.871-91; **LEONARDO QUEIROZ VELOSO**, brasileiro, divorciado, tecnólogo em marketing, portador do documento de identidade nº 5128531, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 965.654.896-53; **LUIS FERNANDO BORRO**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade nº 10282602383118.000057447-0

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUADRO DE AUTENTICAÇÃO. NENHUMA OU ERRO NA DOCUMENTAÇÃO.



RUA FREI CANECA 371 - CONSOLAÇÃO  
SÃO PAULO - SP CEP 01307-001  
FONE/FAX: 11-31551433

22 JUL. 2019

TABELAO DE NOTAS - S. PAULO

AUTENTICAÇÃO

Eduardo da Silva Ressurreição - Tabelião Titular

Av. SÃO LUIS, 192 L. 23/24 - Tel. (11) 3120-9600

S. Paulo

P.R. RJ

RS. 260



AU 1064AY0468610

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Estado de São Paulo**

identidade nº 123960009, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 117.274.288-03; LUIS GUILHERME BIANCHIN, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 92456406, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.267.348-60; MARCELA MARQUES DE SOUZA, brasileira, solteira, formada em ciências da computação, portadora do documento de identidade nº 297088208, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 828.793.465-68; MARCELLO GAMITO MENDES, brasileiro, casado, tecnólogo em comunicação e tecnologia, portador do documento de identidade nº 15.951.844, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.250.838-88; MARCELO APARECIDO PARRIAL, brasileiro, solteiro, psicólogo, portador do documento de identidade nº 40.054.652-8, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 318.754.128-32; MARCELO PIMENTEL DE MESQUITA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 91135640, expedido pelo Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.375.807-89; MARCOS ALMEIDA, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 14.978.590-2, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 083.881.028-42; MARCOS ROBERTO SOARES JR, brasileiro, divorciado, bacharel em filosofia, portador do documento de identidade nº M4980124, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 118.390.388-02; MARCOS VINICIUS BOLZAN, brasileiro, casado, formado em gestão comercial, portador do documento de identidade nº 44774415X, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 384.733.198-18; MARCUS VINICIUS BARÇANTE DE MOURA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 10892295, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 050.274.906-74; MARIA CLARA POIO D'OLIVEIRA BRESSAN, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 11.091.093-X, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 032.954.408-08; MARIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA BRIETZKE, brasileira, casada, formada em relações públicas, portadora do documento de identidade nº 8009018121, expedido pela SSP/RS, e inscrita no CPF/MF sob o nº 366.649.600-87; MARIA CRISTINA CASTELLOES E CASTRO RINCON, brasileira, casada, engenheira elétrica, portadora do documento de identidade nº MG 5416788, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 971.894.806-68; MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA, brasileira, casada, administradora, portador do documento de identidade nº 11089153, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.039.666-71; MARIA IZABEL CRISTINA MENDES LOPES, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 6198122, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 796.070.126-15; MARIA LOURDES PAPA CASAGRANDE, brasileira, casada, matemática, portadora do documento de identidade nº 11.002.135-6, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 031.643.388-80; MARTA ELOISA OLIVEIRA, brasileira, solteira, pedagoga, portadora do documento de identidade nº 29.545.850-1, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 223.166.468-24; MICHEL CORREA DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 257043500, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 277.022.548-07; NAIARA BONFIM DE SANTANA, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do documento de identidade nº 0748886842, expedido pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 009.649.045-43; NELSON VERPA JUNIOR, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 9.340.006-8, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.468.738-09; ORLANDO DE ANTONIO JUNIOR, brasileiro, separado, administrador, portador do documento de identidade nº 193800007, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 133.609.568-77; PABLO DO VALE FERNANDES, brasileiro, casado, mercadólogo, portador do documento de identidade nº 22256385, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 263.329.628-95; PATRICIA DE ARAUJO PEREIRA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 301.504.098-77; PATRICIA FERREIRA TEIXEIRA NETTO GRANDE, brasileira, casada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 2875289, expedido pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 074.903.177-89; PATRÍCIA HELENA RODRIGUES FREIRE FERREIRA, brasileira, casada, jornalista, portadora do documento de identidade nº 983174, expedido pela SSP/MS, e inscrita no CPF/MF sob o nº 921.625.411-49; PAULA CAMILA MENDONÇA DE AMEIDA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 27997499, expedido pela SSP/AM, e inscrita no CPF/MF sob o nº 715.930.472-15; PAULO AFONSO CALADO JUNIOR, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 92.006.021.59-1, expedido pela SSP/CE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 526.339.933-20; PAULO EDUARDO CESAR, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 7.906.000-6, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.534.088-07; PAULO ROBERTO CEIA BRAVO, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade nº 41204066, expedido pelo Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 615.438.617-68; PAULO ROGÉRIO DOS SANTOS, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 14.263.890-0, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 091.756.318-22; REGINA JARA MOTTA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 155612840, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 037.303.838-09; RENATA SIMIONATO CARDOSO, brasileira, casada, bacharel em direito, portadora do documento de identidade nº 44.559.750-1, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 366.012.348-00; RENATO RESENDE PONTES, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 6356921, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 011.899.476-09; RICARDO AUGUSTO PINTO, brasileiro, casado, comunicador social, portador do documento de identidade nº 15.783.347, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 101.257.328-13; ROBERTA CAPP PACHECO SALEH, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 218705141, expedido



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34º SUBDISTRITO DE  
CERQUEIRA CESAR  
SÃO PAULO - SP  
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO  
OFICIAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA

pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 137.781.628-10; **RODRIGO INACIO RANGEL DOS SANTOS**, brasileiro, casado, formado em ciência da computação, portador do documento de identidade nº 3009067, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 796.435.661-53; **ROGERIO AUGUSTO ALTAFINI TRANI**, brasileiro, casado, bacharel em ciências da computação, portador do documento de identidade nº 23.380.101-7, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 182.054.248-37; **ROSENILDA DA COSTA**, brasileira, solteira, tecnóloga em gestão de pessoas, portadora do documento de identidade nº 28.520.860-3, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 291.469.438-54; **RUBENS HIGA**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 177214089, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 056.332.848-79; **RUI SÉRGIO PAVARINO JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 25.082.798-0, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 184.452.858-82; **SANDERSON BENJAMIN ZILIO**, brasileiro, separado, administrador, portador do documento de identidade nº 1046517031, expedido pela SSP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 623.393.110-04; **SÉRGIO FREITAS RODRIGUES DE PAULA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do documento de identidade nº M8.954.907, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 038.117.736-07; **SEVERA ALVES CALHEIROS LUCATI**, brasileira, casada, analista de sistema, portadora do documento de identidade nº 263607239, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 009.472.547-06; **SIMONE DOS SANTOS**, brasileira, divorciada, tecnóloga em gestão comercial, portadora do documento de identidade nº 19.663.601-2, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 140.600.838-95; **TATIANE AUGUSTO ALMEIDA DA SILVA**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 297046998, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 286.235.628-01; **TATIANE MACHADO VONA**, brasileira, solteira, formada em marketing, portadora do documento de identidade nº 302944825, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 301.582.368-07; **TATIANE SILVEIRA DE ALMEIDA CAPUSSO**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora do documento de identidade nº 3562064, expedido pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 027.479.039-40; **THIAGO PONTES CAVALCANTE**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 20349114, expedido pela SSP/AM, e inscrito no CPF/MF sob o nº 902.518.492-87; **TONI ANGELO DE AGUIAR**, brasileiro, casado, tecnólogo em redes de computadores, portador do documento de identidade nº 340710548, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 276.713.148-97; **VALTER BENTO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, formado em marketing, portador do documento de identidade nº 30.282.574-5, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 312.852.668-03; **VANIA DINIZ ARAGÃO**, brasileira, casada, secretária executiva, portadora do documento de identidade nº 1584653, expedido pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 806.120.751-68; **VERANA CAUS DE SOUZA**, brasileira, casada, economista, portadora do documento de identidade nº 946446, expedido pela SSP/ES, e inscrita no CPF/MF sob o nº 024.706.877-21; **VERÔNICA ANGÉLICA PEREIRA**, brasileira, solteira, bacharel em direito, portadora do documento de identidade nº 32959414, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 282.910.758-67; **VIRGINIA DE BRITO LINS**, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 1636920, expedido pela SSP/PA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 064.502.452-04; **WANDERLEY LOPES JUNIOR**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 16.373.059-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 082.008.338-01; **WELLINGTON JOSÉ NOGUEIRA LOPES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 22887-D, expedido pelo CREA/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 345.714.266-15; aos quais conferem poderes para, individualmente, representarem as Outorgantes e suas filiais perante todas as empresas, órgãos e repartições públicas, entidades autárquicas, fundações e sociedades de economia mista nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, sempre no intuito de participar de certames licitatórios presenciais e/ou eletrônicos, inclusive no que se refere a consultas públicas e em casos de chamamentos públicos, podendo assim, ditos procuradores, apresentar documentos, formular lances verbalmente nos pregões presenciais, bem como formular lances eletrônicos, nos pregões eletrônicos, firmar declarações, assinar e apresentar credenciamento, inclusive de terceiros, que neste ato não se confunde com o substabelecimento vedado neste instrumento, propostas de prego e/ou técnica, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação e propostas, formular impugnações e pedidos de esclarecimento, passar recibos, rubrica de documentos, assinatura de listas de presença e atas, adesões a atas de registro de preço, desistência de prazos recursais, registrar ocorrências, submissão de pedido de reconsideração, interposição de recursos e contra-razões, e ofício, vistas dos Processos Administrativos e todo e qualquer documento correlato ao certame, podendo ainda representar perante o Tribunal de Contas da União – TCU, de seus respectivos Estados – TCE e de seus respectivos Municípios - TCM. Fica vedado o substabelecimento. O(s) Outorgado(s) constituído(s) ciente(s) de que ao se desligar(em) do quadro da Companhia, do qual faz(em) parte, não mais poderá(ão) exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados a partir da data de desligamento, sendo inclusive responsável(is) por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados em decorrência do desligamento. A presente procuração terá validade de 01 (um) ano a contar desta data. (Processum 131/2018). Emolumentos: R\$ 269,90; Ao Estado: R\$ 76,70; Secretaria da Fazenda: R\$ 52,48; Ministério Público: R\$ 12,96; Fundo Lei 10199/98: R\$ 14,20; Tribunal de Justiça: R\$ 18,52; A Santa Casa: R\$ 2,70; Iss: R\$ 5,76; Total: R\$ 453,22. Guia n. 064/2019. Assim o disse do que dou fé, me pediu que lhe lavrasse este instrumento, o qual lhe sendo feito e lido em voz alta, por estar conforme, outorga, aceita e assina. Eu, (a.)**LUIS CARLOS TAVARES DIAS SOARES**, Escrevente Autorizado, digitei, li, colhi a(s) assinatura(s), e Eu, (a.)**ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA**, Oficial, subscrevo e encerro o presente ato. **BRENO RODRIGO PACHECO DE OLIVEIRA | DAVID**



RUA FREI CANECA 371 - CONSOLAÇÃO  
SÃO PAULO SP CEP 01307-000  
FONE/FAX: 11.31551433

3.º TABELIÃO DE NOTAS - S. PAULO  
AUTENTICAÇÃO  
Eduardo da Silva Ressurreição - Tabelílio Interino

Av. SÃO LUIS, 192 L. 23/24 - Tel. (11) 3120-8800

S. Paulo, POR ATÓ

22 JUL. 2019

SELOS  
POR  
VERBA

22 JUL. 2019

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo

MELCON SANCHEZ-FRIERA | ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA, TRASLADA NA MESMA DATA, EU,  
(a.)  
público e raso.  
LUIS CARLOS TAVARES DIAS SOARES, Escrevente Autorizado, subscrovo e assino em

*Em test. da verdade Lui*

LUIS CARLOS TAVARES DIAS SOARES  
Escrevente Autorizado

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code  
impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>.  
Selo digital nº: 1153031PR00000003272219Y - Valor R\$: R\$ 453,22  
Selo digital nº: 1153031TR00000003285019P - Valor R\$: R\$ 0,00





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº:** 4616408

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 02/07/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, CNPJ: 02.558.157/0001-62, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 3 de julho de 2019.

**PEDIDO Nº:**

3806682





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria da Primeira Instância  
SPI 3 - Diretoria de Apoio Técnico

Rua Direita, 250 - 16º andar - sala 2017 - Fone 4135 6005 - CEP 01002-903 - São Paulo - SP



284

**MARINELE FEITOSA GUIMARÃES PAVÃO**, Diretora de Apoio Técnico da Secretaria da Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – SPI 3, atendendo a solicitação de

TELEFÔNICA BRASIL S/A  
CNPJ 02.558.157/0001-62

CERTIFICA para fins de Licitação Pública que as certidões de distribuição cível na Comarca de São Paulo são expedidas unicamente pelo Serviço de Certidão Estadual Civil – SCECV, nos termos da Portaria nº 9.614/2018, de 16/05/2018, atual denominação do Serviço Técnico de Informações Cíveis da Comarca de São Paulo, em face da unificação dos Cartórios de Distribuição Civil. CERTIFICA que são considerados em geral para a expedição de certidões todos os feitos em andamento cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas, Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo, nos termos do Comunicado SPI nº 22/2019. CERTIFICA FINALMENTE que, desde 05/05/2016, as certidões de distribuição cível, solicitadas pela internet e presencialmente, passaram a ter assinatura digital, nos termos do Comunicado SPI nº.23/2016. NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé.

Prazo de validade desta certidão: 90 dias

São Paulo, 03 de Julho de 2019.

Eu, (GILMAR BARBOSA DE MELO) Escrevente digitei.  
Eu, (SELMA APARECIDA PIMENTEL) Chefe de Seção Judiciário, conferi.  
Eu, (MARINELE FEITOSA GUIMARÃES PAVÃO) Diretora de Apoio Técnico da Secretaria da Primeira Instância – SPI 3, subscrevi.

Esta certidão é sem custas.



1

E E

JUICE SP PROTOCOLO  
0.218.948/19-0

4 – São Paulo, 129 (34)

F. LOPES

Telefónica

**Telefônica Brasil S.A.**

**Companhia Aberta**

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Telefônica Brasil", "Companhia" ou "Viver") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, e os pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Controle, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

## **1. Mensagem da Administração**

Nos últimos dois anos aceleramos o processo de transformação digital da Vivo. Não tenho dúvida de que estamos colaborando intensamente para a inserção do Brasil no mundo digital. Encerramos 2018 com 3,1 mil cidades cobertas com a tecnologia 4G, além de mil cidades com a tecnologia 4,5G que permitem transmissão de dados com velocidades ainda maiores. Mais de 85% da população brasileira já tem acesso às redes 4G da Vivo. Na fixa, a expansão seguiu com a mesma velocidade e levamos nossas rede de fibra para 30 novas cidades. De longe a maior expansão de fibra feita na América Latina. Terminamos o ano com mais de 19 milhões de residências brasileiras aptas a usar a fibra da Vivo, das quais 9 milhões com a mais moderna tecnologia FTTH. Mesmo em um ano marcado por incertezas, apresentamos um resultado financeiro constante: os nossos acionistas, parceiros e colaboradores. Passamos a um patamar superior de resultados, atingindo margem EBITDA recorrente de 31,8% no ano, mesmo tempo em que consolidamos 3 anos consecutivos de redução de custos. Somos referência também em inovação, e fomos capazes de acelerar ainda mais nossa geração de lucro operacional, possibilitando a criação de programas de recompensas para nossos colaboradores e seus familiares e amigos. Todas essas conquistas foram possíveis, em grande parte, graças ao trabalho de todos os 18 mil colaboradores da Companhia, que acreditaram no nosso projeto e nos apoiaram. Nossa estratégia é de continuidade, com foco na digitalização, que permeou todas as áreas da Companhia, e um forte imersão na realidade da nossa serviços. Em 2019 mantemos esta estratégia, agora guiados pelo **#RECONNECTA** - novo programa da Companhia com foco em crescimento e que norteará nossas ações nos próximos anos. Uma maneira nova de reitar ou o que já fazemos, e que acreditamos ser o futuro da Telefônica Brasil. O **#RECONNECTA** traz uma forma que busca a evolução, por meio de reformas e relevância que uma empresa tem no mercado e junto a seus clientes; uma empresa que cresce em receitas e que traz retorno, sem deixar de ser responsável socialmente. Tudo isso é gerado por meio da motivação de nossos colaboradores. Passo então a descrever brevemente nossa atuação em cada uma destas dimensões.

**II - RELEVÂNCIA** - Atendemos convicções de que a conectividade é o exigido do mundo digital. Para continuar a prover aos nossos clientes as melhores opções de conexão vamos investir R\$ 26,5 bilhões entre 2018 e 2020, conforme anunciamos durante nossa Investor Day em março de 2018, momento em que celebramos 20 anos de listagem na Bolsa de Nova York. Esse valor estará concentrado em aumentar nossa diferença expandindo oura única fibra óptica subterrânea em fibra e 4G. De fato, do valor anunciado, cerca de R\$ 7 bilhões são exclusivos para a expansão da rede de fibra. Somente em 2018 adicionamos 2 milhões de lares que passam a estar aptos a receber nossos serviços de fibra. Temos, ao final de 2018, cerca de 9 milhões de residências aptas e, até o final de 2020, serão 15 milhões.

E, juntamente, ainda, na oferta de um atendimento diferenciado e digital a nossos clientes. Investimos em Inteligência Artificial e Cognitiva, e lançamos a Aura, que trouxe uma nova experiência para os usuários, ajudando-os a gerenciar sua vida digital em tempo real, transformando dados em informação customizada para cada usuário.

A 4ª edição da experiência digital no ensino médio, procuramos encantar nossos clientes com as novas lojas da Viva, com um ambiente conectado, flexível, tecnológico, e com alto-relevância colaborativa e integrada. Ao longo desse ano, essa conceito de loja deverá ser replicado nas regiões Norte e Nordeste.

A proximidade com os nossos consumidores também foi refletida em nossas campanhas. Fomosmos que as pessoas vivemem menos no mesmo, e que reparamos 2018 com menos preconceito e mais empatia. Lançamos um novo posicionamento Institucional, o #Têmprorapturado. Com ele, corvadamos as pessoas a refletir, sem julgamentos, sobre o melhor uso da tecnologia. Cada conexão, seja tecnológica ou não, tem sua hora e deve ser vivida por inteiro.

**III - RECEITA** - Além da manutenção de nosso foco no crescimento de nossa base de clientes e monetização de nossos serviços de conexão de dados, continuaremos com a nossa estratégia de enriquecer a nossa oferida com conteúdos digitais. Fechamos, para o segmento residencial, parcerias com importantes players globais de conteúdo, como NBA, NFL, TIDAL, Amazon Prime Video, Netflix, dentre outros, impulsivando nossa receita nessa tornando mais relevantes junto aos nossos consumidores. No segmento de empresas, remetemosos a estratégia de crescimento de nossos serviços corporativos, que volta à base e também se estende para o atendimento de atacado em serviços digitais. Queremos que cada uma dessas empresas alinhadas a transformarem seu negócio. Em parceria com a E-commerce, Raizen e Estácio, vamos promover as tecnologias que colocaram o agronegócio no mundo da Internet das Coisas (Idt), apoiando-nos na ecossistema de inovação aberta. Em 2019 seguiremos com mais automação e maior aplicação da Idt, no mercado industrial.

com maior eficiência e maior agilidade no mercado corporativo. O EBITDA é o resultado da operação de negócios da Companhia, refletindo a gerência de caixa e produzir um excedente líquido de R\$ 400 milhões em custos digitalizados no Brasil. Nossa margem EBITDA também segue em constante evolução. Nos últimos três anos cresceram de 30,5% para 35,5% em 2018. O resultado é reflexo da estratégia de crescimento da Companhia de focar em negócios de maior valor, como planos pós-eletro, expansão da rede de fibra óptica, lançamento de novos serviços para os públicos residencial e corporativo, e forte disciplina financeira. Seguimos buscando o aumento de margem com a Companhia, além de otimizar nossas investimentos para projetos de alto retorno como as novas cidades com FTTH e investimentos em cobertura e capacidade em 4G e 4G+, enquanto

iv) **RESPONSABILIDADE** - Estamos comprometidos com a sustentabilidade do nosso negócio. Nossa reputação é um fator-chave para o nosso sucesso encerrando empresa responsável. Somos líderes em alguns indicadores do ReTrack - ranking global que mede a reputação das maiores empresas do mundo. No quesito sustentabilidade, fomos a primeira operadora a utilizar 100% de fontes de energia renovável, auxiliando diretamente na realização da meta estabelecida pelo Poder Executivo Federal de substituir 40% da energia elétrica gerada no Brasil.

(Índice de Sustentabilidade Empresarial) da B3. Avançamos também com a Fundação Telefônica Vivo em projetos de educação, voluntariado - que em 2018 bateu o recorde de participação com mais de sete mil colaboradores - e 75 mil pessoas contempladas de 45

batal e oferecer de participação com mais de sete mil colaboradores, e 75 mil pessoas contempladas de 45 cidades , e empreendedorismo, por meio do conceito de inovação educativa. Beneficiários cerca de 1,7 milhão pessoas no ano passado, com investimentos de R\$ 63 milhões. Para 2019, ano co 20º aniversário da Fundação, temos a expectativa de chegar a R\$75 milhões.

Nesta etapa avançamos muito em Diversidade. Estamos trabalhando para que toda pluralidade brasileira seja representada na Vivo. Acreditamos que uma empresa inovadora e competitiva, é uma empresa diversa. Por fim, convidamos a e sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto pelo Pacto Digital.

Também recentemente, as nossas práticas de RH, foram premiadas como umas das 20 melhores empresas para trabalhar na América Latina. Grandes empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três maiores empresas para trabalhar, no setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela *Great Place to Work*, dividido entre empresas de grande porte. Mídia. E para fechar o ano, fomos elevidados entre as trés melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2019", promovido pelo jornal Valor Econômico.

**Buscamos mais em 2019 -** Estamos satisfeitos com as conquistas de 2018, mas sabemos que temos muitos desafios à frente. Continuaremos com o planejamento de expansão de fibra e das redes 4G e 4,5G, e trabalharemos para tornar nosso negócio direcionado a empresas, cada vez mais sinônimo de sucesso digital para pequenas, médias e grandes empresas com um portfólio de serviços diferenciados e de qualidade incomparável. Estamos comprometidos em construir um Brasil digital e, para isso, manteremos os nossos níveis históricos de investimentos. Por outro lado, precisamos que alguns entraves no âmbito regulatório sejam revisados para avançarmos ainda mais.

Foi, final, figuração com o convite do José María Álvarez-Pallete, presidente da Grupo Telefónica, para assumir uma nova função estratégica, no círculo e apoio à sua construção de uma empresa ainda mais simples, eficiente e inovadora.

assumir uma nova estratégia no grupo e apostar na construção de uma empresa ainda mais simples, mais digital e totalmente voltada para as pessoas. Sinto que deixo a presidência da Telefônica Brasil com a missão cumprida e fiquei feliz em passar o bastão ao Christian Gebara, profissional a líder que admiro e que possui profundamente conhecimento da Companhia. Trabalhamos lado a lado nesses últimos anos e Christian é um executivo certo para dar continuidade ao crescimento e à transformação digital e cultural que vivemos na Telefônica Brasil. Por fim, gostaria de agradecer a todos os colaboradores pela dedicação e compromisso dos últimos dois anos. Muito obrigado também a todos os nossos clientes, parceiros, enfim, a todos os stakeholders. Quem tem que é oportunidade de interagir durante esses dois anos.

Eduardo Navarro

Presidente da Telefônica Brasil em 2018

## 2. Contexto Econômico e do Setor de Telecomunicações

### 2.1. Contexto Econômico

## **2.1. Contexto Econômico**

Em 2018, o Brasil voltou a registrar recessão da atividade em 2,8%, ainda que tenha enfrentado desafios ao longo do caminho, tanta doméstica quanto internacional. O Brasil é um dos países que mais favoreceu as economias emergentes, em meio à normalização da política monetária, nas economias avançadas e tensões comerciais envolvendo Estados Unidos e China. Isso contribuiu para redução da liquidez global e aumento dos preços de risco. No ambiente doméstico, o ano foi marcado por dois grandes desafios: a greve dos caminhoneiros, que paralisou diversos segmentos no segundo trimestre e abalou a atividade econômica, e, em seguida, a eleição presidencial, que gerou elevadas incertezas diante de uma disputa polarizada da qual o candidato de vés liberal, Jair Bolsonaro, saiu vitorioso. Isso foi positivo para as perspectivas de continuidade das reformas econômicas ao longo deste novo ciclo presidencial. O ambiente de política monetária permaneceu favorável, com o cenário benéfico para a inflação, o que deverá permitir taxas de juros baixas por tempo mais prolongado. A Selic, taxa básica de juros, terminou o ano na mínima histórica de 6,5%. Entretanto, há riscos no radar a serem monitorados, como os altos níveis de cenário externo e a governabilidade do novo presidente, o que pode impactar negativamente os ativos financeiros.

No cenário fiscal, o déficit primário do setor público acumulado em doze meses reduz-se para 1,5% do PIB em 2018, ante 1,7% do PIB em 2017. A melhora do resultado vem do aumento da receita, positivamente impactada pela recuperação da atividade econômica, bem como do controle dos gastos. O resultado foi significativamente melhor que a meta estabelecida para o ano (déficit de 2,3%). Assim, ainda, a dívida bruta passou de 74,3% em 2017 para 76,7% em 2018. O déficit nominal público, entretanto, reduziu-se de 7,8% do PIB para 7% do PIB na mesma comparação, explicado pela redução das taxas de juros.

A inflação acelerou-se em 2018, tanto no varejo quanto no atacado, mas mais intensamente neste último, sob influência da alta do dólar e do aumento dos preços dos combustíveis. Já a inflação no varejo manteve-se em níveis baixos apesar da aceleração, em função do gradual ritmo da retomada da economia e em meio a expectativas encorajadas. O IGP-DI, índice Geral de Preços - Disponibilização Interna, calculado pela Fundação

**imprensaoficial**  
CORREIO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**SELO DE AUTENTICIDADE**

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:21:32  
Nº de Série do Certificado: 2121938ADBE6784C1D4E8B81C30BF37B9C1D3D2F1A  
Ticket: 298956521 - [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

2 Considera as operadoras Vivo, AMX, Cl, TIM, Sky, Nextel e Algar CTBC.  
3 Fonte: Anatel.  
4 Fonte: Anatel.  
5 Fonte: Teleco.

**3º TABELÃO DE NOTAS**  
**AUTENTICAÇÃO**  
Edoardo da Silva Rossouw - Folha  
continua

A photograph of a Brazilian passport page. The page features a large green rectangular stamp with the word 'AUTENTICAÇÃO' at the top, followed by a barcode and the number 'AU1064AY0469247'. Below this is a smaller, fainter stamp that reads 'PAULO' and 'Materine' with the date '13-07-2000'. At the bottom left, there is a small circular seal with the word 'VERGOLHA' and some other text that is mostly illegible.

continuação

**Telefônica**

**Telefônica Brasil S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.001.5881-4

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Novo Modelo de Gestão de Espectro

Em março de 2018, a Anatel abriu consulta pública com a proposta de reavaliação do modelo de gestão do espetro. Entre os temas tratados, estava o aumento do limite de espetro para as operadoras rivais. A proposta pretende também terceirizar progressivamente a coordenação de espetro em áreas metropolitanas e desvincular a gestão de espetro da Agenda Regulatória, mas não chegou ao Conselho Técnico e não atingiu os objetivos estratégicos da Agência. Adicionalmente, propôs maior participação nas fóruns internacionais (ITU-R, OIM, ITU, etc.), além da criação de grupos de Radiodifusão e Radiocomunicação no Mercosul e articulação de acordos com países vizinhos, para a criação de um sistema integrado que visa a prevenção e tratamento de interferências.

Um dos resultados deste processo foi a aprovação da Resolução nº 703/2018 pelo Conselho Diretor da Anatel, que estabelece novos limites máximos de espetro de radiofrequências:

- Faixas abaixo de 1 GHz: até 35% das faixas listadas no regulamento;
- Faixas entre 1 GHz e 3 GHz: até 30% das faixas listadas no regulamento;

Ambos os limites acima podem ser estendidos para até 40%, mediante condicionamentos de ordem concorrential e que visem o uso eficiente do espetro.

## Desligamento da TV Analógica e Liberação do 700MHz

O desligamento do sinal analógico da TV é uma ação fundamental para a ativação do LTE (*Long Term Evolution*) em 700MHz. A migração do sinal analógico para o digital, que permite a desocupação da faixa de 700MHz para o SMP, está sendo implementada pelo GIRED (Grupo de Implementação do Processo de Distribuição e Digitalização de Canais de TV e FTTV) dentro do planejado pelo MCTC. A primeira cidade a ter o sinal analógico desligado foi Rio Verde (GO) em fevereiro de 2018, seguida de Brasília (DF) em 17 de novembro de 2016.

No período acumulado entre 2016 e 2018, dos 1.379 municípios que estavam previstos para terem o sinal de TV analógico desligado, foram confirmados os desligamentos de 1.382 municípios (incluindo todas as capitais estaduais e o Distrito Federal).

Os 17 municípios restantes foram desligados no início de 2019.

Ao final de 2018, 4.467 municípios estavam liberados para ativação do LTE na faixa de 700 MHz. Até meados de 2019, todos os municípios brasileiros estarão aptos à ativação do LTE na faixa de 700MHz.

## GSAC e Internet para Todos

O Governo Federal lançou, em 12 de março de 2018, o programa Internet Para Todos, que tem o propósito de levar acesso à banda larga para locais que antes não tinham esse serviço.

O programa é uma ampliação do BESAC, Programa Governo-Estado para o Atenção ao Cidadão, responsável por conectar à Internet escolas, hospitais, postos de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos, em áreas remotas que não têm acesso à internet, e serão inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação.

Contudo, a contratação da Telebras pelo MCTC para atendimento do GSAC, assim como o contrato firmado entre a Telebras e a empresa norte-americana Viasat para a operação do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicação (SGDC), foram objeto de questionamentos judiciais pelo SindTelebrasil, pelo SindSat e pela empresa Vila Direta.

Durante o ano, os contratos foram suspensos e retornados conforme as sucessivas determinações legais sobre o caso. Em 31 de outubro de 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) decretou liminar que proibia a Telebras de prestar serviços de banda larga por meio do SGDC para o GSAC e reconheceu a ilegalidade do contrato com a Viasat. Contudo, negou que este contrato seja modificado (por entender que existia desbalanceamento em favor da empresa privada).

## Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT)

Em julho de 2018, a Anatel colocou em consulta pública a proposta do Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT), que deve guiar os investimentos públicos e privados nas redes de banda larga. O PERT terá periodicidade decenal, com revisões binaurais.

Pelo texto da consulta, o país precisa investir em seis projetos para ampliar o acesso aos serviços de banda larga: backhaul com fibras ópticas; backhaul com rádio de alta capacidade nos locais onde a fibra é economicamente inviável; cobertura 3G ou 4G nos distritos que não sejam sedes municipais; cobertura 4G ou 5G nos municípios com menos de 30 mil habitantes; rede de acesso em fibra nas cidades que possuem backhaul em fibra; e redes públicas essenciais. Os recursos públicos que poderão ser usados em projetos do PERT são os saídos do PGMU (Plano Geral de Meias Universalizações), Termos de Ajustamento de Condutas (TACs), venda e renovação de frequências e desonerações tributárias (estas últimas dependem dos governos federal, estaduais e municipais).

## Decreto de Políticas Públicas de Telecomunicações

O Governo Federal publicou o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as políticas públicas de Telecomunicações. Este é o resultado de um processo que remete a outubro de 2017, ocasião na qual o decreto foi submetido à Consulta Pública pelo MCTC.

O novo decreto propõe uma revisão do marco regulatório do setor e revoga treze decretos anteriores (o Decreto nº 4.733/2003, o Decreto nº 7.715/2010 (que criou o Plano Nacional de Banda Larga) e o Decreto nº 8.776/2016 (Plano Brasil Inteligente). Dentre outros dispositivos, a nova política pública:

- Define, em seus objetivos gerais, a expansão do acesso aos serviços de banda larga, a inclusão digital, o mercado competitivo, o ambiente favorável à ampliação das redes de telecomunicações, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico;
- Atribui ao MCTC o detalhamento de objetivos e diretrizes da política pública;
- Atribui à Anatel a implementação e execução da regulação setorial, orientada pelas políticas estabelecidas pelo MCTC;
- Estabelece condições para compromissos fixados pela Anatel em função da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou de outorga de radiofrequências;
- Autoriza, por meio de casação, sempre que tecnicamente possível e em condições econômicas, o uso de edificações, terrenos e demais imóveis da administração federal para facilitar a implantação de infraestrutura de telecomunicações;
- Mantém as atuais atribuições da Telebrás.

## 2.4. Estratégia Comercial

Segundo a tendência dos últimos anos, em 2018 manteve-se um cenário de concorrência acirrada frente à continuidade da queda no total de acessos no mercado de telecomunicações brasileiro. Exceção feita à Bandeira Fixa, que teve grande foco de investimentos e atividade comercial e segue com tendência sólida de expansão. Questões relacionadas ao reforço e expansão da qualidade e a transformação digital têm paulatinamente ganhado espaço no cenário.

Dentre esse cenário, a estratégia comercial da Companhia no ano foi marcada por intensa evolução de lançamentos e novidades no portfólio móvel, para clientes pré-pagos, pós-pagos e controle, suportados por uma consistente expansão da rede, como foco na qualificação e na evolução tecnológica por meio do 4G, 4,5G.

Também nos serviços fixos destacaram-se as ofertas de Vivo Fibra, em banda larga e em TV, apeladas num grande esforço de expansão da rede de FTTH em diversas regiões do país. Além disso, buscando uma melhoria constante da experiência do cliente liberaram cada vez mais opções inclutivas de transformação digital e inovação em canais. Cabe destaque ainda à atuação da marca durante o ano de Copa do Mundo, com campanhas no período que se utilizaram do mote "jogue junto", contribuindo para reforçar nosso papel como Patrocinadora Oficial da Seleção Brasileira.

No segmento móvel, a Vivo continua liberando com 31,9% do mercado e mantendo sua relevância e atratividade com a reformulação de portfólio, introdução de novos benefícios e parcerias em todos os segmentos.

No pós-pago, segmento em que Vivo manhou forte liderança, teve grande foco o portfólio de planos Família. Como diferencial, adicionamos diárias de streaming internacional gratuito em todos os planos dessa categoria, o que promoveu um crescimento substancial no uso da internet por clientes da Vivo no exterior. As campanhas dos planos Família reforçaram ainda a velocidade e liderança, por meio do 4G+, abordando temas atuais e novas composições familiares. Na digital utilizamos uma linguagem: próxima e bem-humorada, com o lançamento da webserie "Capos de Família".

No pré-pago, segmento em que Vivo manhou forte liderança, teve grande foco o portfólio de planos Família. Como diferencial, adicionamos diárias de streaming internacional gratuito em todos os planos dessa categoria, o que promoveu um crescimento substancial no uso da internet por clientes da Vivo no exterior. As campanhas dos planos Família reforçaram ainda a velocidade e liderança, por meio do 4G+, abordando temas atuais e novas composições familiares. Na digital utilizamos uma linguagem: próxima e bem-humorada, com o lançamento da webserie "Capos de Família".

No pré-pago a Vivo trouxe novidades relevantes para os clientes, adicionando acesso gratuito ao Twitter através das aplicações Vivo Internet Rodas Sociais. Lançamos uma nova oferta, o Vivo Giga Chip, com internet em dólar por 6 meses e WhatsApp ilimitado e 15 dias grátis. Comunicamos também em TV e Digital a nossa oferta Vivo TV, com a estreia da sétima temporada do CBB de internet e WhatsApp ilimitado.

Também reformulamos os planos Controle com mais internet, ligações ilimitadas off-net e novos serviços digitais. O portfólio de planos Controle foi amplamente divulgado com diversas ofertas coordenadas com smartphones e WhatsApp ilimitado e contou com ampla estratégia de mídia digital com focus em conversão.

A Vivo trouxe ainda uma grande vantagem aos seus clientes por meio do fechamento de parceria com a Netflix para oferecer bônus de internet destinado ao portfólio dos planos Família, Controle e Vivo Turbo.

Preocupada em atender às necessidades dos diversos tipos de clientes, a Vivo também relançou o aplicativo Vivo Easy, com novo modelo de oferta de pacotes de internet e diárias de acesso a aplicativos sem mensalidade e validação. Oferecemos maior bônus de internet por indicação e, com a campanha "Sua vida no modo Easy", buscamos ampliar nossa posição como operadora digital e disruptiva.

De forma geral a Vivo buscou reforçar a sua atuação com qualidade e com a campanha institucional 4G+ trouxe as mensagens "A nova geração 4,5G com a qualidade que só a Vivo tem" e "Experimente a nova geração 4,5G".

A cobertura 4G continuou avançando em volTE (voz sobre 4G) e ativação em 700MHz em diversas regiões do país, com destaque para os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo.

Em linha com a tendência de transformação digital, a Vivo potencializou a visibilidade e o uso do aplicativo Meu Vivo como canal de autoatendimento digital. A campanha destaca as principais funcionalidades do aplicativo, principalmente a de solicitação de segunda via da conta. Os resultados foram muito positivos com aumento de penetração do aplicativo Meu Vivo, principalmente entre pré-pagos.

No segmento fixo, as ofertas liberaram grande foco nas ultra velocidades de Vivo Fibra 50 e 100 Mega, suspenstadas por um intenso esforço de expansão nacional da rede de fibra, principalmente no interior dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, além das cidades da Goiânia, Fortaleza e Londrina. A infraestrutura de FTTH para Vivo Fibra atingiu 121 cidades em 2018.

Do ponto de vista comercial, a Vivo ampliou a gama de canais HD superando a concorrência, desenvolvendo novas ofertas e parcerias com grandes serviços de streaming, oferecendo o Amazon Prime Video de graça por 3 meses para assinantes, sendo a primeira operadora da América Latina a realizar tal oferta de serviço adicional. Também fechamos acordos com a distribuidora NFL Game Pass no Brasil, o aplicativo de streaming Tidal e conseguimos descontos em seleções de filmes no Vivo Play. Destaque ainda para o lançamento da funcionalidade que permite a assinantes acessar o Netflix diretamente a partir de um canal do decodificador da própria Vivo a do aplicativo Smart Wi-Fi que permite realizar a gestão residencial e corporativa da rede sem necessidade de interrupção técnica.

6 Fonte: Anatel - dezembro de 2018.

Em 2018 as campanhas passaram a acontecer junto com Vivo TV e trouxeram mensagens mais completas, com internet e TV, sempre com foco em ultra velocidade e estabilidade. As mensagens destacaram lançamentos como novas campanhas de "Vivo Fibra" e o direcionamento do serviço nas campanhas "Deslava", com o conceito de "jogar" a fibra.

A inovação foi uma constante no ano, sobretudo nos canais de atendimento, físicos e digitais. Expansões e novas lojas com conceito de "pick-up in store", chegando a 8 estados e ao Distrito Federal. Também inauguramos nossas primeiras lojas com o conceito "Iconic Store", localizada em serviços, experiência inesquecível em uma atmosfera premium e mais humana, em localidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Ribeirão Preto, Belo Horizonte e Brasília.

Em 2018 também foi lançada a Aurora, a inteligência artificial da Vivo, simplificando e ajudando o cliente a solucionar dúvidas sobre serviços contratados com a Vivo, por meio de voz ou texto. Presente em mais de 20 canais de atendimento, com destaque para a recente integração com o Google Assistant, a Aurora traz ao cliente uma nova relação com a tecnologia.

Ao final de 2018 a Vivo lançou a campanha institucional #temhorapratado, em que convida as pessoas a refletir sobre a relação com o celular e as conexões, estimulando um uso mais consciente, para que possamos de fato aproveitar o melhor que a tecnologia tem a oferecer.

Nossa Marca

Em 2018 seguimos com a estratégia de nos posicionar como uma marca aspiracional, sem perder competitividade e agressividade comercial frente à concorrência.

Como o propósito de conectar pessoas, trouxemos histórias inspiradoras e uma proposta de valor sustentável, com o conceito "Menos do Mesmo".

Compreender o segmento e acompanhando os movimentos da sociedade, a Vivo trouxe uma nova discussão sobre o uso e uso eficiente da conexão.

Conforme o segmento e com o uso consciente, estimulando um uso mais consciente, para que possamos de fato aproveitar o melhor que a tecnologia tem a oferecer.

Para garantir a diferenciação e apoio comercial frente à concorrência, seguimos reforçando nossa superioridade em: relação à conectividade, cobertura e velocidade do 4G+ da Vivo, os benefícios dos Planos Família e dos planos Pré-Pagos. Outro destaque foi a ultravelocidade da Vivo Fibra, que chegou a 30 novas cidades com a força e prestígio da Vivo.

Mais uma vez, recebemos uma série de reconhecimentos e prêmios que demonstram a solidez da nossa marca.

A Vivo continua a figurar entre as marcas mais valiosas do Brasil, mantendo a 9ª posição do ranking da consultoria Interbrand, com valor estimado em R\$2,8 bilhões. Peço décimo ano consecutivo, foi eleita pela renomada pesquisadora jornal Folha de S. Paulo como a marca Top of Mind nas categorias telefone celular e banda larga. O nosso compromisso com os clientes também foi reconhecido, ao sermos considerados, pela 14ª vez consecutiva, a operadora de telefonia mais confiável do Brasil, segundo a Revista Seleções, em parceria com o Datafolha.

A Companhia ainda foi destaque na lista de melhores empresas do Brasil 2018 da Ibope Dineho, além de liderar a premiação na categoria Telecomunicações.

Foi reconhecida como a melhor empresa de TI e Telecom no anúncio Valor 1000, promovido pelo Jornal Valor Econômico. Peço quarto ano consecutivo, conquistarmos o primeiro lugar da categoria Telecom na pesquisa Estadão Empresas Mais. Também fomos homenageados pelo Prêmio Empresas Notáveis de 2018, desenvolvido pelo Grupo Padrão Consumidor Moderno, na categoria "Convergência Móvel".

Planos e Campanhas de Comunicação

A comunicação da Vivo destacou-se mais uma vez ao trazer uma estratégia que combina mensagens posicionais que geram maior conexão e engajamento com as pessoas, e relevância comercial com abordagens inovadoras e foco em benefícios de produtos e serviços.

Com o objetivo de posicionar a Vivo como uma marca cada vez mais humana e próxima do seu público, lançamos a Campanha #TemHorapratado que aborda o uso consciente da conexão. A campanha apresenta momentos em que os personagens percebem que estão deixando de viver o momento presente por estarem conectados no celular, e assim escolhem deixar o celular de lado para vivem esses momentos por inteiro.

Para garantir a superioridade da Vivo, comunicamos massivamente a tecnologia 4G+, que oferece até 10x mais velocidade para os clientes.

Para garantir a superioridade da Vivo, comunicamos massivamente a tecnologia 4G+, que oferece até 10x mais velocidade para os clientes.

No mês de maio, lancemos uma campanha para comunicar o Vivo Controle com o conceito "Sua Vida Sob Controle", que destaco os principais benefícios do plano, como ligações e WhatsApp ilimitado, além do preço fixo e maior cobertura de internet móvel do Brasil.

Com objetivo de atrair novos clientes no pré-pago comunicamos o Giga Chip, que conta com internet em dobro, WhatsApp ilimitado e 15 dias grátis. O pré-pago também ganhou reforço com duas campanhas digitais: a de Recarga Digital, que visa atrair mais clientes com bônus de até 15GB, e a nova oferta Vivo Pró Turbo 15 dias, na qual dividimos a nova opção de franquia de 15 dias, mantendo nossos clientes conectados por mais tempo. O projeto também teve destaque na comunicação do último ano. Com uma estratégia diferenciada e sob o conceito "Tem Tudo na Vivo", passamos a apresentar a Vivo como um ponto de conexão para o cliente que quer comprar um novo smartphone, acessório ou até mesmo aproveitar as ofertas do Vivo Guru em suas diávidas de tecnologia. Com o objetivo de atrair mais clientes às nossas lojas destacando os principais produtos e serviços oferecidos neste canal.

Para os lançamentos de Smartphones, produzimos mais de 30 campanhas cooperadas com fabricantes e fornecedores de conteúdo, com os smartphones S9 e Note 9, Motorola com Moto One, LG com o G6 e Apple com o lançamento das novas iPhones Xr e Xs. Além disso, demos continuidade à estratégia de venda de aparelhos do portfólio com a campanha "Smart Offers" com comunicação direcionada ao varejo, no meio digital. OOH (Out of Home) e shoppings de São Paulo.

Para Internet massiva, contamos com uma estratégia de performance no meio online que durou o ano inteiro e, pontualmente, comunicamos em mídia exterior (outdoor, pontos de ônibus, relógios de rua, etc.) as velocidades até 10MB em cidades do estado de São Paulo.

O serviço Vivo TV contou com uma campanha de performance online e estratégia de mídia exterior em São Paulo no último trimestre do ano, que teve bons resultados.

Buscamos aumentar a presença da Vivo no varejo e no comércio de varejo, com a estratégia de "vender mais" e "vender melhor", totalmente customizada pelo aplicativo, com o Vivo Easy o cliente escolhe a quantidade de franquia que quer comprar, diárias de ligações, SMS e aplicativos para uso ilimitado.

Com o objetivo de estimular o download e uso do aplicativo Meu Vivo, lançamos uma campanha com o conceito "Em que tempo você vive?", reforçando que quem não usa o Meu Vivo, vive no passado. A campanha destacou a facilidade e praticidade de uso do aplicativo para diversas funcionalidades como recarregar, pagar a segunda via de conta, consultar e trocar os pontos do Vivo Valoriza.

Durante todo o ano, demos continuidade à comunicação de Vivo Ads. Criamos uma estratégia focada em formatos diferenciados e direcionados ao mercado publicitário referenciando o pioneirismo e alcance massivo da plataforma, com mais de 100 milhões de pessoas na base.

Também tivemos esforços de comunicação focados no público B2B. Demos continuidade ao posicionamento "Abra sua empresa para o Novo", destacando esse ano os produtos Vivo Fibra, Móvel e Cloud, com forte presença no Digital e OOH em Acrecito. Para TV e assinatura tivemos um grande estrela com o patrocínio do programa Starlink, tanto em eventos corporativos, para o qual criamos um conteúdo exclusivo e customizado.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Partilhamos o nosso sucesso, foi criado o tema "Jogue Junto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil. Seguindo pelo tema "Vivo", a campanha oficial da Seleção dos brasileiros, colocando torcida, jogadores e torcedores no topo das tabelas de classificação.

O ano de 2019 veio com destaque as ações da Copa

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Além disso, marcamos presença em importantes praças patrocinando eventos de alcance regional, como o GameCon em Brasília, o AnimeKrema em Porto Alegre e a Digicom, Liga Nordeste de League of Legends, com campeonatos e qualificatórias online e final presencial na cidade de Natal. Realizamos ainda ações ligadas ao patrocínio da Seleção Brasileira de Futebol, em parceria com o Programa de Relacionamento Vivo Valoriza; alguns clientes puderam assistir aos treinos da Seleção Brasileira na Granja Comary (Rio de Janeiro), às vésperas da Copa do Mundo na Rússia. Além do resultado obtido com a campanha #JogueJunto, o Patrocínio da Seleção Brasileira gerou ampla visibilidade em placas de campo, backdrops e nos uniformes de treino dos atletas e comissão técnica.

No tênis, patrocinamos o Brasil Open pelo terceiro ano consecutivo (segundo maior torneio do país) e o Instituto Tênis (Centro de Treinamento) com treinamento para jovens atletas, mantendo visibilidade da marca e proximidade com os clientes atingidos pela modalidade.

Já para os clientes corporativos, realizamos eventos com o propósito de gerar leads, acelerar oportunidades, melhorar a satisfação, fidelizar e reforçar o posicionamento da marca durante o ano de 2018. Ao todo, foram imoacadas mais de 6.500 empresas, sendo:

- 124 ações nos maiores estádios do futebol do país, casas de shows e espetáculos (Citibank Hall, Vivo Rio e Teatro Vila).
- 11 experiências personalizadas, que promovem aproximação com 360 empresas presentes nas melhores e mais estratégicas praças comerciais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Cuiabá);
- 27 encontros de conteúdo, com o fortalecimento do posicionamento digital, que contaram com a presença de 1.420 decisores e influenciadores das principais empresas do mercado e atingiram 12 estados por todo o país, o que trouxe comprovada geração de demanda ao longo do ano;
- 28 patrocínios dos mais relevantes eventos de mercado, como IT Forum, Gartner, Mind the Sec, Club entre outros, onde o topo principal foi a divulgação do portfólio de serviços digitais (Segurança, Big Data, Cloud e IoT), com impacto direta de mais de 62.000 pessoas e expressivos resultados de negócios: 220 reuniões exclusivas com CIOs, 291 leads gerados e 60 oportunidades trabalhadas com empresas de diversos segmentos.

Os clientes corporativos (B2B), essencialmente as verticais formadas pelo comércio, serviço e indústria, que representam o maior consumo de serviços de telecomunicações, foram, novamente, os mais atingidos pela desaceleração no crescimento do PIB. Ainda assim, ficamos nossa estratégia na mudança da oferta de voz com foco em melhor custo benefício, além da expansão das receitas de TI.

No negócio móvel B2B, avançamos na estratégia de atuação em serviços digitais e aumento da valor agregado dos produtos de voz e dados móveis, através do portfólio Smart Empresas, apostando em serviços de voz ilimitada, pacotes de dados compartilhados, diárias internacionais, além de franquias específicas para aplicativos de mobilidade.

Lançamos o serviço de gestão de dados para loco o portfólio B2B, permitindo o gerenciamento do uso de Internet de todas as linhas da sua empresa e a otimização das franquias contratadas, som que haja surpresa na conta. Lançamos também o Smart Watch, que possibilita aos nossos clientes utilizar sua linha no celular ou no relógio, sem a necessidade de contratar um novo plano para o segundo dispositivo.

No fixo corporativo, ficamos nas vendas de solução SIP Trunking, com abrangência nacional, consolidando nosso portfólio de voz avançada. Ainda em voz, desenvolvemos o produto DCU de voz avançada, que permitirá a oferta de serviços de voz corporativa em nuvem, possibilitando comunicações unificadas, soluções para contact centers e aplicativas para integração do time de trabalho. Em Banda Larga, apresentamos o crescimento de migrações entre tecnologias, sobreletra para fibra. Em dados fixo, mantivemos o crescimento em clientes de médio porte, potencializado pela abrangência da rede da GVT, além de consolidar nossa posição nos grandes clientes.

Alguns destaque ocorridos em 2018:

- aumentamos a penetração de pacotes de dados móveis em 5,6 pp., além de incrementar a recita líquida em 12%;
- crescimento de 17% nas receitas de fibra, devido ao grande volume de novas altas e migrações de outras tecnologias;
- em M2M, consolidamos nossa liderança e atingimos 41,5% de participação de mercado em dezembro de 2018;
- em TI, cresmos 8,6% em receita líquida, com destaque para fornecimento de equipamentos, crescimentos de 16% na receita de segurança e 12% na receita de Vivo Soluções TI. Estamos avançando com o serviço Open Cloud, aumentando a quantidade de serviços ofertados, permitindo conquistar duas certificações importantes, a CSA Star que atesta nossa infraestrutura e operação e a ISO 27001, que é uma das mais reconhecidas em termos de segurança da informação e agora passa a abranger o Open Cloud além dos serviços da TI à Data Center.

**3. Desempenho dos Negócios**

A Telefônica Brasil S.A. e suas subsidiárias integrais atuam principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e telefônica móvel em todo o território nacional, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Cumulativo (STFC) e autorizações outorgadas pela ANATEL para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como comunicação de dados, internet em banda larga, serviços de TV por assinatura, bem como serviços de valor adicionado não considerados de telecomunicações.

**3.1. Infraestrutura e Rede**

Desde 2013, a Companhia vem implementando a consolidação de uma rede robusta, capaz de atender às expectativas do cliente. Houve avanços na migração das centrais Time Division Multiplex (TDM) para Next Generation Networks (NGN), alcançando 63,4% do tráfego fixo migrado, na modernização das centrais e na adaptação da infraestrutura dos data centers. A maior parte dessa implantação tem sido o projeto de troca dos serviços ópticos (ARO) para Multi-Service Access Nodes (MSAN), onde somos capazes de oferecer serviços de banda larga a um grande número de clientes que não possuem este serviço.

A Telefônica Brasil continuou ampliando a capacidade e cobertura das suas redes móveis, de forma a absorver o crescimento da rede de dados, mantendo cada vez mais distâncias da concorrência, com o crescimento expressivo da cobertura 4G, que atingiu 95% da população acima de 3G.

Ao final de 2018, a rede móvel da Companhia contava com 194,5 milhões de clientes no Brasil ou a 96,0% da população. A rede 2G/3G/EDGE, empurrou 2018 com 645 municípios atendidos em São Paulo, totalizando 3.759 municípios no Brasil. No mesmo período, a rede 3G/4G/CDMA passou a estar presente em 845 municípios em São Paulo, totalizando 4.417 municípios atendidos com essa tecnologia no Brasil. A tecnologia 4G (LTE), lançada em 2013, foi um importante avanço para a rede móvel uma vez que possui taxas de transmissão superiores a Rede 3G. Continuamos expandindo a cobertura dessa tecnologia e encaramos o ano com 3.100 municípios com rede 4G no país.

A expansão nacional da rede LTE Advanced Pro (ou 4G+) foi um importante avanço para a Companhia. Essa tecnologia permite que os clientes que possuem terminais compatíveis atinjam taxas de transmissão de dados ainda maiores que a 4G tradicional. Atingimos em 2018 a implantação dessa tecnologia em 1.000 municípios. A implantação da rede de fibra (tecnologia GPON) alcançou, em 2018, uma cobertura total de 19,8 milhões de homes passed, sendo 8,7 milhões no estado de São Paulo e 11,1 milhões nos demais estados do país, com diferentes velocidades de até 300Mbps.

O produto da fibra óptica inclui em seu portfólio o serviço de IPTV de alta definição (HDTV). Além do IPTV, a empresa possui em seu portfólio de produtos avançados para clientes corporativos o atendimento via fibra óptica GPON.

**3.2. Vendas**

A estrutura comercial da Telefônica Brasil encerra o ano de 2018 com aproximadamente 1.600 pontos de venda, entre próprios e administrados por revendedores autorizados, aproximadamente 12.000 pontos de venda das redes varejistas, além dos canais remotos, como Televendas e Callcenter. A estratégia de capilaridade com foco na eficiência e excelência operacional aliada à aceleração do processo de digitalização dos canais proporcionou a alocação inteligente de recursos e a manutenção da liderança no mercado brasileiro de telecomunicações, com domínio no segmento de alto valor.

O processo de transformação dos canais comerciais iniciado em 2017 proporcionou a consolidação de parceiros e uma atuação mais estratégica. O time de vendas potencializou as vendas dos serviços de maior valor agregado, combinando a melhor proposta de valor do mercado com a força comercial cada vez mais qualificada e mais eficiente da rede. Tudo isso contribuiu para o aumento de rentabilidade e permitiu acelerarmos ainda mais a transformação digital do negócio.

Em Lojas, seguimos no processo de transformação dos nossos pontos de vendas em pontos de experiências, realizando contínuos avanços relevantes para melhoria de infraestrutura, sistemas, atendimento e capilaridade que garantem uma operação de vendas ainda mais eficiente e rentável. Além disso, adicionamos a nossa penetrção de vendas de telemóveis, renegociando contratos de aluguel, refogamos nossas parcerias com revendedores autorizados e melhoramos a relação com os parceiros, oferecendo espaços mais aconchegantes para realização de ações comerciais, palestras, eventos, como workshops. Finalmente, inauguramos cinco lojas lógicas e dois stores em sites com um parceiro estatístico na região Sul do país.

O canal de Distribuição, que engloba lojas físicas, bairros, lojas de conveniência, entre outros, é responsável por 85% da captação pré-pago e 75% das Recargas. Ao longo de 2018 o canal focou em ações voltadas à eficiência comercial através da consolidação dos parceiros e a maior gestão de suas operações, que hoje utilizam ferramentas para gestão da capilaridade e do abastecimento, orientando a utilização de força de vendas na cadeia fim a fim. Essas iniciativas, associadas à expansão da comercialização de planos Controle e os evoluções do programa de incentivo, entregam maior conveniência aos nossos clientes, que passam a contar com ainda mais disponibilidade e diversidade dos produtos da empresa neste segmento.

No canal Varejo, seguimos forte nas parcerias com as redes através do programa de incentivo Turbine suas Vendas, com interface cada vez mais intuitiva a premiações atrativas, sendo reconhecido com o troféu de prata na categoria "Exito Continuado" na FIP. Além disso, retomamos a situação da promotoria, desta vez de forma complementar e inteligente, focando em pontos de vendas com baixa penetração Vivo, mas com alto potencial residencial e condomínios.

No Porta a Porta, canal que possui perfil ce atuação itinerante, seguimos com o processo de transformação através do crescimento estruturado da operação, agora focada no segmento de alto valor. A operação, que já atuava na prospecção de clientes em regiões centrais e periféricas, onde os canais presenciais não chegam, agora conta com uma frente de atuação para capturar vendas convergentes de alto valor para clientes residenciais e condomínios.

No Televendas atingimos 10 milhões de produtos vendidos e cerca de 14 milhões de chamadas. O canal promoveu uma economia expressiva com a otimização da operação receptiva, melhorias de contrato dos parceiros centralizados e internalização do chat móvel. No que tange à digitalização, hoje cerca de 65% das novas vendas tem como forma pagamento a conta digital. Também inovamos na abordagem de potenciais clientes, trabalhando atravésmente públicos propensos e desenvolvendo canais online, como o chat, que desde então internalizou o retorno de contatos indesejados e chamadas excessivas. Por fim, obtivemos avanços na implementação de novas funcionalidades de vendas que integrarão todo o ciclo de vida do cliente, além de evoluir no uso de inteligência artificial, trazendo uma ferramenta que capta dados e padrões de comportamento do cliente e busca em nossos banco de dados que possa o melhor perfil para o atendimento, o que garuva volume relevante de vendas incrementais.

Em Petrópolis no mês B2B atingimos o nível histórico de 81%, além de chum abusivo de 1%, já no mês B2C, com um plano estruturado de trabalho junto aos parceiros e a geração de uma nova política comercial, atingimos o patamar de 73,5% na taxa de retenção. Também implementamos uma plataforma que utiliza a Inteligência Artificial, trazendo uma ferramenta que capta dados e padrões de comportamento do cliente e busca em nossos banco de dados que possa o melhor perfil para o atendimento, o que garuva volume relevante de vendas incrementais.

Em Petrópolis no mês B2B atingimos o nível histórico de 81%, além de chum abusivo de 1%, já no mês B2C, com um plano estruturado de trabalho junto aos parceiros e a geração de uma nova política comercial, atingimos o patamar de 73,5% na taxa de retenção. Também implementamos uma plataforma que utiliza a Inteligência Artificial, trazendo uma ferramenta que capta dados e padrões de comportamento do cliente e busca em nossos banco de dados que possa o melhor perfil para o atendimento, o que garuva volume relevante de vendas incrementais.

No Meu Vivo, principal canal de autoatendimento da empresa e que reforça a estratégia de atendimento digital da empresa, também contribuiu com o desempenho positivo dos canais digitais: os usuários únicos do aplicativo aumentaram 30% no ano e as interações digitais com clientes atingiram 70% do total de contatos com a Vivo versus 15% em 2017.

Buscando fomentar serviços digitais inovadores no atendimento, a Vivo lançou a plataforma cognitiva de atendimento Aura, baseada em motor cognitivo e sistemas proprietários do Grupo Telefônica, em substituição à assistente virtual Vivo. A Aura já se encontra em mate de 20 canais digitais para o cliente, realizando mais de 1 milhão de consultas a mês.

Estamos sempre buscando novas maneiras de obter e sustentar efetivamente o potencial de negócios da internet e reforçando suas metas para o dia no período promocional de Black Friday/Black November no Brasil. As vendas cresceram 6% no período, comparadas ao mesmo período do ano anterior.

Ademais, visando acelerar todas as frentes transformadoras, lançamos o Vivo Digital Labs com o objetivo de acelerar as entregas de digitalização das experiências de e-commerce e e-commerce. Formado por times multidisciplinares, os SCQADS, que atuam com aplicação de metodologias ágeis e abordagens inovadoras, focados em entregar de maneira assertiva melhorias na experiência do cliente nos canais digitais.

**3.3. Sistemas de Informação**

O ano de 2018 foi marcado pela continuidade dos projetos estruturantes e estratégia global de transformação digital. Desta forma, reforçamos nosso compromisso com o investimento em TI como diferencial competitivo no longo prazo.

Assim, avançamos significativamente em cada um dos pilares do nosso plano estratégico, com ênfase para aqueles relacionados à melhoria da eficiência:

**Recursos - realizamos importantes entradas no ano.** Como resultado, nosso ITP+ ficou em 4,0% da rocela. Transformação do Negócio - continuamos avançando na implementação do projeto FullStack B2C, que visa a substituição de diversos sistemas legados por um único, com o que há de mais moderno no mercado. Ao final do ano, atingimos a marca de 1 milhão de clientes nesta nova plataforma, onde nossos clientes já podem desfrutar de funcionalidades únicas, como aquisição múltiplas linhas em uma única operação. Além disso, iniciamos importantes projetos de transformação, como o FullStack B2B, que visa simplificar a operação e garantir valor agregado e uniformidade em todos os canais além de gerar ofertas mais competitivas, e o Novo CCS (Online Charging System), atualizando a plataforma atual gerando maior robustez e compatibilidade com novas tecnologias.

**Tecnologia de Varejo - Iniciamos o Projeto TI2X, com o objetivo de acelerar as entregas de TI melhorando os indicadores da área e reduzindo o Time to Market para novos lançamentos. Aceleramos o índice de digitalização E2E (End to End) em diversas frentes, o que significa novos processos mais ágeis, mais flexibilidade e uma melhor experiência digital ao cliente, da Call Center e Fábrica eletrônica. Aceleramos o desenvolvimento da Quarta Plataforma, onde através de ferramentas como Big Data, conseguimos detectar o perfil de nossos usuários, e consequentemente melhorar nossas ofertas. Dentro as iniciativas de serviços digitais, destacamos o Meu Vivo, que é a versão virtual móvel a uma aplicação proprietária de Inteligência Artificial, em uma clara diferenciação sobre os nossos concorrentes.**

**Excelência operacional - continuamos com a simplificação de sistemas, que resultou na redução de cerca de 30% dos sistemas nos 3 últimos anos, eliminando a complexidade e obsolescência. Do ponto de vista de infraestrutura, aumentamos a taxa de virtualização de servidores, culminando em um melhor retorno sobre capital investido.**

Todas essas iniciativas resultam em uma excelência operacional evidenciada pela disponibilidade de sistemas acima de 99,9% em 2018.

**3.4. Atendimento ao Cliente**  
Em 2018, a digitalização e as melhorias operacionais levaram a uma queda de mais de 20% das chamadas de call-center em relação a 2017. Além disso, houve uma melhora na experiência do cliente indicada pela redução de reclamações e pela avaliação de outliers, além de aumentar a autonomia dos representantes que buscam solução no primeiro contato. Paralelo disso se deve a um esforço para expandir os canais digitais e desenvolver mais opções de atendimento.

Dentre os principais projetos de digitalização está a URA humanizada, que já suporta 90% do nosso tráfego e oferece mais de 80 serviços através de uma experiência amigável e mais humanizada, utilizando menus personalizados e aplicativos para melhorar a retenção da URA.

Com o uso de novos recursos e implementação sua adoção, o aplicativo Meu Vivo está ajudando a migrar chamadas para o mundo digital já com 12 milhões de usuários únicos. O aplicativo está conectado à Aura, a Inteligência Artificial da Vivo, que foi lançada em fevereiro e obteve 15 milhões de interações nos primeiros 10 meses. A Vivo está entre as primeiras operadoras do país a oferecer uma ferramenta de relacionamento baseada em inteligência cognitiva.

Apesar dos esforços para levar o cliente aos nossos canais digitais, alguns deles ainda querem falar, para isto desenvolvemos um bot de Call Center Cognitivo, que já está atendendo centenas de milhares de chamadas com grande aprovação e precisão. Trata-se de um processo de melhoria contínua, uma vez que continuará aprendendo novos assuntos no novíssimo Bots Training Center, onde os melhores representantes humanos analisam suas interações e ajudam-no a melhorá-las.

Para a todos os projetos digitais mencionados e garantir a melhor experiência do cliente, foi criado um programa de cultura corporativa comprometido em proporcionar uma experiência única em todos os pontos de contato. Ele guiará nossas decisões e prioridades para garantir uma jornada alinhada aos quatro princípios principais: confiável, fácil, ágil, rápido e eficiente.

**4. Governação Corporativa**

Os principais fundamentais de governança corporativa da Telefônica Brasil S.A. estão contemplados em seu Estatuto Social e normas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários. Os objetivos desses princípios, que norteam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- A maximização do valor da Companhia;

- A transparéncia na prestação das contas da Companhia e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;

- A transparéncia nas relações com os acionistas, empregados, investidores, clientes e órgãos públicos;

- A igualdade no tratamento dos acionistas;

- A situação do Conselho de Administração na supervisão e administração da Companhia e na prestação de informações aos acionistas;

- A situação do Conselho de Administração no que se refere à Responsabilidade Corporativa, garantindo a parceriedade da organização.

Inspirada nessas conceitos e com a finalidade de promover uma boa governança corporativa, a Companhia tem instituído medidas a fim de tornar suas práticas claras e objetivas e evitar conflitos de interesse. Em 2018, a Companhia implementou a Política de Transações com Partes Relacionadas, que tem por objetivo estabelecer procedimentos que contribuam para assegurar que as transações realizadas pela Companhia e suas Controladas atendam ao melhor interesse da Companhia e observem condições cumulativas e de mercado.

**4.1. Conselho de Administração**

De acordo com o regimento dos Comitês, estes são compostos por três a cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração entre seus pares, com mandato unificado de três anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por doze membros, sendo um deles eleito pelo voto dos acionistas detentores das ações preferenciais em votação separada e seis a participação do controlador, e os demais eleitos pelo voto geral das ações ordinárias. Em 2018, o Conselho de Administração se reuniu 18 vezes no exercício de suas funções.

Este colegiado possui para seu assessoramento os seguintes comitês:

- Comitê de Auditoria e Controle

- Comitê de Nomeações, Vencimentos e de Governança Corporativa

- Comitê de Qualidade do Serviço e Atendimento Comercial

- Comitê de Estratégia

De acordo com o regimento dos Comitês, estes são compostos por três a cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração entre seus pares, com mandato unificado de três anos, permitida a reeleição.

Atualmente, os Comitês de Qualidade do Serviço e Atendimento Comercial, Comitê de Vencimentos e de Governança Corporativa e Comitê de Nomeações e Vencimentos e de Governança Corporativa.

O Comitê de Estratégia é composto por quatro membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

As reuniões dos comitês são realizadas sempre que necessário, com a participação de todos os

continuação

**Telefônica**

**Telefônica Brasil S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015981-4

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 4.2. Conselho Fiscal

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal é manejado em caráter permanente. Os conselheiros fiscais são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para o mandato de um ano, sendo possível a reeleição. Em observância à legislação societária, aos acionistas preferencialistas é garantido o direito de eleger um membro efetivo e um membro suplente do Conselho Fiscal em votação em separado, sem a participação das ações preferenciais do controlador.

O Estatuto Social estabelece que o Conselho Fiscal será composto no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e igual número de suplentes. Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia é composto por três membros efetivos e três membros suplentes. Em 2018, o Conselho Fiscal se reuniu 09 vezes no exercício de suas funções.

## 4.3. Diretoria

De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria é composta de, no mínimo, três e, no máximo, quinze membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, é composta por três membros, com os seguintes cargos: Diretor Presidente; Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; e Secretário Geral e Diretor Jurídico.

## 4.4. Relações com Investidores

Com o objetivo de obter uma valorização justa de suas ações, a Companhia adota práticas que visam dar transparência ao seu desempenho, evolução dos negócios, além de suas políticas e os eventos ocorridos para acionistas, investidores e analistas.

Informações relevantes são disponibilizadas no portal da Companhia na internet ([www.telefonica.com.br/pt/](http://www.telefonica.com.br/pt/)), com versões em português e inglês. Todas as comunicadas, fatos relevantes, demonstrações contábeis e outros documentos societários são arquivados nos órgãos reguladores - CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no Brasil, e SEC (Security Exchange Commission), nos Estados Unidos. Adicionalmente, a Companhia possui uma equipe de Relações com Investidores para esclarecer dúvidas por telefone ou em reuniões individuais, quando solicitadas.

## 4.5. Auditores Independentes

Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Sociedade e suas controladas informam que a política da Sociedade junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substança nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.

Em 2018, não foram contratados serviços que não fossem de auditoria externa junto ao auditor independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

## 5. Recursos Humanos

Em novembro de 2018, o Grupo anunciou o novo programa estratégico global, o #RECONNECTA, que tem como guia o crescimento e uma fórmula para chegarmos lá: "G = M\*P", onde:

O G, que significa Crescimento (Growth) e os aceleradores de negócio, que são representados pelos R's da fórmula e significam, respectivamente: R4 - Relevância (Relevance) para reinventarmos nossa relação com os clientes e surpreendê-los com nossa tecnologia, Receta (Revenue) para reinventarmos os modelos de negócio e aproveitar as oportunidades; malas clientes e maiores fãs; Retorno (Returns) para respondermos a forma de trabalhar e aumentar a eficiência a os benefícios e sejamos mais relevantes para nossas acionistas; e Responsabilidade (Responsibility) para reescrevemos as regras do jogo e praticarmos nossos valores, atuando com responsabilidade e de forma sustentável. Por fim o M, que significa Motivação (Motivation) que é representado pelas nossas equipes de colaboradores motivados e que possuem papel chave em nossa estratégia de negócio. Acreditamos que é por intermédio de nossos colaboradores que vamos alcançar o crescimento almejado.

Seguimos com o nosso processo de Transformação Digital que é apoiado em tecnologia para ir além da conectividade excelente e oferecer serviços personalizados para todos os nossos clientes. Foi lançado o "DNA Vivo", constituído de 5 principais pilares: Confiável, Fácil, Encantador, Eficiente, programa que busca unir todas as áreas e pessoas da empresa transformando a forma de atender e nos relacionar com os clientes.

Finalmente, globalmente o Workplace by Facebook, uma rede social corporativa onde todos os colaboradores podem se comunicar, aprender, interagir e aproveitar toda a diversidade de nossas equipes. Foram realizados diversos programas com o objetivo de dar voz e protagonismo aos colaboradores tais como: Encontros com Presidente e COO, e Clientes em Foco, onde os executivos vivenciam a experiência completa do cliente, a fim de compreender suas reais necessidades.

O reflexo desse trabalho apareceu em nossa Pesquisa de Clima Organizacional e Compromisso, com adesão de 81% do público elegível e índice de Fatorabilidade de 85%. Por meio dos resultados da pesquisa a equipe da VP Pessoas e os gestores, conseguem mapear os pontos de melhoria de clima e trabalhar planos de ação, apoiados por uma ferramenta online que traz diversas análises quantitativas dos resultados.

Nesse aniversário emblemático também aconteceu o lançamento do Programa Viva Diversidade, com o objetivo de valorizar a diversidade e fazer nosso papel na sociedade, cooperando para torná-la mais justa e conectada.

Assumimos o compromisso de estimular uma cultura mais inclusiva e um ambiente mais diverso, com o objetivo de valorizar a diversidade de pontos de vista, origens, identidades e orientação, para que todos se sintam à vontade para serem quem são, tendo suas diferenças respeitadas.

## 5.1. Interação

Em 2018, fortalecemos a ligação com o nosso time com ações que reforçam a transformação digital, a valorização das equipes e o vínculo emocional entre colaborador e empresa, contribuindo para um bom clima organizacional. Destacamos as ações:

- Celebrações: seguimos com as principais celebrações, com o objetivo de fortalecer os laços da empresa com seus colaboradores e familiares, como o Dia das Mães e o Dia dos Pais. Também realizamos as comemorações de fim de ano, com reunião das equipes em todas as cidades para comemorar as entregas do ano.

- Reconhecimento: divulgamos o Gente de Valor, programa Global, que permite reconhecimento em diferentes níveis hierárquicos. No Brasil, foram mais de 31.800 reconhecimentos realizados. Já no reconhecimento de projetos em equipe, a Telefônica Brasil realizou a 2ª edição do Prêmio Viva Tudo, com os melhores projetos vinculados às estratégias corporativas. Foram 88 projetos inscritos, envolvendo mais de 1.400 colaboradores.

## 5.2. Remuneração

A Companhia adota estrutura salarial e políticas de remuneração compatíveis com as melhores práticas de mercado de forma a atrair e reter os melhores profissionais e reconhecer o desempenho individual destes. Os programas de remuneração variável e anual variada de benefícios complementam o pacote de remuneração total. Em 2018, 3.682 profissionais foram promovidos a 2.118 foram contemplados no processo de incremento salarial, totalizando 5.800 profissionais com aumento de remuneração, além das reajustes legais aplicados.

## 5.3. Recrutamento e Seleção e Programas de Desenvolvimento

Na Telefônica Brasil atraiemos e retemos os melhores talentos do mercado, por meio de processos seletivos e de desenvolvimento criteriosos, contando com o apoio de plataformas online de Recrutamento e Seleção e de ferramentas de avaliação adequadas a cada nível de complexidade - do operacional ao estratégico. Adicionalmente, contamos com um importante processo de Recrutamento Interno, que dá visibilidade e oportunidade de carreira para todos os colaboradores. Em todos os processos seletivos, a Companhia adota ações que suportam a resolução das desigualdades, condizentes as melhores práticas para a diversidade e inclusão, reforçando nossa crença de que todas as pessoas têm direito à igualdade de tratamento e acesso às oportunidades.

Em 2018, foram investidos aproximadamente R\$ 59 milhões em educação com mais de 300 mil participações de colaboradores efetivos e 330 mil participações de parceiros em nossas ações de treinamento, somando um total de 1.400 mil horas/capacitação para colaboradores próprios e 440 mil horas/capacitação para parceiros, entre presenciais e online. Reforçamos o papel da educação digital por meio do portal Success Factors, sendo que 40% das ações de treinamento para todos os funcionários, entre os processos seletivos, a Companhia adota ações que suportam a resolução das desigualdades, condizentes as melhores práticas para a diversidade e inclusão, reforçando nossa crença de que todas as pessoas têm direito à igualdade de tratamento e acesso às oportunidades.

Nossas ações educacionais corporativas seguem a promoção do mindset digital, como a plataforma Learning Hub (plataforma de cursos online oferecidos por parceiros educacionais sobre temas relacionados a inovação e tecnologia, carreira e autodesenvolvimento). Também fomentamos direcionadores importantes por meio da aplicação de cursos obrigatórios para todos os colaboradores sobre compliance, privacidade e segurança dos dados, princípio da atuação e negócios responsáveis.

Seguimos com a promoção de certificações técnicas importantes para o negócio e subsídios a cursos de especialização profissional e idiomas. O Programa de Desenvolvimento Educacional teve cerca de 850 colaboradores contemplados em 2018, com investimento de aproximadamente R\$1,3 milhão, para subsídio de até 50% dos cursos de primeira graduação, pós-graduação e idiomas de inglês e espanhol. Também oferecemos convênios com cerca de 40 instituições de ensino, entre Universidades e escolas de idiomas, que concedem descontos de 10% a 30% para nossos colaboradores que buscam o desenvolvimento profissional.

Pra que queremos aprimorar a Sustentabilidade, que em 2018 passou por uma renovação e mudou de nome, passando a chamar de Viva Aprendendo, ofereceu aos colaboradores temas da atualidade como: mindset digital, cultura ágil, life long learning, diversidade, vieses inconscientes entre outros. Reconhecendo a importância da atração de novos talentos para a sustentabilidade e crescimento do negócio, em 2018 investimos em programas voltados a esse público.

- Jovens Talentos: tivemos mais de 22 mil inscrições para as 32 posições no programa de Trainee. Cada vez mais consolidado frente ao mercado, nosso programa de trainee e estágio vêm tornando-se uma importante fonte de captação de talentos para a empresa.

Seguimos trabalhando o desenvolvimento das lideranças, com programas presenciais e digitais, direcionados aos diversos níveis do nosso pipeline de Líderes, buscamos avançar os resultados e fortalecer a cultura de empresa:

- Programa Mentoring Corporativo: em 2018 expandimos o programa que conta com a participação de 150 mentores e 150 mentorados, compartilhando conhecimentos, trocando experiências e ampliando o networking, resultando em um verdadeiro processo de crescimento bidirecional.

- Academia de Líderes: promove a cultura e a estratégia organizacional e tem como objetivo capacitar e desenvolver a liderança e os potenciais gestores por meio de ações de treinamento presenciais e online. Em 2018, foram realizadas 210 turmas presenciais de 21 temas diferentes, em 9 localidades espalhadas pelo Brasil, com um total de 2.084 participações. Em outubro, lançamos a Plataforma Online da Academia de Líderes, que está disponível para 100% dos coordenadores, gerentes de seção e gerentes de divisão, com um portfólio de 150 conteúdos diversos. Em 2018 foram concluídos 779 cursos.

• Universidade Telefônica (Barcelona): por meio de programas internacionais de desenvolvimento, reforçamos nossa conexão com a estratégia global do Grupo Telefônica e preparamos os executivos para os desafios do negócio. Em 2018, enviamos 277 líderes para a Universidade Telefônica, em Barcelona, entre Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes e Coordenadores, para participar de 7 diferentes cursos.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

Una das principais ferramentas da empresa, para apoio da gestão das equipes e direcionadora dos planos de desenvolvimento dos colaboradores, é a Avaliação de Performance. Ela é direcionada a todos os profissionais. Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes e Coordenadores, para participar de 7 diferentes cursos.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

Una das principais ferramentas da empresa, para apoio da gestão das equipes e direcionadora dos planos de desenvolvimento dos colaboradores, é a Avaliação de Performance. Ela é direcionada a todos os profissionais. Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes e Coordenadores, para participar de 7 diferentes cursos.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com bases nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas consultoras do mercado.

• Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.559.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero:** Iroca de experiências e estímulo à implementação e aprimoramento de políticas públicas e práticas empresariais para superar a discriminação de gênero e raça nas organizações.

Ainda como parâmetro de melhoria contínua e incorporação da sustentabilidade nos processos estratégicos, utilizamos o modelo sugerido pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com indicadores monitorados pela Companhia.

Em 2018, a Telefônica Brasil esteve presente nos principais rankings de sustentabilidade nacional e internacional. Pelos sétimos anos consecutivos, integraram a cartilha do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 que reúne as ações de 30 empresas reconhecidas por seu desempenho em Sustentabilidade. Mais uma vez fizemos parte do GUIA EXAME de Sustentabilidade, que é um dos maiores levantamentos de sustentabilidade corporativa do país, que aponta 77 empresas-modelo em 19 setores da economia e nos manteve como a única companhia de telecomunicações do nosso país presente no Índice Vigeo Eiris Best Emerging Markets Performers Ranking, da VIGEO EIRIS, organização europeia de avaliação de Sustentabilidade que mede a performance das empresas por meio de indicadores de meio ambiente, social e de governança (ESG). A Companhia divulga o Relatório Anual de Sustentabilidade, segundo os padrões da Global Reporting Initiative (GRI), disponível na área de Sustentabilidade no site [www.telefonica.com.br](http://www.telefonica.com.br) ou no site de Relações com Investidores [www.telefonica.com.br/investir](http://www.telefonica.com.br/investir).

**6.1. Investimento social privado**

A Fundação Telefônica Vivo, responsável pelos projetos sociais da Telefônica Brasil, acredita na Inovação educativa como forma de inspirar novos caminhos para o desenvolvimento do Brasil a partir da educação. A Fundação desenvolve projetos nas áreas de educação, empreendedorismo social e voluntariado. Com atuação no Brasil desde 1999, faz parte da uma rede formada por outras 17 fundações presentes na Europa e América Latina, integrantes do Grupo Telefônica. Em 2018, beneficiamos cerca de 1,7 milhão de pessoas e investimos R\$ 60 milhões.

Para saber mais sobre a Fundação Telefônica Vivo, acesse: [www.fundacaotelefonica.org.br](http://www.fundacaotelefonica.org.br)

**7. Desempenho Operacional**

Ao final de 2018, a Companhia totalizou 73.160 mil acessos móveis, reafirmando sua liderança com uma participação de mercado de 31,9%. A base de clientes pós-pago representava 55,2% da base móvel ao final de 2018, um crescimento de 6,2 p.p. em relação a 2017.

Em relação à telefonia fixa, a Companhia encerrou o ano de 2018 com 22.029 mil unidades geradoras de receitas, redução de 3,6% em relação ao ano anterior, devido principalmente à maturidade da voz fixa e à estratégia mal setiva para o serviço de TV por assinatura.

Banda Larga - atingiu 7.453 mil clientes ao final de 2016, crescimento de 0,3% ou 26 mil adições líquidas em relação à 2017. Os acessos através de fibra (FTTH) atingiram 1.393 mil clientes, com crescimento anual de 46,8%. O número de clientes de ultra banda larga (FTTx), já representa 66,9% sobre o total de acessos de banda larga. Unhas em Serviço - atingiu 13.025 mil clientes em 2018, uma redução de 6,0% em relação a 2017, devido à maturidade no serviço de voz fixa residencial, além do impacto do cenário macroeconômico no negócio corporativo. T2 per assinatura - atingiu 1.567 mil clientes em 2018, redução de 3,1% em relação a 2017, refletindo a setividade da Companhia com foco em clientes de maior valor. O IPTV atingiu 579 mil usuários, um crescimento anual de 52,1%.

Dessa forma, a Companhia encerrou 2018 com 95.189 mil clientes, uma redução de 2,7% em relação ao ano anterior, em função das desconexões de clientes de voz fixa e de clientes móveis pré-pagos.

**8. Desempenho Financeiro****8.1. Receita Operacional Líquida**

Em 2018, a Companhia apurou receita operacional líquida consolidada de R\$ 43.453 milhões, aumento de 0,6% em comparação a 2017, quando registramos receita líquida de R\$ 43.207 milhões. Contribuiu para esse crescimento as maiores receitas de dados e serviços digitais móveis, além da banda larga fixa, parcialmente compensadas pela redução dos valores das chamadas fixo-móvel e pela redução da tarifa de Interconexão, tanto fixa quanto móvel, determinadas pelo órgão regulador.

**8.2. Custos e Despesas Operacionais**

Os custos operacionais, excluindo depreciação e amortizações, atingiram R\$ 25.638 milhões em 2018, uma redução de 10,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R\$ 28.721 milhões), e abaixo da inflação do período de 3,7%. A redução é explicada, principalmente, pelo intenso processo de digitalização da Companhia que resultou em menores custos com impressão e postagem de contas para o aplicativo de e-billing, redução de custos com comissionamento dado o crescimento do e-commerce de produtos, serviços e recargas e menores custos com atendimento ao cliente em função da maior penetração do aplicativo Meu Vivo, além dos menores custos com serviços prestados devido à redução dos valores de interconexão fixa e móvel ocorrida em fevereiro de 2018, parcialmente compensada pelo maior custo de mercadorias vendidas, refletindo a estratégia adotada durante o ano de maior foco na venda de terminais a equipamentos com margem. Além disso, a Companhia registrou efeito não-recorrente relacionado a decisão judicial em favor da Companhia referente à contingência tributária.

**8.3. Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras Líquidas e Equivalência Patrimonial**

O lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e equivalência patrimonial consolidadas aumentou em 42,6%, passando de R\$ 6.632 milhões em 2017 para R\$ 9.456 milhões em 2018, em função, principalmente, do melhor desempenho operacional.

**8.4. EBITDA**

O EBITDA foi de R\$ 17.825 milhões em 2018, aumento de 23,0% em relação aos R\$ 14.486 milhões registrados em 2017. Por sua vez, a Margem EBITDA alcançada em 2018 foi de 41,0%, incremento de 7,5 p.p. em relação à margem de 33,5% registrada no ano anterior. Contribuíram para esse resultado a maior receita de serviços móveis e de ultra banda larga, além das medidas de eficiência e digitalização adotadas pela Companhia e do registro de efeito não-recorrente relacionado a decisão judicial em favor da Companhia referente à contingência tributária. Excluindo esses efeitos, a margem EBITDA recorrente atingiu 35,8% em 2018, um incremento de 1,9 p.p. quando comparado com a margem EBITDA recorrente de 33,3% registrada em 2017.

**Em milhares de reais - Consolidado**

	2018	2017
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial (*)</b>	9.456,2	6.632,2
<b>Despesas de depreciação e amortização</b>	8.487,9	5.963,1
<b>Em custos dos serviços prestados</b>	1.352,6	1.433,3
<b>Em despesas de comercialização de serviços</b>	528,1	457,3
<b>EBITDA</b>	17.824,5	14.485,9
<b>Margem EBITDA</b>	35,8%	33,3%
(a) EBITDA	17.824,8	14.485,9
(b) Receita operacional líquida (*)	43.452,7	43.206,8
(a) / (b)	41,0%	33,5%
<b>Margem EBITDA recorrente</b>	35,8%	33,3%

(\*) Vide demonstrações de resultados.

**8.5. Endividamento e Resultado financeiro****Em milhares de reais - Consolidado**

	2018	2017
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	(2.499,8)	(3.494,9)
<b>Debêntures</b>	(3.173,9)	(4.520,8)
<b>Contraprestação Contingente GVT</b>	(465,7)	(446,1)
<b>Endividamento total</b>	(6.139,4)	(8.461,8)
<b>Operações com derivativos</b>	56,1	143,8
<b>Endividamento após derivativos</b>	(6.083,3)	(8.318,1)

A Companhia encerrou o exercício de 2018 com dívida bruta de R\$ 6.083 milhões (R\$ 3.818 milhões em 2017) e 9,83% do patrimônio líquido (12,0% em 2017). Os recursos captados são 1,6% denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano e cesta de moedas - UMBNDDES) e 98,4% denominados em moeda nacional, sendo que a totalidade da dívida em moeda estrangeira está coberta por operações de hedge.

**8.6. Resultado do Exercício**

A consolidação dos resultados do exercício, apurado conforme os critérios da legislação societária, apresenta Lucro Líquido de R\$ 8.928 milhões em 2018 (R\$ 4.009 milhões em 2017), montante 93,7% superior ao mesmo período de 2017. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2018 foi de 20,5% (10,7% em 2017).

**Em milhares de reais**

	2018	2017
a) Lucro líquido do exercício (*)	8.928,0	4.008,8
b) Receita operacional líquida (*)	43.452,7	43.206,8
a) / b)	20,5%	10,7%

(\*) Vide demonstrações de resultados.

**8.7. Investimentos**

Em 2018, a Companhia investiu R\$ 8.199,9 milhões, valor 2,5% superior ao ano anterior (R\$ 7.998,3 milhões), principalmente direcionados ao crescimento e qualidade dos nossos serviços, permitindo atender cada vez melhor uma sociedade cada vez mais conectada, e suportando o crescimento de serviços de dados por parte dos nossos clientes, tanto nos serviços fixos como nos móveis, assim como no mercado corporativo.

Em 2018, continuamos expandindo nossos serviços de telefonia fixa implantando serviços de fibra óptica (FTTH) em 30 novas cidades e construindo aproximadamente 2 milhões de novos homes passed.

No móvel, aceleramos a implantação do 4G atingindo a marca expressiva de 3.100 municípios com essa tecnologia. Além disso, melhoramos a qualidade do sinal em diversas regiões e aplicamos recursos importantes em ações de manutenção (previsiva e realiva).

A Telefônica Brasil investiu também na integração dos sistemas do negócio fixo e móvel, além de melhorar a nossa infraestrutura de suporte ao negócio (sistemas, pontos de venda e atendimento). Em 2018, continuamos investindo na melhoria dos sistemas operacionais, expansão e evolução na consolidação de data centers, com destaque para a transformação do ambiente de faturamento e dos projetos de Big Data, que darão suporte ao lançamento de novos produtos e serviços, com foco principal na experiência do cliente.

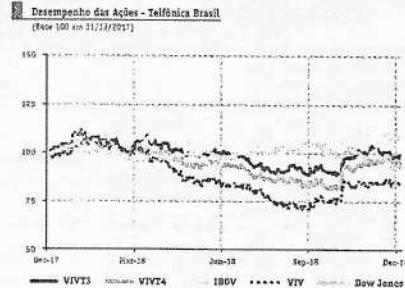
Consolidado em R\$ milhões	2018	2017	%
Total	8.199,9	7.998,3	2,5
Rede	6.891,2	6.783,5	1,4
Tecnologia / Sistemas de Informação	999,3	883,3	13,1
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e Outros	312,8	331,5	(5,7)
Licenças	6,6	0,0	n.d.

**9. Mercado de Capitais**

A Telefônica Brasil possui ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) negociadas na B3 sob os símbolos VIVT3 e VIVT4, respectivamente. A Companhia também possui ADRs negociados na NYSE, sob o símbolo VIV. As ações VIVT3 e VIVT4 encerraram o ano com cotadas a R\$41,29 e R\$46,23, apresentando, respectivamente, uma valorização anual de 0,2% e uma desvalorização de 4,9%, frente à elevação anual de 16,0% do Índice Bovespa. As ADRs finalizaram o ano cotadas a US\$11,93, desvalorizando-se 19,4% no período, frente a uma desvalorização do Índice Dow Jones de 5,6%.

O volume financeiro médio diário das ações VIVT3 e VIVT4 no ano foi de R\$1.196 mil e R\$88.668 mil, respectivamente. No mesmo período, o volume médio diário da ADR foi de US\$20.157 mil.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações no último ano:

**9.1. Política de remuneração ao acionista**

Conforme establecido no Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Os juros sobre capital próprio e dividendos declarados pela Telefônica Brasil com base no lucro do exercício de 2018 e na reversão da Reserva Especial para expansão e modernização de 2018 constituída com base no lucro do exercício de 2017, totalizaram R\$ 7,0 bilhões, um payout de 78,6%, conforme relacionado na tabela a seguir:

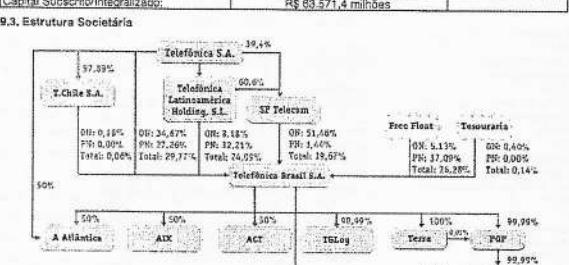
2018	Definição	Posição Acionária	Valor Total (R\$ Milhões)	Valor Total Líquido (R\$ Milhões)	Classe de Ação	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Líquido por Ação (R\$)	Data de Pagamento*
Dividendos (a ser deliberado em 11/04/19)	11/04/19	2.468,7	2.468,7	PN	1.508114	1.508114	17/12/19	
JSCP (base em 01/01/18)	04/12/18	1.350,0	1.147,5	ON	0,749739	0,637278		
JSCP (base em 01/01/19)	05/09/19	2.800,0	2.380,0	ON	1.555013	1.321781	20/08/19	
JSCP (base em 01/01/20)	18/06/18	400,0	340,0	ON	0,222148	0,188823	20/08/19	

1) A Diretoria da Companhia deliberou que o pagamento de JSCP declarados e Dividendos propostos, ad referendum da Assembleia, se aprovados, ocorrerão nas datas listadas acima;

2) Dividendo proposto pela Administração para futura deliberação na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 11 de abril de 2019.

**9.2. Posição Acionária**

31/12/18	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	50.033.264	704.207.855	1.244.241.119
ON: 94,47%	62,91%	73,58%	
Minoritários	29.320.789	415.131.868	444.452.657
Tesouraria	2.290.154	983	2.291.147
Número Total de Ações	571.644.217	1.119.340.706	1.690.984.923
Valor Patrimonial por Ação*	R\$ 42,40		
Capital Subscrito/Integralizado:	R\$ 83.571,4 milhões		

**9.3. Estrutura Societária****10. Perspectivas**

Uma retomada do crescimento econômico tende a contribuir para a recuperação do setor de telecomunicações. A busca por produtos e serviços diferenciados, entrega de qualidade e melhor experiência do cliente deverão nortear as tendências do setor. Além dos serviços tradicionais de telecomunicações, as operadoras deverão fortalecer seu posicionamento no mercado de serviços digitais e distribuir novos produtos e serviços, como Segurança, Cloud, IoT, Big Data e OTTs. Dentro desse contexto, a Telefônica Brasil está bem estruturada para manter sua liderança no mercado brasileiro de telecomunicações e continuar atendendo todos os seus 95 milhões de clientes. Relevância, Receita, Retorno, Responsabilidade e Motivação compõem os pilares estratégicos da Companhia e lhe permitirão evoluir como a melhor plataforma de conectividade e experiência de uso.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

Em 2019, continuaremos investindo em tecnologias emergentes, como 5G, Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cloud Computing, Inteligência Artificial (IA), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR), entre outras.

continuação

**Telefônica****Companhia Aberta**

CNPJ/MF nº 02.656.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0001881-4

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado			
	Nota	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	Nota	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.275.330	3.681.173	3.391.528	4.050.938	Passivo circulante					
Contas a receber	4	8.246.999	8.413.403	8.304.582	8.588.466	Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	765.098	646.937	782.830	723.340
Estoques	5	469.803	354.711	462.053	348.755	Fornecedores	16	7.746.133	8.560.841	7.682.922	7.484.000
Despesas a antecipar	6	581.281	425.290	581.743	446.439	Impostos, taxas e contribuições a recolher	7	1.739.516	1.669.741	1.797.965	1.726.836
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	274.027	401.259	274.598	505.535	Dividendos, taxas e contribuições a recuperar	17	1.739.516	1.669.741	1.797.965	1.726.836
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8	4.671.959	1.999.449	4.674.293	5.056.455	Dividendos e lucros sobre o capital próprio	18	4.172.316	2.396.116	4.172.916	2.396.116
Depósitos e bloqueios judiciais	9	312.820	324.465	313.007	324.638	Provisão e contingências	19	377.926	1.434.911	377.929	1.434.911
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10	51.795	323.205	-	-	Empreendimentos, financiamentos e debêntures	20	1.484.166	3.033.441	1.464.166	3.033.441
Instrumentos financeiros derivativos	31	69.095	87.843	65.068	87.643	Receitas diferidas	21	525.509	370.493	525.509	372.581
Outros ativos	10	297.368	701.882	302.607	321.397	Instrumentos financeiros derivativos	31	16.158	5.107	16.538	5.239
Ativo não circulante						Outros passivos	22	357.535	700.251	368.376	718.468
Realizável a longo prazo						Passivo não circulante					
Aplicações financeiras em garantia						Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	11.850	21.648	11.903	23.284
Contas a receber	76.717	81.472	76.934	81.496		Impostos, taxas e contribuições a recuperar	17	30.345	18.463	39.245	49.448
Despesas a antecipar	4	426.252	167.888	426.252	273.888	Provisão e contingências	19	1.082.959	700.325	1.082.952	700.325
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	134.209	21.684	105.935	23.116	Empreendimentos, financiamentos e debêntures	20	4.529.471	5.429.400	4.675.271	5.428.400
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	3.222.262	10.394.203	3.222.263	743.205	Receitas diferidas	21	240.528	350.637	240.528	350.637
Depósitos e bloqueios judiciais	9	3.446.656	6.155.221	3.507.007	6.939.167	Instrumentos financeiros derivativos	31	22.845	15.412	22.845	15.412
Instrumentos financeiros derivativos	31	26.468	76.782	26.468	76.782	Outras passivas	22	295.206	771.923	292.333	772.601
Outros ativos	11	44.108	1.949.275	101.657	98.902	TOTAL DO PASSIVO					
Investimentos	12	34.109.139	33.112.532	34.115.327	33.216.216	TOTAL DO PASSIVO	102.434.276	102.163.153	102.561.131	101.382.835	
Imobilizado					PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Intangível	13	42.220.332	43.103.436	42.220.985	43.331.904	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
TOTAL DO ATIVO		102.434.276	102.163.153	102.561.131	101.382.835						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado			
	Nota	2018	2017	2018	2017	
Receta operacional líquida	24	37.982.772	39.343.726	43.462.740	43.206.832	
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	25	(19.820.589)	(19.155.195)	(21.025.761)	(20.372.530)	
Lucro bruto	18.162.193	29.208.533	22.436.973	22.934.304		
Recetas (despesas) operacionais	25	(12.034.039)	(12.758.652)	(12.827.741)	(13.136.474)	
Despesas com comercialização	25	(2.505.623)	(2.334.908)	(2.589.570)	(2.443.105)	
Outras receitas operacionais	24	4.757.154	782.933	4.077.003	464.182	
Outras despesas operacionais	25	(1.245.216)	(1.676.221)	(1.626.669)	(1.186.669)	
Lucro operacional	27	7.128.141	4.906.434	9.456.184	6.632.247	
Receitas financeiras	27	3.024.566	2.612.472	3.024.566	1.755.958	
Despesas financeiras	27	(2.264.748)	(2.636.113)	(2.255.487)	(2.650.202)	
Resultado de equivalência patrimonial	1	1.576.831	1.303.484	(5.847)	1.580	
Lucro antes dos tributos	10	10.441.842	8.199.275	11.277.793	8.730.773	
Imposto de renda e contribuição social	7	(1.513.684)	(640.591)	(2.349.220)	(1.121.983)	
Lucro líquido do exercício	8.928.258	8.468.790	8.928.258	4.608.790		
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	23	4,96	2,56	-	-	
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)	23	5,45	2,82	-	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			
	Nota	2018	2017	2018	2017	
Lucro líquido do exercício	8.928.258	8.468.790	8.928.258	4.608.790		
Outros resultados abrangentes líquidos que podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes	8.309	9.644	8.309	9.644		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	31	(2.450)	(2.417)	(2.450)	(2.417)	
Tributos	7	832	922	832	922	
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	11	9.927	11.239	9.927	11.239	
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes	(60.220)	(107.471)	(63.151)	(113.588)		
Ganhos (perdas) não realizados em ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	11	(826)	338	(826)	338	
Perdas atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	31	(80.617)	(163.174)	(83.491)	(171.296)	
Tributos	7	31.022	55.365	30.965	57.370	
Equivalência patrimonial no resultado abrangente das investidas	11	(2.931)	(6.117)	-	-	
Outros resultados abrangentes	11	(54.842)	(103.944)	(54.842)	(103.944)	
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos	8.873.416	8.450.846	8.873.416	4.500.846		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2018	2017	2018	2017
Recotas	56.206.482	55.205.339	51.135.271	58.337.759	
Venda de mercadorias e serviços	15.809.626	54.919.544	58.022.656	45.646.488	
Outras receitas	5.712.392	1.690.880	4.646.275	1.153.299	
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	(1.315.536)	(1.405.085)	(1.533.880)	(1.481.015)	
Insumos adquiridos de terceiros	(18.971.458)	(16.695.568)	(20.164.161)	(19.942.270)	
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos	(10.084.028)	(9.316.305)	(11.397.753)	(10.412.308)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.695.055)	(9.499.989)	(8.958.215)	(9.648.598)	
Pérdida/Recuperação de ativos	107.657	119.726	109.824	118.738	
Valor adicionado bruto	(8.335.746)	(7.826.184)	(8.368.623)	(7.853.734)	
Depreciação e amortização	29.199.280	28.682.587	32.582.483	31.411.746	
Valor adicionado líquido produzido	3.991.108	3.782.519	4.12.642	3.755.958	
Valor adicionado recebido em transferência	34.767.219	31.861.243	36.869.277	32.899.284	
Resultado de equivalência patrimonial	5.567.939	5.249.856	4.195.793	1.757.538	
Recotas financeiras	3.951.108	3.782.519	4.12.642	3.755.958	
Valor adicionado total a distribuir	34.767.219	31.861.243	36.869.277	32.899.284	
Distribuição do valor adicionado	3.951.108	3.782.519	4.12.642	3.755.958	
Pessoal, encargos e benefícios sociais	4.049.406	3.733.519	4.15.429	4.107.176	
Benefícios	2.840.550	2.601.425	3.127.787	2.803.233	
FGTS	1.047.247	996.215	1.199.558	1.101.174	
Impostos, taxas e contribuições	161.578	185.879	186.954	202.776	
Federal	6.092.251	4.902.686	7.367.088	5.748.082	
Estadual	10.256.529	12.815.664	10.278.645	12.822.020	
Municipal	177.896	105.682	265.150	132.434	
Remuneração de capitais de terceiros	5.263.899	5.244.922	5.215.840	5.480.782	
Juros	2.081.702	2.579.241	2.108.552	2.598.672	
Aluguéis	3.182.187	2.665.681	3.207.288	2.882.110	
Remuneração de capitais próprios	8.928.258	4.009.790	8.828.253	4.608.790	
Juros sobre o capital próprio	4.550.000	2.416.639	4.550.000	2.416.639	
Lucros retidos	4.378.258	2.192.151	4.378.258	2.192.151	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**imprensaoficial**  
 CENTRO DE DIAZINHO DE SÃO PAULO  
 SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:22:06.  
Nº de Série do Certificado: 2FBF231F57953761A5B98E81155C319BC912C6E  
Ticket: 29895101 - www.ImprensaOficial.com.br

São Paulo, 129 (34) - 9



continua

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.556.157/0001-62 - NIRE: 85.3.0015981-4

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucro				Outros		
	Reserva Capital especial de ágio do capital	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva para expansão e modernização	Lucros acumulados	Dividendo proposto	resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	63.871.416	63.074	1.297.287	(67.790) 1.507.305	17.099	550.000	- 1.913.987	11.461	69.444.419		
Dividendo adicional proposto do exercício de 2016							- 1.913.987			(1.913.987)	
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos							101.778			101.778	
Aquisição de ações preferenciais próprias no mercado financeiro				(32)						(32)	
Ações preferenciais entregues referente ao processo judicial de plano de expansão				2						2	
Transferência de incentivos fiscais - Ajuste DIFJ					10.815		(10.815)				
Outros resultados abrangentes							(113.811)		9.867	(103.944)	
Transações da capital (nota 1.2)			(59.029)							(59.029)	
Lucro líquido do exercício							4.608.790			4.608.790	
Destinação do lucro:											
Reserva legal											
Juros sobre o capital próprio intermediários					230.439		(230.439)				
Reversão da retenção de lucros para expansão e modernização							(2.416.639)			(2.416.639)	
Retenção de lucros para expansão e modernização						(550.000)	550.000				
Dividendo adicional proposto						297.000	(297.000)				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>63.571.416</b>	<b>63.074</b>	<b>1.238.268</b>	<b>(87.820)</b> <b>2.138.344</b>	<b>27.884</b>	<b>297.000</b>	<b>- 198.663</b>	<b>2.191.864</b>	<b>21.323</b>	<b>69.461.358</b>	
Efetiva das adições do CPC 47 e CPC 48, líquidos de tributos em 01.01.18							(198.663)			(198.663)	
Dividendo adicional proposto do exercício de 2017							- 2.191.864			(2.191.864)	
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos							152.770			152.770	
Transferência de incentivos fiscais - Ajuste DIFJ					11.529		(11.529)				
Outros resultados abrangentes							(62.739)		7.897	(54.842)	
Transações da capital em controladas				10						10	
Lucro líquido do exercício							8.928.258			8.928.258	
Destinação do lucro:											
Reserva legal											
Juros sobre o capital próprio intermediários					446.413		(446.413)				
Reversão da retenção de lucros para expansão e modernização							(4.550.000)			(4.550.000)	
Retenção de lucros para expansão e modernização						(297.000)	297.000				
Dividendo adicional proposto						1.700.000	(1.700.000)				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>63.571.416</b>	<b>63.074</b>	<b>1.238.278</b>	<b>(87.820)</b> <b>2.584.757</b>	<b>39.413</b>	<b>1.700.000</b>	<b>- 2.468.584</b>	<b>2.468.584</b>	<b>29.225</b>	<b>71.607.027</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**a) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES****a) Informações gerais**

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) data center, incluindo hospedagem, hospedagem e colocation; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de softwares de qualquer natureza, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Telefônica S.A. ("Telefônica"), empresa holding do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,55% (nota 23).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como Companhia Aberta na categoria "A (emissoras autorizadas a emitir ações ordinárias e suas respectivas opções e warrants)", na B3 (companhia resultante da combinação de atividades entre a BM&F Bovespa e Cetip), Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos. É também registrada na Securities and Exchange Commission ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas American Depositary Shares ("ADSs") classificadas no nível II, listadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores da Nova Iorque ("New York Stock Exchange", "NYSE").

**b) Operações**

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fijo Conmutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM") - comunicação de dados, inclusive internet em banda larga; (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); e (iv) Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC" - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas ("PGO"). As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua situação ocorre através da edição de regulamentos de atos administrativos.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada triênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22).

De acordo com os termos de autorização de uso de rádiofreqüências associadas no SMP, a cada triênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22), sendo que no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

Os termos de autorização ("TAT") da Companhia para exploração do SMP, conforme o Plano Geral de Autorização do SMP ("PGA"), são: (i) Região I - TA nº 078/2012/PVCP/SPV-ANATEL; (ii) Região II - TA nº 005/2010/PVCP/SPV-ANATEL; e (iii) Região III - TA nº 008/2010/PVCP/SPV-ANATEL.

Os termos de autorização para uso das faixas de rádiofreqüências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de rádiofreqüências, realizados pela ANATEL.

A seguir, apresentamos um resumo das autorizações para uso de faixas de rádiofreqüência, outorgadas para a Companhia, conforme os termos de autorização para exploração do serviço em cada região.

**Hashtags de concessão Bandas (MHz)** Vencimento das autorizações

450 MHz	14	2021
700 MHz	20	2029
800 MHz	25	2024/2028
900 MHz	5	2020/2023
1800 MHz	20-60	2020/2023
2100 MHz	20-30	2023
2500 MHz	40-60	2027/2031

c) Eventos societários ocorridos em 2018 e 2017

c.1) Reestruturação societária - 2018

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30 de novembro de 2018, foi aprovada a reestruturação societária, com a incorporação da controlada integral Telefônica Data S.A. ("TData") pela Companhia, com efeitos operacionais a partir de 1º de dezembro de 2018.

A TData era controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tinha como objeto a prestação de serviços, incluindo a disponibilização, cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres, a exploração de soluções integradas e a prestação de serviços de valor adicionado.

A TData era a controladora da Telefônica Transportes e Logística Ltda. ("TLog"), que explora a atividade de logística; a administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros, em todo território nacional, entre outras; fornecimento de logística e a Terra Networks Brasil S.A. ("Terra Networks"), que presta de serviços digitais de telefonia fixa e móvel, serviços de dados, televisão por assinatura, entre outros.

A incorporação da TData teve como objetivo a padronização da prestação dos serviços, a simplificação da estrutura organizacional e societária atual do Grupo, bem como auxílio na integração dos negócios da Companhia com a TData.

A TData foi avaliada nos termos do disposto no artigo 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de setembro de 2018. As variações patrimoniais ocorridas na TData entre a data base e a efetivação da incorporação foram absorvidas pela Companhia.

A incorporação sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à TData e avaliação por empresa independente.

Dado que a incorporação da TData pela Companhia não acarretou aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a TData era controlada integral da Companhia, não há que se falar em relação da substituição de ações dos acionistas da TData por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recesso. Ainda, considerando que não há acionistas minoritários da TData, em razão de ser esta controlada integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de receeso de acionistas não controladores da TData de que tratam os artigos 136, inciso IV e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

**Método de contabilização**

Considerando que as combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e internacionais (International Financial Reporting Standards - IFRS), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Reformulação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política com a ser adotada.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição ("Acquisition Method") com base no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R) ou pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos ("Pooling of Interests" ou "Predecessor Value Method"), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma Estrutura Conceitual similar aos CPCs e IFRSs.

Esta incorporação que, conforme descrito anteriormente, envolve societades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos ("Pooling of Interests" ou "Predecessor Value Method"), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R).

Com a incorporação e extinção da TData, a partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia passou a ser a controladora direta da Terra Networks e TLog.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$1.880.374, na data base de 30 de novembro de 2018.

**Ativo circulante**

Caixa e equivalentes de caixa	142.811	Pessoal, encargos e benefícios sociais	70.138
Contas a receber	997.680	Fornecedores	773.066

Imposto de renda e contribuição social diferidas

27.293	Imposto de renda e contribuição social a recolher	40.593
--------	---	--------

Depósitos e bloqueios judiciais

7.048	Receitas diferidas	5.619
261	Obrigações com empresas do grupo	271.814

Depósitos antecipadas

20.359	Outros passivos	10.822
--------	-----------------	--------

Dividendos e juros sobre o capital próprio

118.628	Passivo não circulante	59.202
---------	------------------------	--------

Creditos com empresas do grupo

7	Pessoal, encargos e benefícios sociais	1.024
---	--	-------

Outros ativos

118	Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.475
-----	--	--------

Investimentos

882.855	Provisão	27.368
55.047	Obrigações com empresas do grupo	11

Intangível

18.051	Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	1.880.374
--------	--	-----------

**Ativo não circulante**

847.205	Total do passivo e patrimônio líquido	3.176.793
---------	---------------------------------------	-----------

**Outras informações**

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela TData na data da incorporação totalizava R\$1.165.073, o qual não difere do valor bruto de R\$1.459.639, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$293.566.

c.2) Aquisição de sociedade por sociedade integrada - 2017

Em 3 de julho de 2017, a controladora integral da Companhia, TData, adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Terra Networks, pertencentes à SP Telecom Participações Ltda. ("SPT"), acionista controladora da Companhia.

O preço total pago pela aquisição da totalidade das ações de emissão da Terra Networks foi de R\$250.000, em parcela única, sem necessidade de qualquer financiamento, utilizando apenas o caixa disponível da TData.

A aquisição sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à Terra Networks, gerar alavancagem do negócio de publicidade da TData.

Além disso, dado que a Companhia possui competências para a criação de novos produtos digitais de mídia para mobile e publicidade e a Terra Networks possui know how de venda, atendimento e operações de serviços digitais para clientes específicos, a aquisição da TData também facilitará a sinergia entre as sociedades envolvidas, além de maximizar a utilização das condições comerciais mantidas com fornecedores.

**Método de contabilização**

Considerando que as combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e internacionais (International Financial Reporting Standards - IFRS), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Reformulação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política com a ser adotada.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição ("Acquisition Method") com base no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R) ou pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos ("Pooling of Interests" ou "Predecessor Value Method"), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma Estrutura Conceitual similar aos CPCs e IFRSs.

A aquisição sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à Terra Networks, gerar alavancagem do negócio de publicidade da TData.

Além disso, dado que a Companhia possui competências para a criação de novos produtos digitais de mídia para mobile e publicidade e a Terra Networks possui know how de venda, atendimento e operações de serviços digitais para clientes específicos, a aquisição da TData também facilitará a sinergia entre as sociedades envolvidas, além de maximizar a utilização das condições comerciais mantidas com fornecedores.

**3. V.TARJ. Confid.**

**ALTERNATIVA**

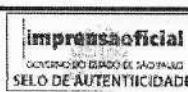
**Idem** (Assinatura Sônia Resseliere)

**Av. São Luís, 261 - 20000-000 - São Paulo - SP**

**S. Paulo - SP - 04047-000 - Brazil**

**JOÃO CARLOS DOMINGOS - Executivo**

**VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE**



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:22:21.  
Nº de Série do Certificado: 2121938AB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A  
[Ticket: 29895136] - www.imprensaoficial.com.br



continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.599.157/001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Esta aquisição que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos ("Predecessor Value Method"), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1)IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da TData.

Com a conclusão da aquisição, a partir de 3 de julho de 2017, a Terra Networks passou a ser controlada direta da TData e indireta da Companhia.

A seguir, apresentamos a compreensão do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$190.971, na data base de 30 de junho de 2017.

<b>Ativo circulante</b>	<b>163.578</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>86.692</b>
Caixa e equivalentes de caixa	43.351	Pessoal, encargos e benefícios sociais	17.227
Contas a receber	81.278	Fornecedores	51.198
Instrumentos financeiros derivativos	8.478	Outros ativos e passivos e contribuições	14.678
Total a recuperar	22.656	Instrumentos financeiros derivativos	1.708
Outros ativos	35.820	Cutros passivos	3.708
Ativo não circulante	228.575	Passivo não circulante	114.291
Tributos diferidos	117.855	Pessoal, encargos e benefícios sociais	506
Depósitos e bloqueios judiciais	102.373	Impostos, taxas e contribuições	229
Outros ativos	740	Provisões	112.874
Imobilizado	7.047	Cutros passivos	680
Intangível	530		
		Valor contábil dos passivos assumidos	201.182
		Valor contábil dos ativos	190.671
		Instrumentos identificáveis adquiridos	250.700
		Contraprestação dada pela aquisição	
		Ajuste nos patrimônios líquidos	
		na TData e Companhia	59.629
<b>Valor contábil dos ativos adquiridos</b>	<b>392.154</b>		

Provisão para riscos prováveis e passivo contingente

O contrato de venda e compra contém termos e condições comuns a esse tipo de transação, incluindo preços e prazos de pagamento, contingentes ou materializados, decorrentes de atos praticados ou fatores ocorridos até a data da aquisição, reduzidos os valores já provisionados das respectivas contingências, os quais foram considerados no preço da aquisição.

Na data da aquisição, a Terra Networks estava envolvida em processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos desfavoráveis são considerados prováveis e possíveis, conforme o caso.

**Outras informações**

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela Terra Networks na data da aquisição totalizava R\$61.276, o qual não difere do valor bruto de R\$69.955, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$8.719.

Desde a data de aquisição até a conclusão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017, a Terra Networks contribuiu com R\$155.224 da receita operacional líquida consolidada e R\$179.615 do lucro líquido consolidado para a Companhia, principalmente pelo reconhecimento de R\$125.191 de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (nota 7).

**d) Bases de consolidação**

A Companhia detém participações societárias diretas em controladas e de controle em conjunto. A seguir, apresentamos as principais informações das investidas da Companhia.

Investidas	Tipo de investimento	Participação		Atividade principal
		31.12.18	31.12.17	
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada	-	100,00%	Brasil
Terra Networks S.A. ("Terra Networks")	Controlada	100,00%	-	Telecomunicações
Telefônica Transportes e Logística Ltda. ("TLog")	Controlada	99,99%	-	Transportes e logística
POP Internet Ltda. ("POP")	Controlada	99,99%	-	Internet
Allianz Atlântica Holding B.V. ("Allianz")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Holanda
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil

TData: Controlada integral e direta da Companhia até 30 de novembro de 2018, com sede no Brasil, tinha como objeto a prestação de diversos serviços, incluindo, a disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres, a exploração de soluções integradas e a prestação de serviços de valor adicionado. Em 1º de dezembro de 2018, a TData foi incorporada pela Companhia (nota 1.c), com sede no Brasil, tem como objeto a prestação de serviços digitais (serviços de valor adicionado ("SVA") próprios e de terceiros e carrier billing, bem como canais mobile para vendas e relacionamento) a publicidade.

TLog: Controladora direta da Companhia a partir de 1º de dezembro de 2018 (nota 1.c), com sede no Brasil, tem como objeto a prestação de atividades de logística; a administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional, entre outras atividades de logística.

POP: Controladora direta da Companhia com sede no Brasil, tem como objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas a informática, internet e outras redes; a prestação de serviços de hospedagem e a exploração comercial de websites portais; a manipulação, a disponibilização e a armazenagem de informações e dados; o comércio de software, hardware, equipamentos de telecomunicação e eletrônicos; o desenvolvimento, o licenciamento e a manutenção de sistemas e rotinas de informação; o desenvolvimento de comércio eletrônico; a criação e a administração de bancos de dados próprios e/ou de terceiros; a comercialização e valoração de publicidades, propagandas e banners; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.

APOP é a controladora direta da Innoweb Ltda ("Innoweb") com sede no Brasil, tem como objeto atuar como provedor de internet; desenvolver atividades de informação; desenvolver toda forma de atividades de telecomunicações, inclusive a transmissão de voz, dados e informações; comercializar equipamentos e/ou acessórios de telecomunicações e eletrônicos; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.

Allianz: Empresa com controle em conjunto com sede em Amsterdã (Holanda), com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tem como objetivo a participação no Consórcio Reflira, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de unidades relacionadas à execução, conclusão e exporação de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a participação no Consórcio Reflira, bem como atividades relacionadas à prestação de serviços de telecomunicações.

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como allocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

**f) Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações ou alterações, aprovados pelo International Accounting Standards Board (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme segue:

**Normas e Emendas a Normas**

IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes
Eclarreamentos à IFRS 15	Ribeita de Contratos com Clientes, emitida em 12 de abril de 2016
Alterações na IFRS 2	Classificação e Mensuração de Papéis e Valores Básicos em Ativos
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2014-2018

A adoção de parte dessas normas, alterações e interpretações não tiveram um impacto significativo na posição financeira da Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial. No entanto, para a IFRS 9 e IFRS 15, houve um impacto significativo na posição financeira consolidada no momento da sua adoção e prospectivamente.

**■ BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

**b) Bases de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

As Demonstrações dos Fluxos da Caixa foram preparadas conforme pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflexo as modificações na caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando forem prováveis que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2019.

Para a comparabilidade das demonstrações financeiras individuais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, deve-se levar em consideração os efeitos da aquisição da Terra Networks pela TData ocorrida em 3 de julho de 2017 e da Incorporação da TData pela Companhia em 30 de novembro de 2018 (nota 1.c).

**c) Mão-de-obra e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro da 2018 e 2017 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

A medida funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real de seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

**d) Base de consolidação**

A Companhia detém participações societárias diretas em controladas e de controle em conjunto. A seguir, apresentamos as principais informações das investidas da Companhia.

Investidas	Tipo de investimento	Participação		Atividade principal
		31.12.18	31.12.17	
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada	-	100,00%	Brasil
Terra Networks S.A. ("Terra Networks")	Controlada	100,00%	-	Telecomunicações
Telefônica Transportes e Logística Ltda. ("TLog")	Controlada	99,99%	-	Transportes e logística
POP Internet Ltda. ("POP")	Controlada	99,99%	-	Internet
Allianz Atlântica Holding B.V. ("Allianz")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Exploração de redes subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

**e) IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

O IFRS 9 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) o custo amortizado; (ii) o valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) o valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VRA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contánuas. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

O IFRS 9 introduziu o modelo de perda de crédito esperado como novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros. Esse novo modelo exige que as perdas de crédito esperadas sejam registradas a partir do reconhecimento inicial do ativo financeiro. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos comerciais. Consequentemente, a aplicação dos novos requisitos ocasionou uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente nos créditos de longo prazo.

Adicionalmente, a nova norma introduziu um modelo contábil novo e menos restritivo de hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge e que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco, além de modificar os critérios de documentação de relacionamentos entre a entidade e o provedor de hedge.

As principais mudanças estão relacionadas com a documentação de políticas e estratégias de hedge, bem como a estimativa e o cronograma de reconhecimento de perdas esperadas em recebíveis de clientes. A Companhia decidiu aplicar a opção que permite não representar os perfis comparativos a serem apresentados no ano da adoção inicial.

A partir da análise realizada nas transações do exercício de 2017, a Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2018, uma redução dos lucros acumulados a provisão por inadimplência de recebíveis, antes da adoção do IFRS 9, de R\$364 milhões, antes dos tributos deferidos, decorrente do aumento das saídas de abertura da provisão por inadimplência de recebíveis.

Além dos efeitos na provisão por inadimplência de recebíveis de clientes, a adoção do IFRS 9 teve impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, conforme segue:

**Classificação por categoria**

Classificação de acordo com o IAS 39	Classificação de acordo com o IFRS 9
Ativos Financeiros	
Contas a receber	Empreéstimos e recebíveis
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado
Passivos Financeiros	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente
Instrumentos financeiros derivativos	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente

As informações completas dos ativos e passivos financeiros da Companhia estão divulgadas na nota 31.

**IFRS 15 - Receita de contratos com clientes**

O IFRS 15 estabelece uma estrutura global para determinar quando reconhecer a receita de atividades ordinárias e quando reconhecer a receita de atividades excepcionais, e é aplicável a contratos com clientes que envolvem múltiplos produtos ou serviços.

Com a adoção da IFRS 15, as receitas totais dos pacotes que combinam vários produtos ou serviços de rede fixa, móvel, caixas, internet ou televisão, passarem a serem alocadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote, sendo reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita, independentemente de haver ligações não entregues. Consequentemente, quando os pacotes incluem um desconto no equipamento, há um aumento das receitas reconhecidas pela venda de celulares e outros equipamentos, ou diminuição da receita do serviço em curso ao longo de períodos subsequentes. Na medida em que os pacotes são comercializados com desconto, a diferença entre a receita da venda de equipamentos e a contraprestação recebida do cliente antecipadamente é reconhecida como um ativo contratual na demonstração da posição financeira.

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas e amortizados no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são deferidos na medida em que elas se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

A receita de venda de celulares a outros equipamentos a deles é contabilizada no momento de sua entrega e não no momento da sua venda ao cliente final, por não existir qualquer obrigação de desempenho após a entrega aos deles.

Os custos de aquisição dos contratos foram contabilizados como alterações retrospectivas (ou seja, como contratos separados), enquanto outras modificações foram consideradas prospectivamente como contratos separados, como o final do contrato original e a criação de um novo.

A Companhia adotou, conforme facultado pelo prazo de implementação, o método retrospectivo modificado com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido como um ajuste no saldo da abertura dos lucros acumulados na data da adoção inicial. Sendo assim, os comparativos dos períodos anteriores não serão representados.

Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, a Companhia divulga na nota 35 a demonstração dos resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 15.

O IFRS 15 também permite a aplicação de certos expedientes práticos para facilitar a aplicação das novas regras. A Companhia avalia quais deles serão adotados na implementação da norma com o objetivo de reduzir a complexidade em sua aplicação.

**■ TABELA DE NOTAS - AUTENTICAÇÃO**

Este documento é assinado digitalmente e autenticado de acordo com a legislação brasileira.

Av. SÃO LUIS, nº 1.250 - Centro - São Paulo - SP - 01046-000 - Fone: (11) 3346-3222

JOÃO CARLOS DOMINGOS - E-mail: joao.domingos@imprensaoficial.com.br

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

Autenticação realizada por meio de impressão digital.

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.568.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Os principais expedientes práticos adotados pela Companhia foram:
- Contratos concluídos: a Companhia não aplicou a norma retroativamente aos contratos concluídos em 1º de janeiro de 2018.
  - Abordagem do portfólio: a Companhia aplicou os requisitos da norma para grupos de contratos com características semelhantes, uma vez que, para os grupos identificados, os efeitos não diferem significativamente de uma aplicação em contrato por contrato.
  - Componente financeiro: não foi considerado significativo quando o período entre o momento em que o bem ou o serviço prometido é transferido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é de um ano ou menos.
  - Custos para obter um contrato: esses custos foram reconhecidos como uma despesa quando incorridos se o período de amortização do ativo que a entidade reconheceu da outra forma é de um ano ou menos. O processo de implementação dos novos requisitos envolveu a introdução de modificações nos sistemas de informação atuais, a implementação de novas ferramentas de TI e mudanças nos processos e controles de todo o ciclo de receita na Companhia. Este processo de implementação implicou um alto grau de complexidade devido a fatores como grande número de contratos, inúmeros sistemas de fontes de dados, bem como a necessidade de fazer ajustes estruturais.

A parcial da análise realizada nas transações do exercício de 2017, considerando as ofertas comerciais, bem como o volume de contratos aprovados, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2018 um aumento nos lucros acumulados de R\$156 milhões, ante os tributos deferidos referentes ao prazo de amortização do ativo contratual que levam ao reconhecimento antecipado de receita de venda de bens e a alíquota e diferimento dos custos incrementais relacionados à obtenção de contratos e custos de cumprimento do contrato que resultam no reconhecimento posterior dos custos de aquisição de clientes e outras despesas de vendas. A seguir, apresentamos as movimentações dos ativos e passivos contratuais e dos custos incrementais da Companhia (excluindo os tributos sobre as receitas e o imposto de renda e contribuição social).

	<b>Ativos contratuais (1)</b>	<b>Passivos contratuais (3)</b>		
	<b>Ativo Provisão contratual, para contrato</b>	<b>Reclassifi- cação Passivos líquido contratuais (nota 21)</b>	<b>Total de Passivos contratuais mentais (2)</b>	<b>Custos incre- mentais</b>
Adoção inicial em 01.01.18	193.675 (33.196)	160.479 (178.897)	- (178.897)	183.645
Reclassificações em 01.01.18				
Alias	587.733 (512)	567.221 (7.271.614)	(383.688) (7.271.614)	262.518
Paixões	(585.675)	(585.675) 7.301.992	7.301.992 (990.772)	
Saldos em 31.12.18	195.733 (33.708)	162.025 (148.519)	(383.688) (32.207)	255.391
Circulante	195.733 (33.708)	162.025 (504.473)	(383.688) (504.473)	170.703
Não circulante				84.688
			(27.734)	

Os montantes da tabela acima estão classificados nos balanços patrimoniais em: (1) Contas a receber (nota 4);

(2) Despesas antecipadas (nota 6); e (3) Recursos diferidos (nota 21).

Os montantes de altas e baixas na coluna de passivos contratuais do quadro acima, referem-se principalmente à venda de créditos de pré-pagos.

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realização dos passivos contratuais.

	<b>Consolidado</b>
2019	(504.473)
2020	(16.753)
2021	(2.383)
2022 em diante	(8.598)
Total	(52.207)

**Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC**  
Além das normas emitidas e alteradas mencionadas anteriormente, na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS e IFRICs haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	<b>Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após:</b>
<b>Normas e Emendas a Normas</b>	
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015-2017
	1º de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos
	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incisões sobre Tratamentos de Imposto de renda
	1º de janeiro de 2019
Alterações na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com Compensação Negativa
	1º de janeiro de 2019
Alterações no IAS 28	Participações de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures
	1º de janeiro de 2019
Alterações na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Constituição de Aliados entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
	1º de janeiro de 2019

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Como resultado da avaliação até o momento, a Companhia estima que a adoção dessas normas, alterações e interpretações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no período inicial de adoção, exceto para os efeitos da IFRS 16, onde existe a expectativa de um impacto significativo na posição financeira individual e consolidada no momento da sua adoção e prospectivamente.

**IFRS 16 - Arrendamentos**  
A IFRS 16 exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes de todos os arrendamentos (exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor) na demonstração da posição financeira.

A Companhia atua como arrendadora em um número significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como terrenos e o respectivo terreno onde estão localizadas, circuitos, escrádios, lojas e imóveis comerciais, principalmente. Uma parcela significativa desses contratos é contabilizada como arrendamento operacional de acordo com o atual padrão de arrendamento, sendo os pagamentos de locação reconhecidos de forma linear ao longo do prazo do contrato.

A Companhia concluiu o processo de estimar o impacto dessa nova norma em tais contratos. Esta análise incluiu uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no perío-  
do não cancelável e os períodos cobertos por opções para alugar o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Companhia e onde esse exercício é de fato certo, isso depende, em grande medida, dos fatos e circunstâncias específicas aplicáveis às principais classes de ativos no setor de telecomunicações (tecnologia, regulamentação, concorrência, modelo de negócios, entre outros). Além disso, a Companhia adotou premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa representativa de juros para o prazo estimado. Por outro lado, a Companhia considerou não reconhecer separadamente os componentes de não arrendamento e componentes de arrendamento para as classes de ativos em que os componentes de não arrendamento não são relevantes em relação ao valor total do arrendamento.

A norma permite ainda dois métodos de transição: retroativamente para todos os períodos apresentados ou uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada. A Companhia optou pela expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial da IFRS 16, mas para aplicar diretamente os novos requisitos a todos os contratos que, nesse momento da norma atual, foram identificados como arrendamento. Além disso, certos expedientes práticos estão disponíveis na primeira aplicação em conexão com o direito de uso, mensuração de ativos, taxas de desconto, custos incertos diretos e prazo do contrato de arrendamento. Desta forma, a Companhia optou por adotar os seguintes procedimentos para os novos contratos: (i) utilização do desconto de descontos comum para grupos de contratos com características semelhantes em um prazo de prazo, ativo do contrato, medida e ambiente econômico; (ii) aplicação do expediente prático que permite não adotar os novos critérios para os contratos que expiram em 12 meses da data da adoção inicial; e (iii) exclusão dos custos diretos iniciais da valorização inicial do ativo por direito de uso da data da adoção inicial.

Com base no volume de contratos afetados, bem como na magnitude dos compromissos de arrendamentos futuros, conforme divulgado na nota 32, a Companhia espera que as mudanças introduzidas pela IFRS 16 tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras a partir da data da sua adoção, incluindo o reconhecimento no balanço de ativos e usos e correspondentes obrigações de arrendamento em conexão com a maioria dos contratos que são classificados como arrendamentos operacionais de acordo com as normas atuais. Além disso, a amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituirão os valores reconhecidos como despesas de locação de acordo com as normas de arrendamento atuais. A classificação dos pagamentos de arrendamento na demonstração dos fluxos de caixa também será afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento.

A partir da análise realizada até o momento, a Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 16 terão impacto significativo em suas demonstrações financeiras a partir da data da sua adoção, incluindo o reconhecimento no balanço de ativos e usos e o exercício de 2019 de um valor entre R\$8,4 e R\$9,2 bilhões como ativos por direito de uso, em razão da maior classificação de contratos que, nos termos da regulamentação atual, são classificados como arrendamentos operacionais, em contrapartida ao passivo de arrendamento.

**g) Estimativas e julgamentos, considerações críticas**  
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras, estão apresentados nas seguintes notas explicativas: contas a receber (nota 4); imposto de renda, contribuição social (nota 7); imobilizado (nota 12); intangível (nota 13); provisões e contingências (nota 19); receita operacional líquida (nota 24); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 33); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 31).

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA****a) Políticas contábil**

São ativos financeiros, classificados como custo amortizado ou mensurados a valor justo por meio do resultado, conforme o caso, manejados com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

**b) Composição**

**Controladora** **Consolidado**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Caixa e contas bancárias	31.12.18 204.911	31.12.18 117.799
Aplicações financeiras	3.079.359	3.566.617
Total	3.275.350	3.681.178

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseadas na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

**4. CONTAS A RECEBER****a) Políticas contábil**

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliados pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, liquidação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, simcards, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Solução TT"). A Companhia mensura a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

**c) Composição**

**Controladora** **Consolidado**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Valores faturados	31.12.18 6.705.942	31.12.18 6.789.257
Valores a faturar	2.395.503	2.454.810
Valores de interconexão	835.887	835.887
Valores com partes relacionadas (nota 28)	219.837	148.814
Contas a receber, bruto	10.156.969	9.790.454
Pendas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.493.726)	(1.496.194)
Total	8.671.243	8.581.085

**Controladora** **Consolidado**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Valores faturados	31.12.18 572.094	31.12.18 454.740
Valores a faturar	(53.424)	(32.614)
Valores estimados para redução ao valor recuperável	519.870	401.129
Valor líquido a receber	(196.455)	(154.666)
Circulante	323.235	246.483
Não circulante	151.398	140.257
O saldos consolidados não circulantes das contas a receber incluem:	171.839	105.206

Os saldos das contas a receber, relativos ao produto "Solução TT", contemplam os seguintes eléticos:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
A vencer até um ano	279.563	267.595
A vencer acima de um ano e até cinco anos	293.531	252.075
Total	573.094	519.570

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

Agora, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
A vencer	31.12.18 6.435.875	31.12.18 6.465.154
Vencidas - 1 a 30 dias	1.087.353	1.016.172
Vencidas - 31 a 60 dias	304.885	342.779
Vencidas - 61 a 90 dias	201.197	224.597
Vencidas - 91 a 120 dias	223.739	96.886
Vencidas - mais de 120 dias	420.214	342.359
Total	8.673.243	8.581.085

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**d) Movimentação das perdas para redução ao valor recuperável**

Agora, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.004.512)	(1.399.895)
Baixa pela utilização	(405.085)	(481.015)
Cominicação de negócios (nota 1.c.2)	1.200.228	1.456.158
Saldo em 31.12.17	(8.719)	

Saldo em 31.12.16

Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)

Saldo em 31.12.17

Ao adquirir intangível IFRS 9 em 01.01.18

Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)

Saldo em 31.12.18

Incorporação (nota 1.c.1)

Baixa pela utilização

Saldo em 31.12.19

Saldo em 31.12.20

Saldo em 31.12.21

Saldo em 31.12.22

Saldo em 31.12.23

Saldo em 31.12.24

Saldo em 31.12.25

Saldo em 31.12.26

Saldo em 31.12.27

Saldo em 31.12.28

Saldo em 31.12.29

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**b) Composição****Controladora**      **Consolidado**

	<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>
Materiais para revenda	413.843	302.234	413.843	325.850
Materiais para consumo	60.566	55.446	61.518	57.740
Outros estoques	39.013	7.822	39.013	7.822
Estoques, bruto	504.422	365.505	505.675	381.412
Pontas estimadas para redução do valor realizável e obsolescência	(43.622)	(40.794)	(43.622)	(42.657)
<b>Total</b>	<b>460.800</b>	<b>324.711</b>	<b>462.053</b>	<b>343.755</b>

**c) DESPESAS ANTECIPADAS****a) Política contábil**

Estas demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados. Os benefícios econômicos são auferidos.

**b) Composição****Controladora**      **Consolidado**

	<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>
Propaganda e publicidade	252.800	303.700	252.800	336.295
Seguros	24.790	36.672	24.867	36.944
Ataques	32.792	29.713	32.792	29.713
Mantenimento de software e redes	17.472	7.422	17.485	12.375
Custos incrementais - IFRS 15 (nota 2.f)	255.391	-	255.391	-
Encargos financeiros	43.853	2.592	43.653	2.592
Pessoal	33.679	26.842	33.970	28.178
Tributos e outras despesas antecipadas	54.593	8.041	54.717	23.461
<b>Total</b>	<b>715.470</b>	<b>446.982</b>	<b>715.975</b>	<b>469.555</b>
Circulante	531.261	425.298	531.743	446.430
Não circulante	134.209	21.681	134.233	23.116

**d) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Política contábil****a.1) Tributos correntes**

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

**a.2) Tributos diferidos**

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

**a.3) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os principais componentes do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos são apresentados a seguir:

	<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>Demonstração dos resultados Abrangentes</b>	<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>Demonstração dos resultados Abrangentes</b>	<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Ativo (passivo) diferido</b>							
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.376	587.374	-	582.750	684.734	-	1.273.484
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(90.071)	(1.264.191)	56.187	(1.298.075)	(2.192.833)	31.854	(3.256.436)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, civis e regulatórias	2.221.055	34.032	-	2.255.087	(336.083)	-	1.926.682
Fornecedores e outras provisões	608.159	(19.864)	-	588.294	(100.096)	-	541.893
Carteira de clientes e marcas	313.091	(58.073)	-	254.418	(60.815)	-	184.803
Perdas estimadas para redução do valor recuperável das contas a receber	341.535	69.852	-	411.187	(124.037)	-	37.578
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	282.267	(82.439)	-	199.454	(23.329)	-	176.130
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	108.403	10.498	55.480	17.732	30.810	3.157	226.000
Participação nos resultados	123.911	(23.089)	-	100.643	13.368	8.744	125.755
Programa de fidelização	19.112	(1.991)	-	17.121	1.031	-	18.152
Depreciação acelerada contábil	24.033	(15.773)	-	8.280	(8.325)	-	387
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	11.227	(1.07)	-	11.120	(1.986)	-	137
Operações com derivativos	59.892	(34.949)	822	26.165	77.603	832	104.800
Licença	(1.420.556)	(216.330)	-	(1.636.886)	(216.328)	-	(1.853.214)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(2.729.203)	(988.969)	-	(3.598.172)	(1.002.768)	-	(4.600.940)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	-	-	-	-	(395.806)	-	(395.606)
Lei da inovação tecnológica	(10.940)	43.407	-	(97.533)	47.406	-	(50.127)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	89.144	(99.629)	(115)	(11.594)	(68.817)	212	(22.183)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(85.951)	(676.817)	56.187	(709.325)	(1.508.059)	31.854	(59.958)
Ativo (ativo) líquido	4.426.558	-	-	4.916.768	-	-	5.339.788
Passivo fiscal diferido	(4.514.553)	-	-	(5.626.931)	-	-	(7.322.740)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(86.995)	-	-	(709.325)	-	-	(1.982.952)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:							
Ativo fiscal diferido							
Passivo fiscal diferido							
	(86.995)			(709.325)			(1.982.952)

	<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>Demonstração dos resultados Abrangentes</b>	<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>Demonstração dos resultados Abrangentes</b>	<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Ativo (passivo) diferido</b>							
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	14.071	710.411	-	69.451	783.933	634.543	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	13.426	(1.291.816)	58.192	48.434	(86) (1.131.850)	(1.151.290)	31.797
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, civis e regulatórias	2.230.936	68.399	-	-	2.298.735	(333.035)	-
Fornecedores e outras provisões	677.123	(25.708)	-	-	651.417	(79.683)	-
Carteira de clientes e marcas	313.092	(58.074)	-	-	254.418	(69.815)	-
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	358.805	76.155	-	-	434.960	(15.861)	-
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	284.677	(83.736)	-	-	200.941	(24.811)	-
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	108.419	8.630	57.485	-	174.534	20.934	30.753
Participação nos resultados	125.256	(15.210)	-	-	110.046	19.643	-
Programa de fidelização	19.112	(1.991)	-	-	17.121	1.031	-
Depreciação acelerada contábil	24.033	(15.773)	-	-	8.260	(7.873)	-
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	12.599	(347)	-	-	11.752	(2.491)	-
Operações com derivativos	60.133	(35.084)	822	-	25.971	78.028	632
Licença	(1.420.556)	(216.330)	-	-	(1.636.886)	(216.328)	-
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(2.729.203)	(988.969)	-	-	(3.598.172)	(1.002.768)	-
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	-	-	-	-	-	(395.606)	-
Lei da inovação tecnológica	(10.940)	43.407	-	-	(97.533)	47.406	-
Sobre outras diferenças temporárias (3)	91.040	(126.587)	(116)	48.434	(86) 12.666	(70.271)	212
Total do passivo diferido	27.497	(51.405)	58.192	117.885	(86) (337.917)	(1.516.747)	31.797
Ativo fiscal diferido	4.541.952	-	-	-	5.268.176	-	5.569.885
Passivo fiscal diferido	(4.514.455)	-	-	-	(5.626.095)	-	(7.322.740)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	27.497	-	-	-	(337.917)	-	(1.752.855)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:							
Ativo fiscal diferido	27.497	-	-	-	371.408	-	230.097
Passivo fiscal diferido	-	-	-	-	(709.325)	-	(1.982.952)

(1) Refer-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

(2) A realização ocorrerá por ocasião de pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

(3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (Innoweb e TGLog) no montante de R\$12.649 (R\$11.938 em 31 de dezembro de 2017), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização dos mesmos.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:29:54.  
Nº de Série do Certificado: 2121938AD86794C1D4B881C03BF7B9C1D3D2F1A  
[Ticket: 29896150] - www.imprensaoficial.com.br



continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.559.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015981-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realização dos tributos diferidos líquidos, baseados em previsões que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	Controladora	Consolidado	Consolidado
2019	1.959.492	2.082.829	31.12.18 278.685
2020	474.180	555.161	31.12.17 270.612
2021	482.499	491.491	
2022	990.776	1.002.771	239.220
2023	253.543	259.562	273.264
2024 em diante	(6.147.442)	(6.147.442)	141.759
Total	(1.982.952)	(1.732.855)	55.425
			45.846

**1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A Companhia e suas controladas provisoriamente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balanço de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Controladora	Consolidado
2018	10.441.842	5.249.381
2017	11.277.490	5.730.773
Total	(3.550.226)	(1.794.790) (3.834.347) (1.948.463)

**2. Reconciliação da despesa referente ao imposto de renda e contribuição social**

O lucro antes dos tributos é dividido entre o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, com base em diferenças permanentes.

• Ganhos e perdas temporárias. Mídia dos efeitos dos juros sobre o capital próprio reconhecidos (nota 11)

Juros sobre o capital próprio prescritos

Diferenças temporárias de subsidiárias

Despesas indutivas, brindes e incentivos

Tributos diferidos reconhecidos nas contabilizações sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores

Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados

Outras (acréscimos) exclusões

Débito tributário

Taxa efetiva

IP e CS corrente

IR e CS diferido

**3. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	Controladora	Consolidado
31.12.18	31.12.17	31.12.18 31.12.17
ICMS (1)	2.548.998	2.438.272
Impostos e contribuições retidos na fonte (2)	128.808	121.264
PIS e COFINS (3)	4.999.706	5.335.000
Fundo, INSS, ISS e outras tributos	216.719	8.232
Total	3.795.503	2.755.108
Circulante	3.671.958	1.964.393
Não circulante	3.222.262	740.104
Total	6.894.260	2.722.262

(1) Refer-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens ou ativos imobilizados, cuja compensação ocorre em 48 meses; em pedidos de ressarcimento do ICMS gerados em faturamento posteriormente cancelados; pela prestação de serviços; por substituição tributária por diferenças de alíquota entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens ou ativo imobilizado de R\$509.222 e R\$423.588 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

(2) Refer-se a créditos de imposto de renda relativo na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social relativa sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(3) Os saldos da controladora e consolidado de PIS e COFINS de 31 de dezembro de 2018, incluem os créditos fiscais atualizados monetariamente pela SEIC, no montante de R\$4.915.239, oriundos dos processos judiciais transitados em julgado em 17 de maio de 2018 e 28 de agosto de 2018, a favor da Companhia e controlada, que reconheceu o direito de exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos comprendidos entre setembro de 2003 a junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013, respectivamente. (Vide notas 29 e 27). Em 31 de dezembro de 2018, os saldos circulante e não circulante eram R\$2.520.930 e R\$2.394.240, respectivamente.

A Receita Federal do Brasil iniciou processo de fiscalização, nos termos da Lei 13.670/18, com o objetivo de homologar os resultados de PIS e COFINS resultado da disputa que trouxe da exclusão do ICMS das bases destas contribuições. A Companhia tem enviado todos os esforços, inclusive medidas judiciais, para atender de forma tempestiva as solicitações deste procedimento fiscalizador e assim continuar compensando seus referidos créditos tributários.

A Companhia possui outros três processos judiciais de mesma natureza em andamento (incluindo processos das sociedades que já foram incorporadas - GVT e Telemig), considerados como ativos contingentes, que abrangem diversos períodos entre dezembro de 2001 e junho de 2017, cujos intervalos de valores estimados entre R\$1.700 milhões a R\$2.200 milhões.

**4. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS**

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados no custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora	Consolidado
31.12.18	31.12.17	31.12.18 31.12.17
Depósitos judiciais		
Tributário	1.709.940	4.740.517
Trabalhistas	512.895	864.022
Cível	1.163.530	1.203.297
Regulatório	208.447	200.627
Total	3.675.552	6.342.463
Bloqueios judiciais	84.134	137.823
Total	3.759.696	6.480.289
Circulante	312.020	324.485
Não circulante	3.446.866	6.155.821
Total	3.559.077	6.339.167

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 dos depósitos judiciais tributários (segregados e sumarizados por tributo).

	Consolidado	
31.12.18	31.12.17	
Contribuição para a Seguridade Social (CSL*)	561.937	518.474
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)	1.964.591	1.834.232
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	1.022.776	1.022.776
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRPF")	1.022.776	1.022.776
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	1.163.530	1.163.530
Outros impostos, taxas e contribuições	1.022.776	1.022.776
Total	6.342.463	6.342.463

(\*) Representa o resultado apenas do mês de dezembro de 2018 (nota 1.c.1). (2) Representa o resultado consolidado do período de janeiro a novembro de 2018 (nota 1.c.1).

**5. MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

Os investimentos são registrados no custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora	Consolidado
31.12.18	31.12.17	31.12.18 31.12.17
Depósitos judiciais		
Tributário	1.709.940	4.740.517
Trabalhistas	512.895	864.022
Cível	1.163.530	1.203.297
Regulatório	208.447	200.627
Total	3.675.552	6.342.463
Bloqueios judiciais	84.134	137.823
Total	3.759.696	6.480.289
Circulante	312.020	324.485
Não circulante	3.446.866	6.155.821
Total	3.559.077	6.339.167

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 dos depósitos judiciais tributários (segregados e sumarizados por tributo).

	Consolidado	
31.12.18	31.12.17	
Contribuição para a Seguridade Social (CSL*)	561.937	518.474
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)	1.964.591	1.834.232
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	1.022.776	1.022.776
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRPF")	1.022.776	1.022.776
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	1.163.530	1.163.530
Outros impostos, taxas e contribuições	1.022.776	1.022.776
Total	6.342.463	6.342.463

(1) Agência Brasileira de Inteligência e Figura que foi vertida para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006. Com a incorporação da TData (nota 1.c.1), este montante foi reclassificado para o grupo de Infangível. (2) Os valores de outros investimentos estão avaliados pelo valor justo.

**6. OUTROS ATIVOS**

	Controladora	Consolidado
31.12.18	31.12.17	31.12.18 31.12.17
Adiantamentos a empregados e fornecedores	81.046	93.103
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	110.923	97.211
Crédito com fornecedores	114.175	114.015
Supervisão de planos de benefícios pós-emprego (nota 30)	10.920	9.616
Outros valores a realizar	26.791	54.282
Total	343.855	788.227
Circulante	297.386	701.882
Não circulante	46.480	86.345
Total	312.866	810.227

**7. INVESTIMENTOS**
**a) Política contábil**

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obter controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação a investida.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados inclui a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança no diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer adicional ao valor recuperável sobre esses investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados abrangentes.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado no resultado qualquer diferença entre o valor recuperável e o valor justo do momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido com outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 23).

**b) Informações das investidas**

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação e contemplam as alterações societárias descritas na nota 1.c.

	Controladas	Controladas em conjunto	Controladas	Controladas em conjunto
Terra Networks (1) TGLog (2) POP Consolidada	74.870	6.556	5.646.244	45.608
TData Consolidada (2) Alianca/ AIX/ACT	(72.955)	(6.343)	(3.345.297)	(58.773)
TData Consolidada POP Consolidada	-	-	-	(2.311.211)
Total	1.423.147	1.205.216	1.140.949	(45.571)
Participação no patrimônio líquido	100,00%	99,99%	100,00%	50,00%
Ativo circulante	207.150	42.809	53.875	213.481
Ativo não circulante	820.735	5.345	52.633	12.327
Total do ativo	1.027.885	47.154	56.508	225.804
Passeivo circulante	220.426	26.115	50.302	7.103
Passeivo não circulante	120.546	11.227	-	16.101
Total do passivo e patrimônio líquido	316.971	9.712	55.828	29.904
Valor contábil do investimento	657.885	47.854	106.138	86.327
Total de investimentos na controladora	316.971	9.712	55.828	101.302
Total de investimentos na controlada	225.908	3.678.415	86.327	203.398

**8. OUTROS PASSIVOS**

	Controladas	Consolidado
31.12.18	31.12.17	31.12.18 31.12.17
Saldo em 31.12.16	-	29.888
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.079.464
Transações de capital (nota 1.c.)	9.078	4.740.517
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6(46)	4.200
Outros resultados	-	4.200
Saldo em 31.12.17	38.996	5.646.

continuação

**Telefônica**

**Telefônica Brasil S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**12. IMOBILIZADO****a) Política contábil**

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulado, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("CMST"), os quais foram registrados como tributos a recuperar, e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos de aquisição e/ou construção são registrados no momento da sua entrada em uso. Os gastos subsequentes à entrada em uso são separados e que não melhorem a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo immobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

A mesma forma, gastos que representem melhorias na vida útil (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo immobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 19) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos a os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil em termos de taxas de depreciação é revisada anualmente.

Um item do immobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

O tratamento contábil do investimento em ativo immobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data da aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

**c) Composição, movimentação e taxas de depreciação**

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo immobilizado, suas movimentações e taxas anuais de depreciação:

- **Equipamentos de comunicação e transmissão:** comprendem centrais de comunicação e controle, gateway, plataformas, estação rádio base, microcelulas, minicelulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradores, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comunicação e transmissão.

- **Equipamentos terminais/modems:** comprendem aparelhos celulares e modems (aluguel e comodato), centrais privadas de comunicação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.

- **Infraestrutura:** compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, condensadores, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.

- **Outros ativos immobilizados:** comprendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de televisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medição, mobiliários e outros bens de uso geral.

**Controladora**

Taxa anual de depreciação (%)	Equipamentos de comunicação e transmissão	Equipamentos terminais/modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos immobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
2,50 a 25,00	6,87 a 86,67	2,50 a 66,67	10,00 a 25,00					
<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>22.231.625</b>	<b>2.581.179</b>	<b>3.715.494</b>	<b>315.719</b>	<b>778.048</b>	<b>(485.386)</b>	<b>2.706.870</b>	<b>31.837.549</b>
Adições	42.997	141.132	91.160	550	238.969	(37.278)	6.082.652	6.540.202
Baixas líquidas	(89.764)	(7.602)	(6.991)	(1.816)	(2.571)	162.224	(17.527)	37.153
Transferências líquidas	3.634.293	1.471.431	619.008	-	15.453	132.578	(5.891.972)	(19.201)
Depreciação (nota 25)	(3.011.178)	(1.466.459)	(541.289)	-	(264.237)	-	-	(5.283.163)
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>22.808.973</b>	<b>2.719.681</b>	<b>3.877.582</b>	<b>314.353</b>	<b>765.682</b>	<b>(227.862)</b>	<b>2.854.023</b>	<b>33.112.532</b>
Adições	10.670	128.330	100.982	550	166.422	(8.975)	6.545.752	6.643.711
Baixas líquidas	(45.723)	(1.721)	(7.956)	(71)	(2.518)	80.028	(61.430)	(39.391)
Transferências líquidas	5.300.744	1.098.380	448.629	-	125.573	-	(7.239.561)	(186.235)
Incorporação (nota 1 c.1)	71	5.134	3.490	-	73.130	(83)	13.305	95.047
Depreciação (nota 25)	(3.486.526)	(1.378.783)	(655.813)	-	(285.401)	-	-	(5.816.526)
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>24.668.209</b>	<b>2.571.019</b>	<b>3.766.984</b>	<b>314.832</b>	<b>832.998</b>	<b>(156.892)</b>	<b>2.112.089</b>	<b>34.109.139</b>
<b>Em 31.12.17</b>								
Custo	74.092.109	16.797.604	15.628.594	314.353	4.404.945	(227.862)	2.854.023	113.883.556
Depreciação acumulada	(51.283.136)	(14.077.923)	(11.750.702)	-	(3.639.263)	-	(80.751.024)	-
<b>Total</b>	<b>22.808.973</b>	<b>2.719.681</b>	<b>3.877.582</b>	<b>314.353</b>	<b>765.682</b>	<b>(227.862)</b>	<b>2.854.023</b>	<b>33.112.532</b>
<b>Em 31.12.18</b>								
Custo	79.002.076	18.032.770	16.131.867	314.832	4.874.741	(156.892)	2.112.089	120.311.463
Depreciação acumulada	(54.333.867)	(15.461.751)	(12.364.893)	-	(4.041.843)	-	-	(86.202.344)
<b>Total</b>	<b>24.668.209</b>	<b>2.571.019</b>	<b>3.766.984</b>	<b>314.832</b>	<b>832.998</b>	<b>(156.892)</b>	<b>2.112.089</b>	<b>34.109.139</b>

**Consolidado**

Taxa anual de depreciação (%)	Equipamentos de comunicação e transmissão	Equipamentos terminais/modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos immobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
2,50 a 25,00	6,87 a 86,67	2,50 a 66,67	10,00 a 25,00					
<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>22.231.874</b>	<b>2.588.307</b>	<b>3.725.207</b>	<b>315.719</b>	<b>819.356</b>	<b>(485.575)</b>	<b>2.730.030</b>	<b>31.924.918</b>
Adições	42.997	141.132	91.160	550	259.620	(37.374)	6.085.487	6.583.574
Baixas líquidas	(89.764)	(7.602)	(6.966)	(1.916)	(2.522)	162.319	(18.897)	35.850
Transferências líquidas	3.634.293	1.471.431	619.008	-	34.093	132.578	(5.910.612)	(19.209)
Depreciação (nota 25)	(3.011.291)	(1.466.930)	(544.454)	-	(284.860)	-	-	(5.309.664)
<b>Combinação de negócios (nota: 1 c.2)</b>	-	-	1.342	-	4.988	-	817	7.047
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>22.809.109</b>	<b>2.724.332</b>	<b>3.865.297</b>	<b>314.353</b>	<b>830.452</b>	<b>(226.052)</b>	<b>2.886.825</b>	<b>33.222.316</b>
Adições	10.670	129.640	101.798	550	204.041	(8.975)	6.527.074	6.694.798
Baixas líquidas	(45.715)	(1.721)	(8.461)	(7)	(2.926)	80.135	(61.430)	(40.193)
Transferências líquidas	5.300.744	1.098.380	449.369	-	124.772	-	(7.239.573)	(186.308)
Depreciação (nota 25)	(3.486.592)	(1.379.547)	(658.915)	-	(320.232)	-	-	(5.845.286)
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>24.668.212</b>	<b>2.571.084</b>	<b>3.769.088</b>	<b>314.832</b>	<b>836.107</b>	<b>(156.892)</b>	<b>2.112.896</b>	<b>34.115.327</b>
<b>Em 31.12.17</b>								
Custo	74.100.056	16.845.903	15.728.958	314.353	4.687.395	(226.052)	2.886.825	114.335.288
Depreciação acumulada	(51.290.947)	(14.121.571)	(11.843.511)	-	(3.956.943)	-	-	(81.112.972)
<b>Total</b>	<b>22.809.109</b>	<b>2.724.332</b>	<b>3.865.297</b>	<b>314.353</b>	<b>830.452</b>	<b>(226.052)</b>	<b>2.886.825</b>	<b>33.222.316</b>
<b>Em 31.12.18</b>								
Custo	79.002.102	18.033.246	16.154.582	314.832	4.986.170	(156.892)	2.112.896	120.456.916
Depreciação acumulada	(54.333.890)	(15.462.162)	(12.385.474)	-	(4.160.063)	-	-	(66.341.589)
<b>Total</b>	<b>24.668.212</b>	<b>2.571.084</b>	<b>3.769.088</b>	<b>314.832</b>	<b>836.107</b>	<b>(156.892)</b>	<b>2.112.896</b>	<b>34.115.327</b>

(1) A Companhia e suas controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

**d) Taxas de depreciação**

A Companhia realizou com o auxílio de empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos indicaram a necessidade de mudanças na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos.

Em 31 de dezembro de 2018, a estimativa contábil, que foi aplicada, aumentou a despesa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em R\$267.657.

**e) Bens e imobilizado em geral**

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes consolidados de bens de ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$54.641 (R\$16.591 em 31 de dezembro de 2017).

**f) Bens reversíveis**

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$8.821.883 (R\$9.783.355 em 31 de dezembro de 2017), composto por equipamentos de comunicação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

**g) Intangível****a) Política contábil**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulado, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- **Ativos intangíveis com vida útil definida:** são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e atualizado em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sempre tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/depesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- **Software:** compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.

- **Carreiras de clientes e marcas:** compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.

Alvos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ativos gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios e outros ativos. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas a requer um grau significativo de julgamento e critério.

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

**c) Composição, movimentação e taxas de amortização**

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- **Software:** compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.

- **Carreiras de clientes e marcas:** compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.

A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa definida a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas a requer um grau significativo de julgamento e critério.

A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa definida a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas a requer um grau significativo de julgamento e critério.

A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa definida a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas a requer um grau significativo de julgamento e critério.

A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa definida a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas a requer um grau significativo de julgamento e critério.

A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa definida a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas a requer um grau significativo de julg

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015891-4

297

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• **Licenças:** compreende licenças da concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios.

	Controladora								Total	
	Ação	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento		
Taxa anual de amortização (%)		20,00	11.76	5,13	3,60 a 6,67	20,00				
Saldos e movimentações:										
Saldo em 31.12.16	22.850.363	2.693.207	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.698	(4.581)	63.425	44.270.120	
Adições	-	200.777	-	-	-	207	-	1.100.785	1.301.769	
Baixas líquidas	-	(7.425)	-	-	-	-	4.051	-	(3.204)	
Transferências líquidas	-	701.545	-	-	-	(24.297)	31	(658.070)	19.209	
Amortização (nota 25)	(943.704)	(582.357)	(84.205)	(926.362)	(5.650)	-	-	-	(2.544.288)	
Saldo em 31.12.17	22.850.363	2.704.400	1.978.863	1.073.815	13.969.606	20.943	(499)	506.140	43.103.436	
Adições	-	963.894	-	-	6.647	-	-	249.307	1.219.848	
Baixas líquidas	-	(15)	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências líquidas	-	519.538	-	-	-	32.467	-	(365.770)	186.235	
Incorporação (nota 1.1)	212.056	18.051	-	-	-	-	-	-	230.109	
Amortização (nota 25)	(961.343)	(549.589)	(84.205)	(920.116)	(3.968)	-	-	-	(2.519.221)	
Saldo em 31.12.18	23.062.421	3.244.325	1.429.274	989.410	13.056.137	49.447	(499)	389.677	42.220.392	
Em 31.12.17	Custo	22.850.363	14.968.763	4.513.278	1.656.597	20.237.572	238.193	(499)	606.140	46.970.707
Amortização acumulada	Total		(12.292.350)	(2.534.415)	(583.282)	(6.267.956)	(217.245)	-	(21.887.271)	
Em 31.12.18	Custo	22.850.363	2.704.400	1.978.863	1.073.815	13.969.606	20.948	(499)	506.140	43.103.436
Amortização acumulada	Total									

	Consolidado								Total	
	Ação	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento		
Taxa anual de amortização (%)		20,00 a 50,00	11.76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	6,67 a 20,00				
Saldos e movimentações:										
Saldo em 31.12.16	23.062.421	2.694.521	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.702	(4.581)	63.425	44.483.495	
Adições	-	276.380	-	-	-	207	-	1.100.785	1.377.382	
Baixas líquidas	-	(7.425)	-	-	-	-	4.051	-	(3.376)	
Transferências líquidas	-	701.545	-	-	-	(24.297)	31	(658.070)	19.209	
Amortização (nota 25)	-	(944.753)	(582.357)	(84.205)	(926.362)	(5.650)	-	-	(2.545.337)	
Combinação de negócios (nota 1.c.2)	-	530	-	-	-	-	-	-	530	
Saldo em 31.12.17	23.062.421	2.720.806	1.978.863	1.073.815	13.969.606	20.852	(499)	506.140	43.311.904	
Adições	-	970.172	-	-	6.647	-	-	249.307	1.226.126	
Baixas líquidas	-	(16)	-	-	-	-	-	-	(16)	
Transferências líquidas	-	519.539	-	-	-	32.539	-	(365.770)	186.308	
Amortização (nota 25)	-	(965.459)	(549.589)	(84.205)	(920.116)	(3.968)	-	-	(2.533.337)	
Saldo em 31.12.18	23.062.421	3.245.342	1.429.274	989.410	13.056.137	49.323	(499)	389.677	42.220.395	
Em 31.12.17	Custo	23.062.421	15.125.532	4.513.278	1.658.597	20.237.572	238.201	(499)	606.140	65.341.542
Amortização acumulada	Total		(12.404.728)	(2.534.415)	(585.282)	(6.267.956)	(217.249)	-	(22.009.636)	
Em 31.12.18	Custo	23.062.421	2.720.806	1.978.863	1.073.815	13.969.606	20.952	(499)	506.140	43.311.904
Amortização acumulada	Total									

d) **Ágios**d.1) **Política contábil**

Combinacões de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos direttamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesas quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos são avaliados com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data da aquisição ou o que indica a segregação, por parte da adquirida, do derivativo embutido existente em contratos hodiernos.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente definida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente devem ser contabilizadas como um ativo ou passivo devidor de reconhecimento na demonstração dos resultados. Contraprestação contingente é medida pelo valor de um negócio que não é classificado como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrida no âmbito do IFRS 8.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à Unidade Geradora de Caixa ("UGC") que se espera que seja beneficiada pelas fluiências da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fixar para a UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC manlida.

d.2) **Composição dos ágios**

A seguir, apresentamos a composição dos ágios registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2018.

## Controladora/Consolidado

Atelio Telecommunications Ltda.	149
Spanish e Figueira, pela incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDBH) ocorrida em 2008	212.058
Santo Genovese Participações, controladora da Atrium Telecommunications, ocorrido em 2004	71.892
Telefônica Televisão Participações, anteriormente Navtree, ocorrido em 2008	782.693
Vivo Participações, ocorrido em 2011	9.160.488
iTV Participações, ocorrido em 2015	12.837.141
Total	23.062.421

## 14. ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS, NÃO FINANCEIROS

a) **Política contábil**

Aumentando o valor contábil líquido dos ativos é realizado com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituida provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (Weighted Average Cost of Capital) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no Capital Asset Pricing Model ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) o divida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos impostos.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firmado em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não houver contrato de venda firmado, com base no preço de mercado do ativo divido, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas de valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda de valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda de valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido da depreciação, se nenhuma perda de valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

• Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

• Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à parada por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, quando as circunstâncias indicarem perda por redução ao valor recuperável.

• Avaliada no valor em uso: são as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso a: (i) receitas projetadas considerando o crescimento da base de clientes; a evolução das receitas do mercado frente ao PIB; e a participação da Companhia neste mercado; (ii) custos projetados valendo-se de projeções de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados a longo prazo com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta de serviços). As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconómicas e fundamentalistas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

b) **Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso:**

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

• Crescimento da receita: é baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga, TV paga e TI comparadas com os serviços de voz (fixa).

• Evolução da margem operacional: leva em consideração a margem histórica, estimativa de correção de preços, assim como os projetos em andamento com o objetivo de maior eficiência de custos.

• CustoCapEx: foram considerados os projetos em andamento e futuras necessidades, ambos alinhados com a evolução das receitas previstas e sempre visando a melhor eficiência na utilização destes investimentos. O volume de CapEx também pode ser impactado pela evolução da inflação e variação cambial.

• Taxas de desconto: representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculado pelo Custo de Capital Médio Ponderado ("CCMP") ou WACC. O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio (capital próprio). O custo de patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre os investimentos pelos investidores individuais, notadamente o Beta.

c) **Sensibilidade a mudanças nas premissas**

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade de teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir apresentamos as variações sensibilizadas em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais (p.p.) que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Variações nas principais premissas

Variações financeiras

Taxa de desconto

Variação anual na perpetuidade

Variações operacionais

Margem OIBDA

Margem de Capex/Receita

+/+ 2,0

+/+ 1,5

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2018 e 2017 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nos variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente.

Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida.

d) **Teste de recuperabilidade dos ágios**

A Companhia avalia a recuperabilidade do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconómicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (Weighted Average Cost of Capital - WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-a a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriado a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de fluxo de caixa.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,5% para ambos os anos de 2018 e 2017.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos tributos de 13,98% e 13,58% em 2018 e 2017, respectivamente, também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 4,0% para ambos os anos de 2018 e 2017.

continua

3.º TABELÃO DE NOTAS AUTENTICADAS

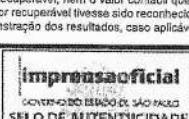
Eduardo da Silva Rossetto - Tel. (11) 3120-8600

Av. SÃO LUIS, 1612 - CEP 01234-000 - São Paulo - SP

Ticket: 2121938ADB794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A

PÁGINA 113340 AUTENTICAÇÃO

AU1064AY0469253



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:31:01.  
Número da Série do Certificado: 2121938ADB794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A  
[Ticket: 29895167] - www.imprensaoficial.com.br



continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado da outra forma)

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

**15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidada</b>
<b>Salários e remunerações</b>	<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>
33.803	37.070	34.767
<b>Encargos e benefícios sociais</b>	<b>372.408</b>	<b>354.467</b>
385.695	385.695	399.229
<b>Participação de empregados nos resultados</b>	<b>262.270</b>	<b>247.501</b>
265.493	265.493	273.384
<b>Planos de remuneração baseados em ações (nota 28)</b>	<b>22.467</b>	<b>31.567</b>
22.636	22.636	33.860
<b>Outras indenizações</b>	<b>86.000</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>776.948</b>	<b>670.605</b>
794.533	746.664	
<b>Circulante</b>	<b>765.098</b>	<b>648.957</b>
782.630	723.380	
<b>Não circulante</b>	<b>11.850</b>	<b>21.646</b>
11.903	21.903	23.284

**16. FORNECEDORES****a) Política contábil**

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal das negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

**b) Composição**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidada</b>
<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.18</b>
6.752.721	8.380.614	6.790.882
<b>Valores a repassar (operadoras, cobilng)</b>	<b>205.017</b>	<b>183.250</b>
198.942	198.942	187.978
<b>Intercorrelação/interligação</b>	<b>269.446</b>	<b>224.777</b>
269.446	269.446	224.777
<b>Partes relacionadas (nota 28)</b>	<b>518.949</b>	<b>1.772.203</b>
383.512	383.512	350.844
<b>Total</b>	<b>7.746.133</b>	<b>8.600.844</b>
		<b>7.647.752</b>

**17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.18</b>
1.051.536	1.106.507	1.094.769
<b>ICMS</b>	<b>505.011</b>	<b>385.501</b>
512.714	419.589	
<b>PIS e COFINS</b>	<b>89.794</b>	<b>93.869</b>
89.794	89.794	93.869
<b>ISS, CIDE e outros tributos</b>	<b>132.420</b>	<b>102.327</b>
139.933	139.933	113.689
<b>Total</b>	<b>1.778.781</b>	<b>1.669.394</b>
		<b>1.857.210</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.735.516</b>	<b>1.666.741</b>
1.726.936	1.726.936	
<b>Não circulante</b>	<b>36.245</b>	<b>16.463</b>
35.245	35.245	49.416

**18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO****a) Políticas contábil****a.1) Dividendos**

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nas balanças patrimoniais como obrigações legais (prováveis no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão considerados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

**a.2) Juros sobre o capital próprio**

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e suas controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisionam os seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentações financeiras reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, restituindo, mediante tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio é realizada assim sujeita à retenção do Imposto de renda à alíquota de 15%.

**a.3) Juros sobre o capital próprio a dividendos correntes**

Os juros sobre o capital próprio a dividendos correntes são reconhecidos pelas empresas a partir da data de pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

**a.4) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber****a.5) Composição**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a Companhia tinha R\$51.785 e R\$323.206 a receber da Terra Networks e da TData, respectivamente.

**b) Movimentação**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>384.588</b>	<b>323.206</b>
<b>Dividendos complementares de 2016 da TData</b>	<b>-359.206</b>	<b>-</b>
<b>Recibimento de dividendos da TData</b>	<b>962.510</b>	<b>962.500</b>
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>962.510</b>	<b>962.500</b>
<b>Dividendos complementares de 2017 da TData</b>	<b>893.503</b>	<b>300.000</b>
<b>Dividendos intermediários de 2018 da TData</b>	<b>18.628</b>	<b>-</b>
<b>Incorporação da TData (nota 1.c)</b>	<b>(1.795.337)</b>	<b>-</b>
<b>Recibimento de dividendos da TData e da Terra Networks</b>	<b>51.785</b>	<b>-</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios de 2018 da Terra Networks</b>	<b>51.785</b>	<b>-</b>
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>51.785</b>	<b>-</b>

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos das controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de investimentos".

**c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar****c.1) Composição**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.18</b>
952.157	505.750	952.157
<b>1.146.619</b>	<b>609.003</b>	<b>1.146.619</b>
722.662	363.933	722.662
<b>2.015</b>	<b>1.074</b>	<b>2.015</b>
1.349.303	806.360	1.349.303
<b>4.172.916</b>	<b>2.398.116</b>	<b>4.172.916</b>

**c.2) Movimentação**

	<b>Controladora/Consolidado</b>	<b>Controladora/Consolidado</b>
<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.18</b>
2.198.031	1.951.897	2.198.031
1.913.987	1.754.454	1.913.987
2.054.150	1.801.910	2.054.150
(10.000)	(10.000)	(10.000)
3.668.551	3.284	3.668.551
<b>3.284</b>	<b>3.284</b>	<b>3.284</b>
<b>3.667.500</b>	<b>(152.770)</b>	<b>3.667.500</b>
<b>(4.136.878)</b>	<b>7.084</b>	<b>(4.136.878)</b>
<b>4.172.916</b>	<b>2.398.116</b>	<b>4.172.916</b>

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

**d) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS****e) Políticas contábil**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência do evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolva benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas a partir da data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como civis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisão para demandas judiciais civis, trabalhistas, tributárias e regulatórias.

A Companhia e suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituidas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos

tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para desmantelamento de ativos

Referente a ativos que foram adquiridos pela necessidade de ter que devolver os sites (localidades destinadas a instalação de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial da locação.

Estes custos são provisões com base no valor presente dos custos esperados como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativização de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme lorrado e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativização de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso.

Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Passivos contingentes (Purchase Price Allocation - PPA)

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Referente aos valores do passivo contingente decorrente do Purchase Price Allocation (PPA) gerados na aquisição do controle da VivoPar, em 2011 e da VTPar, em 2015.

b) Estimativas e julgamentos críticos

As estimativas e julgamentos críticos são aquelas que têm uma ocorrência presente como consequência de um evento passado. As estimativas requerem uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou fática, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos políticos que criam perante terceiros uma expectativa válida, ou que a Companhia e suas controladas assumiram determinadas responsabilidades. A determinação do provável está baseada na melhor estimativa da probabilidade de que o resultado final da transação seja desfavorável.

c) Informações das provisões e contingências

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constitui provisão para aquelas causas cujo desfecho é desfavorável.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmantelamento.

	<b>Controladora</b>	<b>Provisões para demandas judiciais</b>
<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.17</b>
1.374.570	3.109.608	1.038.230
149.274	438.250	198.344
<b>Total</b>	<b>1.723.844</b>	<b>1.937.540</b>

	<b>Controladora</b>	<b>Provisões para demandas judiciais</b>
<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.17</b>
1.374.570	3.109.608	1.038.230
149.274	438.250	198.344
<b>Total</b>	<b>1.723.844</b>	<b>1.937.540</b>

	<b>Controladora</b>	<b>Provisão para demandas judiciais</b>
<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.17</b>
1.374.570	3.109.608	1.038.230
149.274	438.250	198.344
<b>Total</b>	<b>1.723.844</b>	<b>1.937.540</b>

	<b>Controladora</b>	<b>Provisão para demandas judiciais</b>
<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.17</b>
1.374.570	3.109.608	1.038.230
149.274	438.250	198.344
<b>Total</b>	<b>1.723.844</b>	<b>1.937.540</b>

	<b>Controladora</b>	<b>Provisão para demandas judiciais</b>
<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.17</b>
1.374.570	3.109.608	1.038.230

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-02 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**c.2) Provisões e contingências tributárias****Natureza/Grau de Risco****Provisões prováveis****Federais****Estaduais****Municipais****FUST, FISTEL e EBC****Contingências possíveis****Federais****Estaduais****Municipais****FUST, FUNITEL e FISTEL****c.2.1) Provisões tributárias prováveis**

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios, descritos a seguir:

**Tributos federais**

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, sendo as mais relevantes: (i) manifestação do inconformismo decorrente de não homologação do pedido de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre royalties; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação da FINSOCIAL; e (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da aliquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

**Tributos estaduais**

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativamente a ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de serviços de telecomunicações; (iii) créditos de imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convenção 39/97); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária ao uso de serviços de Internet (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; e (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes.

**Tributos municipais**

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativamente a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-méio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empresas.

**FUST, FISTEL e EBC**

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, relativas à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial da linha dedicada na base de cálculo do FUST. No segundo trimestre de 2018, a discussão relativa a exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") e Taxa de Fiscalização e Funcionamento ("TFF") das estações móveis (celulares) que não são de propriedade da Companhia se encerrou desfavoravelmente após contestação pela Companhia do recurso interposto, com a conversão, em renda para a ANATEL, dos valores depositados judicialmente (nota 9).

No terceiro trimestre de 2018, a Companhia e sua controlada (TData) tiveram seus pedidos aceitos de conversão em renda dos valores depositados judicialmente, referentes às taxas EEC, com a manutenção da discussão em andamento. Diante disso, a Companhia e sua controlada (TData) estavam as baixas dos valores provisionados em correspondência aos valores descontados judicialmente (nota 9).

**c.2.2) Contingências tributárias possíveis**

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e outros tributários (FUST, FUNITEL e FISTEL), descritas a seguir:

**Tributos federais**

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais, relativas à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial da linha dedicada na base de cálculo da TData.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestação da inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas pelo "Plano Vélez" e "Plano Bresser"; (b) SAT, Seguro Social e valores devidos a terceiros (INRCA e SBR/EEA); (c) retenção de 11% (cessão de mídia de obra); e (d) Stock Options exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas salariais empregadas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (ii) IRPF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como royalties; (iv) IRPJ e CSLL sobre: (a) glosa de custos e despesas diversas; (b) são compravendas; e (b) glosa das despesas relacionadas ao ato de restituição da remessa da Terra; (v) deduções da COFINS em conexão com operações de swap; (vi) a COFINS sobre: (a) taxa de compensação versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado e (c) serviço de assinatura mensal; (vii) IRPJ, FINAN e FUNRES; (viii) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumentando a taxa de imposto de 0,1% para 0,7%; (ix) IPTI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "Plaid access units" (unidade de acesso fixo); (x) IOF, exigência relativa as operações de mútuo, Intercompany e operações de crédito; e (xi) glosa de despesas operacionais supostamente não dedutíveis e relacionadas as perdas estimadas para o valor recuperável das contas a receber.

**Tributos estaduais**

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) ligações Internacionais (DIDI); (iii) estorno de crédito relativo à obtenção de bens destinados ao ativo imobilizado e cobrança na transferência interestadual de bens de ativo imobilizado entre as filiais; (iv) estorno de créditos extemporâneos; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (vi) co-billing; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (paula fiscal); (viii) aproveitamento de crédito para aquisição de energia elétrica; (ix) atividades de meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (x) direito de cobrança relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados; (xi) ação de compensação entre regime de caixa; (xii) sobre serviços de valor agregado e (xiii) assinatura mensal; (xv) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumentando a taxa de imposto de 0,1% para 0,7%; (xvi) IPTI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "Plaid access units" (unidade de acesso fixo); (xvii) IOF, exigência relativa as operações de mútuo, Intercompany e operações de crédito; e (xviii) glosa de despesas operacionais supostamente não dedutíveis e relacionadas as perdas estimadas para o valor recuperável das contas a receber.

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ativo/débito meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) retenção na fonte; (iii) prestação de serviço de identificação de chamadas e habilitação de celular; (iv) prestação de serviços continuos, provisórios, estornos e moças fiscais cobradas; (v) processamento de dados e congêneres análogos; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; e (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Latina America Holding; (x) IPTU; (xi) taxa de uso do solo; e (xv) diversas taxas

**Tributos municipais**

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ativo/débito meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) retenção na fonte; (iii) prestação de serviço de identificação de chamadas e habilitação de celular; (iv) prestação de serviços continuos, provisórios, estornos e moças fiscais cobradas; (v) processamento de dados e congêneres análogos; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; e (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Latina America Holding; (x) IPTU; (xi) taxa de uso do solo; e (xv) diversas taxas

**FUST, FUNITEL e FISTEL****Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (FUST)**

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial da linha dedicada ("ELD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo 1º do artigo 9º da Lei nº 9.998/2005, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, ELD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$3.701.208 (R\$4.316.571 em 31 de dezembro de 2017).

**Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)**

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações de prazo de vigência das licenças para utilização de rádiofrequências associadas à exploração do serviço telefônico fixo consultado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de rádiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pascal. Em 31 de dezembro de 2018, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.825.543 (R\$2.855.735 em 31 de dezembro de 2017).

**c.3) Provisões e contingências civis****Natureza/Grau de Risco****Provisões prováveis****Contingências possíveis****Valores envolvidos****Controladora****Consolidado****31.12.18****31.12.17****31.12.18****31.12.17****R\$6.740.441****2.840.894****5.493.655****2.858.796****c.3.1) Provisões civis prováveis**

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos civis, descritos a seguir:

• A Companhia e/ou suas controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1998 (processos de complementação da ação). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2018 o montante consolidado provisionado era de R\$334.877 (R\$243.233 em 31 de dezembro de 2017).

• A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas civis de natureza consumidoras no âmbito administrativo e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2018 o montante consolidado provisionado era de R\$333.850 (R\$296.189 em 31 de dezembro de 2017).

• A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas civis de natureza não consumidoras no âmbito administrativo e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2018, o montante consolidado provisório era de R\$10.076 (R\$435.476 em 31 de dezembro de 2017).

**c.3.2) Contingências civis possíveis**

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos civis, descritos a seguir:

A Colletiva invocada pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Apontados da Companhia ("PAMA") e em síntese, restabelecimento ao "status quo" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento do Agravo de Instrumento interpôsto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é indeterminável e os pedidos não têm como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

• Ações Civis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cláusula de pleno provisório PBS, alegando em síntese o "desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel", que originou diversos planos específicos PBS espertos, e correspondente alocação de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existente à época da cláusula. O valor é indeterminável e os pedidos não têm como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a uma condição da Sistel relativa às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebras.

• A Companhia e/ou suas controladas mantêm ações administrativas e judiciais, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON"), bem como Municípios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2018, o montante consolidado era de R\$3.466.522 (R\$2.927.071 em 31 de dezembro de 2017).

• A Terra Networks é parte em: (i) ação movida por fornecedores referente a transmissão de eventos; (ii) multa do PROCON (ação anuladora); (iii) ação indemnizatória relativa ao uso de conteúdo; (iv) ação ECAD (relativa à cobrança de direitos autorais); e (V) ações reclamatórias mixadas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor inferior e descumprimento contratual. Em 31 de dezembro de 2018 o montante era de R\$12.928 (R\$17.518 em 31 de dezembro de 2017).

• A Companhia tem recebido alegações referentes a determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("SIM"), com multa diária de R\$10.000,00 (dez reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por royalties, a ser apurado em liquidação da sentença. Oposta Embargos de Declaração por terceiros para anular a sentença e impedir a execução da mesma, que foram rejeitados. Interpuso Recurso Especial contra o referido acórdão para que seja reconhecida a ilegitimidadeativa da Lula e determinada a extinção do processo, sendo que tal recurso aguarda julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta renúncia.

A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL.

**c.4) Provisões e contingências regulatórias****Valores envolvidos****Controladora****Consolidado****31.12.18****31.12.17****31.12.18****31.12.17****R\$1.022.216****1.023.792****1.022.216****1.023.792****6.119.136****5.065.907****6.119.136****5.065.907**

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/IMF nº 02.556.157/0001-02 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**d) Garantias**

A Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

**Cíveis, trabalhistas e tributárias****Total**

Em 31 de dezembro de 2018, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e suas controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$64.461 (R\$69.764 em 31 de dezembro de 2017).

**20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES****a) Política contábil**

São passivos financeiros mensurados e reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação, ou pelo valor justo no meio do resultado.

São classificadas como circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de liquidar o passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do encerramento do exercício. Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A Companhia não capitalizou custos de empréstimos e financiamentos e debêntures em função de não haver ativos qualificáveis.

Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros custos incorridos.

**b) Informações dos empréstimos, financiamentos e debêntures**

Moeda/Local	Controladora/Consolidado									
	Informações em 31 de dezembro de 2018			31.12.18			31.12.17			
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Garantias	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total	
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 4,08%	jul-19	1.367.551	4.675.271	6.042.822	2.801.142	5.345.449	8.236.592	
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,38%	ago-20	666.213	819.742	1.485.555	820.468	1.455.624	2.277.052	
BNDES FINEM	R\$	5,00%	nov-19	(3)	14.202	-	214.012	37.1945	213.959	585.904
BNDES FINEM	R\$	4,00% a 6,00%	jan-23	(3)	164.200	122.011	305.211	184.007	303.560	487.567
BNDES FINEM	R\$	2,55% a 6,55%	jan-23	(3)	103.496	316.269	419.755	101.879	413.552	515.431
BNDES PSI	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	ago-22	(2)	37.837	94.516	132.553	37.061	132.092	169.153
BNB	R\$	2,55% a 10%	ago-22	(4)	60.014	245.887	325.901	70.426	305.952	376.373
Fornecedores (b.2)	R\$	107,9% a 115,9% do CDI	dez-19	(2)	18.207	1.263	18.470	25.405	19.413	44.814
Debêntures (b.3)	R\$	107,9% a 115,9% do CDI	dez-19	(2)	15.054	39.796	54.850	15.090	54.720	69.810
4ª emissão - Série 3	R\$	IPCA+4,00%	out-19	(5)	54.244	-	607.152	-	-	607.152
1ª emissão - Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	jul-21	(5)	41.121	-	41.121	312	40.010	40.322
4ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,68%	abr-18	(5)	26.250	52.499	73.749	24.088	72.264	96.352
5ª emissão	R\$	108,25% do CDI	fev-22	(5)	51.233	1.997.694	2.048.927	64.397	1.966,517	2.060.914
6ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,24%	nov-20	(5)	5.357	909.756	1.005.113	6.176	990.462	1.005.638
Arrendamento financeiro (b.4)	R\$	IPCA e IGF-M	ago-33	(5)	53.133	339.894	393.027	51.036	334.424	385.480
Contraprestação contingente (b.5)	R\$	Selic			465.686	465.686	-	446.144	446.144	
Moeda estrangeira	R\$				96.615	96.615	142.299	82.955	225.254	
Instituições financeiras (b.1)	UMBND	ECM + 2,38%	Jul-19	(1)	96.615	-	96.615	142.299	82.955	225.254
Total					1.464.166	4.675.271	6.139.437	3.033.441	5.428.400	8.461.841

**c) Cronograma de pagamentos**

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro, debêntures e contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2018 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora/Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente
2020	359.948	1.025.097	41.441
2021	231.764	1.025.097	36.704
2022	209.948	999.755	35.190
2023	18.082	-	83.463
2024 em diante	-	193.796	465.686
	819.742	3.049.949	465.686

**d) Cláusulas restritivas**

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de covenants (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusulas contratuais, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

**e) Movimentações**

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

A seguir apresentamos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Emissão	Data de emissão	Quantidades			Controladora/Consolidado
		Emitidas	Circulação	Valor da emissão	
4ª emissão - Série 3	15/10/09	810.000	23.557	810.000	
1ª emissão - Minas Comunica	17/12/07	5.550	5.550	55.500	
4ª emissão	25/04/13	130.000	130.000	1.300.000	
5ª emissão	08/02/17	200.000	200.000	2.000.000	
6ª emissão	27/11/17	100.000	100.000	1.000.000	
O custos de transação associados a 4ª, 5ª e 6ª emissões, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 era de R\$3.961 (R\$5.422 em 31 de dezembro de 2017), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais dessa emissão;					
b.4) Arrendamento financeiro					
A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de torres e rooftops, decorrentes de operações de vendas e leaseback financeiro; (ii) aluguel de sites construídos na modalidade Built-to-Suit ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.					
Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.					
Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:					
Controladora/Consolidado	31.12.18	31.12.17			
Valor nominal a pagar	766.215	787.147			
Despesa financeira não realizada	(573.181)	(401.637)			
Valor presente a pagar	393.027	385.460			
Não circulante	53.133	51.036			
	339.894	334.424			
A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento contínuo em 31 de dezembro de 2018:					
Controladora/Consolidado	31.12.18	31.12.17			
Valor nominal a pagar	56.623	53.133			
Mais de um ano	207.450	166.797			
Mais de um ano até cinco anos	407.942	193.097			
Total	766.215	393.027			
Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de dezembro de 2018 e 2017.					
b.5) Contraprestação contingente					
Como parte do Contrato de Compra e Venda e Duras Avanças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos e esse montante está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.					

Emissão	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar	Controladora/Consolidado		
			Captações	Principal Encargos	Total
4ª emissão - Série 3	-	-	(961.687)	(156.668) (1.118.355)	55.576 (1.781.261) (244.702) (2.025.963)
1ª emissão - Minas Comunica	-	-	(946.763)	(152.447) (1.099.210)	15.998 (825.256) (213.752) (1.039.008)
3ª emissão	-	-	(14.924)	(4.221) (19.145)	39.678 (11.808) (4.073) (15.831)
4ª emissão	-	-	-	-	-
5ª emissão	-	-	-	-	-
6ª emissão	-	-	-	-	-
Fornecedores	506.397	571.434	(51.040)	(622.474)	571.444 (668.512) (88.974) (757.486)
Arrendamento financeiro	18.672	35.375	(21.231)	(56.606)	13.452 (35.729) (47.695)
Total	525.069	2.893.219	(494.331)	(3.288.150)	3.640.782 (448.465) (859.561) (5.345.981)

Total continua



continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015861-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**1.1 Em 2018****Debtintutes**

Em 8 de fevereiro e 8 de agosto de 2018 houve a liquidação de juros semestrais das debêntures da 5ª emissão. O montante pago na liquidação totalizou R\$149,795.

Em 25 de abril de 2018 houve a liquidação integral das debêntures da 4ª emissão. O montante pago na liquidação totalizou R\$1.347.067.

Em 27 de maio e 27 de setembro de 2018 houve a liquidação de juros semestrais das debêntures da 6ª emissão. O montante pago na liquidação totalizou R\$68.275.

Em 5 de julho de 2018 houve a amortização das debêntures da 1ª emissão (origem Telefônica). O montante pago na liquidação totalizou R\$25.805, sendo que R\$3.012 correspondentes à 1ª série, R\$8.285 à 2ª série e R\$14.508 à 3ª série.

Em 15 de outubro de 2018 houve a liquidação de juros anuais das debêntures da 4ª emissão - Série 3. O montante pago na liquidação totalizou R\$1.593.

**1.2 Em 2017****Empreendimentos e financiamentos****Banco do Nordeste (BNB)**

Em 12 de maio de 2017 foram realizados saques referentes ao contrato firmado em 18 de agosto de 2014 no montante total de R\$39.878. As taxas deste contrato são de 7,06% a.a. a 10,0% a.a., prazo total de 8 anos, com pagamentos de juros e amortizações do principal em 72 parcelas mensais e sucessivas. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

**BNDES (BNM)**

Em 30 de dezembro de 2014, foi contratada uma linha de financiamento de R\$1.000.293, com taxas de: (i) TJLP + 0,12% a.m.; (ii) 4% a.a.; (iii) Selic + 2,82% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018. Após o período de carência serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas; e (iv) 6% a.a., prazo total de 7 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2017. Após o período de carência, serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Durante o ano de 2017, foram realizados três desembolsos referentes a esta contrato no montante de R\$15.998. Esses desembolsos são referentes a um plano de apoio financeiro vinculado a projetos realizados no triênio 2014-2016, visando a expansão nas áreas de atuação.

**Debtintutes****5ª Emissão**

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou pela realização da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, em série única, da espécie cirografaria, no montante total de R\$2.000.000, as quais foram objeto de colocação pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme, nos termos da ICSV 47/60.

Em 8 de fevereiro de 2017, a Companhia emitiu 200.000 debêntures, com valor nominal equivalente a R\$10. As debêntures possuem prazo de vencimento de cinco anos e o valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente.

Ouros remuneratórios correspondem a 108,25% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia ("DI").

**6ª Emissão**

Em reunião realizada em 13 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou pela realização da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, em série única, da espécie cirografaria, no montante total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de colocação pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme, nos termos da ICSV 47/60.

Em 27 de novembro de 2017, a Companhia emitiu 100.000 debêntures, com valor nominal equivalente a R\$10.

As debêntures possuem prazo de vencimento de três anos e o valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente.

Ouros remuneratórios correspondem a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia ("DI"), acrescidos de um spread equivalente a 0,24%.

**2.1 RECEITAS DIFERIDAS****Controladora****Consolidado**

31.12.18 31.12.17 31.12.18 31.12.17

<b>Serviços (1)</b>	-	301.292	-	301.292
Alienação de ativos mobilizados (2)	89.835	155.162	89.835	165.162
Receta de habilitação (3)	-	7.477	-	7.959
Programa de fidelidade (4)	-	50.354	-	50.354
Subvenções governamentais (5)	94.333	115.379	94.333	115.379
Passivos contratuais - IFRS 15 (6)	532.207	-	532.207	-
Outras (7)	69.658	31.465	62.658	83.052
<b>Total</b>	<b>775.200</b>	<b>721.131</b>	<b>761.038</b>	<b>773.198</b>
Circulante	325.509	370.463	525.509	372.561
Não circulante	250.528	350.637	250.526	350.637

- (1) Refer-se às principais das saldos de recargas de pré-pagos, que são apropriadas ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui também, o saldo do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, da sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do pleno gozo de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus clientes.
- (2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de torres e rooftop não estruturados, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (3) Refer-se ao dferimento da receta de habilitação (fixa), reconhecido no resultado ao longo do período estimado da permanência do cliente na base.
- (4) Refer-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (5) Refer-se aos valores de: (i) subvenções governamentais decorrentes de recursos obtidos da linha de financiamento junto ao BNDES até 31 de dezembro de 2018, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos; e; (ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (6) Refer-se ao saldo dos passivos contratuais decorrente da adoção da IFRS 15 (nota 26) e os montantes relativos ao contrato com clientes (serviços e mercadorias), habilitação e programa de fidelização foram reclassificados para a linha "Passivos contratuais - IFRS 15". Os montantes em 31 de dezembro de 2018 eram de R\$372.167, sendo: (i) Serviços e Mercadorias R\$18.776; e (ii) Programa de fidelização R\$33.568.
- (7) Inclui os saldos do processo de resarcimento pelos custos de desocupação das subáreas de radiotransmissão 2.500MHz e 2.900MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDs).

**2.2 OUTROS PASSIVOS****Controladora****Consolidado**

31.12.18 31.12.17 31.12.18 31.12.17

<b>Licenças de autorização (1)</b>	124.807	258.742	124.807	258.742
Corrigações com partes relacionadas (nota 28)	25.198	139.173	31.716	125.987
Onus de remessa de licenças (2)	222.143	197.536	222.143	167.536
Retenções de terceiros (3)	117.615	126.361	120.711	144.593
Plano de benefícios e outros benefícios p/c-emprego (nota 30)	674.049	522.498	764.476	531.938
Valores a resultar a assinantes	56.041	187.826	56.047	186.380
Outras derrapagens	61.279	70.108	71.352	72.693
<b>Total</b>	<b>1.292.931</b>	<b>1.472.244</b>	<b>1.291.778</b>	<b>1.481.069</b>
Circulante	357.335	700.251	388.376	718.468
Não circulante	926.396	771.993	929.333	772.621

- (1) Em 31 de dezembro de 2017, inclui a parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras do leilão das licenças de 4G constituirão a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Concessões e Autorizações (EAD), empresa responsável pela operacionalização de forma econômica de todos os processos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência previamente identificados nos sistemas de radiocomunicação, além de outras operações em que as operadoras vencedoras possuem obrigações, conforme definido no contrato. Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$142.862 à EAD, referente à última parcela do leilão de faixas de frequência de 700 MHz nacionais para a prestação do SMP, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014.
- (2) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.
- (3) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

**2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias ou preferenciais. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. A Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 5.404/73, artigo 166, inciso IV) estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:31:21.  
Número de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E  
Ticket: 29895246 - www.imprensaoficial.com.br

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Geral
Quantidade	540.033.264	94.47%	540.033.264
%	94,47%	5,52%	100,00%
Quantidade	704.207.655	52,91%	1.244.241.119
%	32,21%	67,79%	100,00%

As ações preferenciais são reembolsadas em circulação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Geral
Quantidade	46.746.635	8,18%	46.746.635
%	51,46%	3,44%	54,90%
Quantidade	305.122.185	52,90%	305.122.185
%	32,21%	67,79%	100,00%

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Geral
Quantidade	540.033.264	94.47%	540.033.264
%	94,47%	5,52%	100,00%
Quantidade	704.207.655	52,91%	1.244.241.119
%	32,21%	67,79%	100,00%

As ações preferenciais são reembolsadas em circulação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Geral
Quantidade	46.746.635	8,18%	46.746.635
%	51,46%	3,44%	54,90%
Quantidade	305.122.185	52,90%	305.122.185
%	32,21%	67,79%	100,00%

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Geral
Quantidade	540.033.264	94.47%	540.033.264
%	94,47%	5,52%	100,00%
Quantidade	704.207.655	52,91%	1.244.241.119
%	32,21%	67,79%	100,00%

As ações preferenciais são reembolsadas em circulação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Geral
Quantidade	46.746.635	8,18%	46.746.635
%	51,46%	3,44%	54,90%
Quantidade	305.122.185	52,90%	305.122.185
%	32,21%	67,79%	100,00%

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Geral

<tbl\_r

continuação

**Telefônica**

**Telefônica Brasil S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.559.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	8.526.258	4.608.790	Dividendos adicionais propostos:	2.489.884
(-) Apropriação à reserva legal	(446.413)	(230.459)	Dividendos adicionais propostos - Base Lucro líquido do exercício	2.171.684
(-) Incentivos fiscais não distributíveis	(1.529)	(10.815)	Dividendos adicionais propostos - Base Lucro líquido do exercício anterior, referente a reversão da reserva especial para expansão e modernização	1.641.864
Lucro líquido ajustado:	8.470.318	4.367.539	Total	287.000
(-) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	(4.550.000)	(2.416.639)	Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	550.000
(-) Juros sobre o capital próprio (bruto)	(4.550.000)	(2.416.639)	2.117.579	1.091.884
Saldo de lucro líquido não destinado	3.820.318	1.950.897	A proposta para a deliberação do exercício de 2018, apresentada acima, será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO"), a ser realizada no exercício de 2019.	
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização do exercício anterior:	297.000	550.000	A proposta para a deliberação do exercício de 2017, apresentada acima, foi submetida e aprovada na AGO, realizada em 12 de abril de 2018.	
(-) Efeitos das adopções do CPC 47 e CPC 48, líquidos de tributos em 01.01.18	(138.663)	-	Total da dividendos proposto para deliberação - por ação	2018
(-) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	152.770	101.778	Ações ordinárias	1.371.013
(-) Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos nos planos superavitários, líquidos de tributos	(62.239)	(113.811)	Ações preferenciais (1)	1.508.114
Lucro disponível para distribuição	4.168.684	2.409.864	(1) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.	1.339.005
Proposta para a distribuição:	1.700.000	297.000		
Reserva especial para expansão e modernização				

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme demonstrados a seguir:

## Exercício de 2018

Datas		Valor Bruto	Valor Líquido	Valor por Ação (1)
Aprovação:				
18/06/18	29/06/18 Até 31/12/18	125.478	273.521	400.000
05/09/18	17/09/18 Até 31/12/18	885.353	1.914.647	2.800.000
04/12/18	17/12/18 Até 31/12/18	425.857	923.133	1.350.000
Total		1.438.699	3.111.301	4.550.000
			1.222.894	2.864.606
				3.867.500

## Exercício de 2017

Datas		Valor Bruto	Valor Líquido	Valor por Ação (1)
Aprovação:				
13/02/17	24/02/17 21/08/18	56.916	123.084	180.000
20/03/17	31/03/17 21/08/18	110.669	239.331	350.000
19/06/17	30/06/17 21/08/18	64.961	95.000	25.533
18/09/17	29/09/17 21/08/18	86.440	208.560	305.000
14/12/17	26/12/17 21/08/18	470.072	1.018.557	1.498.839
Total		784.136	1.652.500	2.416.639
			649.316	1.404.827
				2.054.143

(1) Os valores da JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes recebem os juros sobre o capital priorável integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

(2) Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

## d.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso "a" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R\$152.770 e R\$101.778, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

## e) Outros resultados abrangentes acumulados

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos hedges de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação dos outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos:

	Consolidado				
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total	
Saldos em 31.12.16	(6.881)	3.548	16.793	11.451	
Ganhos com conversão	-	-	11.239	11.239	
Perdas com contratos futuros	-	(1.595)	(1.595)		
Ganhos com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	223	-	-	223	
Saldos em 31.12.17	(6.888)	1.954	28.032	21.323	
Ganhos com conversão	-	-	9.927	9.927	
Perdas com contratos futuros	-	(1.618)	(1.618)		
Ganhos com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(412)	-	(412)		
Saldos em 31.12.18	(9.070)	336	37.859	29.225	

## f) Programa de recompra de ações da Companhia

Nos exercícios de 2018 e 2017, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou programas de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tiveram como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor dos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa e otimizar a alocação de capital da Companhia, conforme a seguir:

• Em 2016, conforme reunião realizada em 7 de dezembro de 2016, a recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2016.

Este programa terá vigência até 8 de junho de 2020, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares. As quantidades máximas autorizadas para aquisição serão de 563.422 ações ordinárias e 37.736.465 ações preferenciais.

• Em 2017, conforme reunião realizada em 9 de junho de 2017. A recompra foi efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 31 de março de 2017.

Este programa terá vigência até 30 de dezembro de 2018, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares. As quantidades máximas autorizadas para aquisição eram de 670.781 ações ordinárias e 41.510.761 ações preferenciais.

No final da vigência do programa, a Companhia adquiriu 45 e 661 ações preferenciais da sua emissão a um preço médio unitário de R\$47,81 e R\$45,26, respectivamente em 1º de junho de 2017 e em 5 de julho de 2017, totalizando R\$32.

## g) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. A Companhia não datêram ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:		
Ordinárias	8.928.258	4.608.790
Preferenciais	2.823.093	1.457.284
Quantidade de ações, em milhares:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	6.105.165	3.151.502
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	1.688.694	1.688.694
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias (R\$)	4,96	2,56
Ações preferenciais (R\$)	5,45	2,52

## 24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

## a) Política contábil

Reconhecimento de receitas de serviços e de mercadorias

Com a adoção da IFRS 16 em 1º de janeiro de 2018, para os pacotes que combinam vários produtos ou serviços de modo fixa, móvel, dados, internet ou televisão, a receita total passou a ser alocada a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita, independentemente de haver itens não entregues. Quando os pacotes incluem um desconto no equipamento, há um aumento das receitas reconhecidas pela venda de celulares e outros equipamentos, em detrimento da receita do serviço em curso ao longo de períodos subsequentes. Na medida em que os pacotes são comercializados com desconto, a diferença entre a receita da venda de equipamentos e a contraprestação recebida do cliente antecipadamente é reconhecida como um ativo contábil na demonstração da posição financeira.

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos e aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diretos e reconhecidos no resultado a medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro ("produto Soluciona TI"), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

A receita da venda de aparelhos aos dealers é contabilizada no momento da sua entrega e não no momento da sua venda ao cliente final.

As receitas de serviços e de mercadorias estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS (conforme o caso), PIS e COFINS, conforme o caso.

## Programa de fidelidade

A Companhia mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, condicionado à obtenção de um salto mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços registrados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A parcela da receita referente ao valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida na demonstração dos resultados no momento do resgate dos pontos. Para a definição da quantidade de pontos a serem contabilizados, são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate esperadas, percentuais de expiração e cancelamentos de pontos entre outros.

## b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia estima o valor justo dos pontos atribuídos no âmbito do programa de fidelização de clientes através da aplicação de técnicas estatísticas. As entradas para o modelo incluem fazer suposições sobre as taxas de resgate esperadas, o mix de produtos que estarão disponíveis para resgate no futuro e preferências dos clientes quanto a utilização dos pontos. Essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas em função da mudança no comportamento de resgate dos clientes.

A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, no final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

## c) Composição

	Controladora	2018	2017	2018	2017
Receita operacional bruta		59.575.758	61.886.869	65.794.397	66.243.717
Serviços (1)		55.446.244	56.630.355	61.292.362	62.696.403
Mercadorias (2)		4.129.512	3.266.514	4.502.035	3.546.741
Descontos concedidos e devoluções		(21.591.981)	(22.443.191)	(22.331.851)	(23.026.342)
Tributos		(13.826.852)	(15.875.816)	(14.559.818)	(16.058.584)
Serviços		(13.135.613)	(15.027.399)	(13.820.784)	(15.469.315)
Mercadorias		(691.240)	(548.426)	(739.131)	(590.269)
Descontos concedidos e devoluções		(7.785.131)	(6.367.326)	(7.771.742)	(6.977.758)
Serviços		(6.282.330)	(5.330.066)	(6.288.941)	(5.340.476)
Mercadorias		(1.482.801)	(1.637.260)	(1.482.801)	(1.637.262)
Receita operacional líquida		37.982.772	39.345.728	43.462.740	43.206.832
Serviços		36.027.301	38.272.930	41.162.837	41.887.642
Mercadorias		1.953.471	1.070.828	2.280.103	3.139.190

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, smartphonecessórios e equipamentos do Produto Soluciona TI. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contemplam os efeitos da adoção da IFRS 15. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, a Companhia divulga na nota 35 a demonstração dos resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 15.

## 3. TABELÃO DE NOTAS - S. PAULO

continua

Eduardo da Silva Rossetti

Av. São Luís, 192 L. 3001-000 São Paulo - SP

tel. (11) 3121-2010

S. Paulo, POR ATC

R\$ 3.00

Autentico a presente conta Recibo esta conforme a mim apresentado na parte reproduzida, do que

JOÃO CARLOS DOMINGOS - Escrivane

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015821-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Controladora					2017				
	Custo dos Serviços		Despesas com Vendas Comercialização		Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços		Despesas com Vendas Comercialização		Despesas Gerais e Administrativas
	Prestados e Mercadorias	Vendidas	Despesas com	Vendas	Total	Prestados e Mercadorias	Vendidas	Despesas com	Vendas	Total
Pessoal (1)	(747.347)	(2.260.855)	(477.752)	(3.485.950)	(738.224)	(2.180.428)	(441.123)	(3.359.780)	-	(1.405.085)
Serviços de terceiros (2)	(5.691.933)	(6.728.789)	(1.266.755)	(13.986.858)	(6.243.802)	(7.352.900)	(1.191.495)	(14.798.187)	-	(1.405.085)
Augués, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(2.953.437)	(146.387)	(160.410)	(3.280.234)	(2.616.816)	(150.671)	(194.488)	(2.962.335)	-	(1.405.085)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.555.336)	(30.659)	(35.705)	(1.621.700)	(1.758.227)	(37.918)	(33.458)	(1.829.603)	-	(1.405.085)
Perdas estimadas para redução no valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.315.536)	-	(1.315.536)	-	(1.405.085)	-	(1.405.085)	-	(1.405.085)
Depreciação e amortização (5)	(6.467.981)	(1.351.912)	(515.873)	(8.335.746)	(5.937.372)	(1.433.260)	(455.552)	(7.826.184)	-	(1.785.611)
Custo das mercadorias vendidas	(2.155.673)	-	-	(2.155.673)	(1.765.811)	-	-	-	-	(1.785.611)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(46.497)	(203.016)	(32.334)	(281.847)	(54.943)	(198.690)	(16.424)	(272.057)	-	(1.785.611)
<b>Total</b>	<b>(19.620.569)</b>	<b>(12.037.145)</b>	<b>(2.509.829)</b>	<b>(34.366.593)</b>	<b>(19.135.195)</b>	<b>(12.758.952)</b>	<b>(2.334.905)</b>	<b>(34.229.052)</b>	<b>-</b>	<b>(1.405.085)</b>

**Consolidado**

	2018					2017				
	Custo dos Serviços		Despesas com Vendas Comercialização		Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços		Despesas com Vendas Comercialização		Despesas Gerais e Administrativas
	Prestados e Mercadorias	Vendidas	Despesas com	Vendas	Total	Prestados e Mercadorias	Vendidas	Despesas com	Vendas	Total
Pessoal (1)	(972.032)	(2.574.498)	(549.610)	(3.986.140)	(485.356)	(2.387.314)	(493.095)	(3.725.767)	-	(1.481.015)
Serviços de terceiros (2)	(6.659.524)	(6.989.006)	(1.237.527)	(14.885.457)	(7.032.292)	(7.428.937)	(1.232.379)	(15.703.568)	-	(1.481.015)
Augués, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(2.957.489)	(147.613)	(202.881)	(3.307.933)	(2.824.405)	(151.455)	(204.701)	(2.980.561)	-	(1.481.015)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.594.486)	(30.703)	(26.122)	(1.661.651)	(1.792.764)	(39.050)	(34.779)	(1.866.593)	-	(1.481.015)
Perdas estimadas para redução no valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.533.660)	-	(1.533.660)	-	(1.481.015)	-	(1.481.015)	-	(1.481.015)
Depreciação e amortização (5)	(6.487.909)	(1.352.638)	(528.079)	(8.368.623)	(5.963.153)	(1.433.297)	(457.284)	(7.853.734)	-	(1.481.015)
Custo das mercadorias vendidas	(2.406.090)	-	-	(2.406.090)	(1.485.890)	-	-	(1.485.890)	-	(1.481.015)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(50.478)	(204.623)	(44.754)	(209.855)	(58.708)	(205.405)	(20.857)	(209.855)	-	(1.481.015)
<b>Total</b>	<b>(21.025.787)</b>	<b>(12.832.741)</b>	<b>(2.509.970)</b>	<b>(35.457.478)</b>	<b>(20.272.530)</b>	<b>(12.136.474)</b>	<b>(2.443.165)</b>	<b>(35.852.109)</b>	<b>-</b>	<b>(1.481.015)</b>

**26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**

	Controladora					Consolidado				
	Custo dos Serviços		Despesas com Vendas Comercialização		Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços		Despesas com Vendas Comercialização		Despesas Gerais e Administrativas
	Prestados e Mercadorias	Vendidas	Despesas com	Vendas	Total	Prestados e Mercadorias	Vendidas	Despesas com	Vendas	Total
Multas e despesas recuperadas (1)	3.891.594	349.985	3.982.150	355.415	-	-	-	-	-	-
Provisões trabalhistas, tributárias, civis e regulatórias (nota 19) (2)	(1.245.216)	(990.770)	(1.258.966)	(999.419)	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido na alienação/perda de ativos (3)	114.164	110.413	114.853	108.767	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais (4)	751.386	322.534	(367.151)	(187.249)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.511.938</b>	<b>(207.336)</b>	<b>2.450.922</b>	<b>(722.485)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outras receitas operacionais (5)	4.757.164	782.932	4.073.003	464.162	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais (6)	(1.245.216)	(990.770)	(1.262.081)	(1.186.948)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.911.938</b>	<b>(207.336)</b>	<b>2.450.922</b>	<b>(722.485)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (1) Inclui os custos e despesas com honorários, salários, encargos e benefícios sociais, participação nos resultados, planos de remuneração baseados em ações, planos de previdência e outros benefícios pós-emprego, treinamento, transporte, saúde e alimentação.
- (2) Inclui os custos e despesas com interconexão e uso de redes, propaganda e publicidade, manutenção da planta, energia elétrica, segurança, limpeza, compra de conteúdo de TV, agenciamento e intermediação comercial, parceiras, call center, backoffice, logística e armazenagem, confecção e postagem de contas telefônicas, serviços bancários, entre outros.
- (3) Inclui os custos e despesas alugados de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão.
- (4) Inclui os custos e despesas com as taxas futebol, fust, futebol, ônus para a renovação de licenças e outros impostos, taxas e contribuições.
- (5) Inclui os custos e despesas com depreciação e amortização de ativos e os créditos PIS e COFINS não cumulativos nos montantes de R\$1.267 em 2017.

**27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS****a) Política contábil**

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, débitores, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de contabilidade de direito ou de acordo com o direito da legislação que lhes é aplicável.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado a ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros a valor justo através de outras relações abrangentes à receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

b) Composição

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
<b>Recetas Financeiras</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Recetas de aplicações financeiras	213.541	592.577	248.083	655.474	-	-
Juros ativos (clículos, tributos e outros)	106.008	122.923	118.476	124.391	-	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	301.860	369.987	305.939	373.971	-	-
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	32.326	113.203	32.326	113.203	-	-
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (1)	3.296.451	397.180	3.341.211	406.013	-	-
Outras receitas financeiras	40.892	79.302	68.548	82.905	-	-
<b>Total</b>	<b>3.991.108</b>	<b>1.675.172</b>	<b>4.111.640</b>	<b>1.755.998</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Encargos de empréstimos, financiamentos, débitores e arrendamento financeiro (nota 20)	(510.398)	(932.727)	(510.398)	(932.727)	-	-
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 31)	(61.174)	(129.049)	(61.174)	(129.049)	-	-
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(162.647)	(133.631)	(186.238)	(186.425)	-	-
Outras despesas com variações cambiais e monetárias (2)	(946.854)	(682.742)	(963.463)	(875.948)	-	-
CF, PIS, Cofins e outras despesas financeiras (2)	(262.738)	(163.386)	(269.006)	(167.897)	-	-
<b>Total</b>	<b>(2.354.244)</b>	<b>(2.636.113)</b>	<b>(2.285.487)</b>	<b>(2.659.902)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>1.738.864</b>	<b>(960.941)</b>	<b>1.827.153</b>	<b>(503.044)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem as atualizações monetárias, nos montantes de R\$1.593.153 e R\$2.928.247 (consolidado), sobre os créditos fiscais oriundos dos processos judiciais em julgamento a favor da Companhia e sua controlada (TData), que reconheceu o direito da execução do IOMS (base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS) para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 a junho de 2017 e a junho de 2013 (notas 8 e 26).

(2) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui R\$1.06.070 de PIS e COFINS, sobre os montantes consolidados descritos no item (1).

**28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS****a) Transações e saldos com partes relacionadas**

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- a) Serviços de telecomunicação móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica;
- b) Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- c) Aluguel, manutenção de equipamento de segurança civil, prestados pela Telefônica Inteligência e Segurança Brasil;
- d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- e) Direito de uso de determinadas licenças de softwares, incluindo a manutenção e suporte prestados pela Telefônica Global Technology;
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telefônica Cables Brasil, Telefônica International Wholesale Services e Telefônica USA, Media Net Br;
- g) Operações com empresas do Grupo Telefônica, referentes a compra de conteúdo de internet, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência;
- h) Serviços de marketing prestados pelas empresas do Grupo Telefônica;
- i) Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas, prestados pela Telefônica do Brasil;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefônica International Wholesale Services e Telefônica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de roaming internacional, prestados por empresas do Grupo Telefônica;
- l) Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas do Grupo Telefônica;
- m) Brand Fee, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefônica;
- n) Plataforma de serviços de saúde prestados pela Aximed;

**ImprensaOficial**  
Governo do Estado de São Paulo  
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:23:32.  
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4881C30BF37B9C1D3D2F1A  
[Ticket: 29895254] - www.ImprensaOficial.com.br

continua

EDUARDO MACHADO - S. PAULO

EDUARDO MACHADO - S. PAULO

Av. São Luís, 192 Lote 2300 - Tel. (11) 3120-8500

E

S. PAULO - 2019

R\$ 3.00

Autentico a presente cópia. Reprodução, carbono, fotocópia, scanner, a mim apresentado na parte inferior da folha, é de

JOÃO CARLOS DOMINGOS - Escrivão

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICO

113340

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100</p

continuação

**Telefônica**
**Telefônica Brasil S.A.**  
 Companhia Aberta  
 CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Balanço Patrimonial - Passivo					
	Natureza	Fornecedores e contas a pagar	Outros contas a pagar	Outros passivos	Passivo circulante	Passivo não circulante
Telefônica Serviços de Ensino	i) 22.518	-	37.931	-		
Telefônica Móveis Argentina	k) 4.160	-	3.865	-		
Telefônica Móveis do Espanha	k) 5.233	-	3.589	-		
Telefônica USA (1)	f) 4.411	200	7.425	171		
Telxius Cable Brasil	f(l) 39.662	2.057	44.037	2.068		
Telxius Torres Brasil	x) 38.735	1.926	37.716	7.757		
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Peru, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h) 1.766	-	907	-		
Outras	k(j)(h)(j)(v)	16.310	1.032	12.035	405	
	w/(aa)	382.825	8.422	342.897	11.037	
Total		383.512	31.716	350.844	125.987	
Passivo circulante		383.512	22.228	350.844	124.749	
Passivo não circulante			9.496	-	1.238	

Empresas	Demonstração dos Resultados					
	2018	Custos, despesas e outras	2017	Custos, despesas e outras	2018	Custos, despesas e outras
Controloadoras						
SP Telecomunicações	d)	-	347	-	268	
Participações						
Telefônica LatinoAmerica Holding	i)	-	16.466	9.077	36.523	11.030
Telefônica	l(m)	-	(373.620)	(16.680)	(331.634)	(995)
		-	(366.677)	(7.603)	(294.893)	10.034
Outras empresas do grupo						
Colombia						
Telecomunicaciones ESP Companhia AIX de Participações	k) 250	(4.280)	(2.145)	349	(10)	604
Fundação Telefônica	a(v)	75	(22.645)	-	36	(22.738)
Media Networks Brasil	t)	-	(12.223)	-	-	(11.395)
Soluções Digitais	s(d)f(p)	2.006	(101.272)	-	601	(57.177)
Media Networks Latina América SAC	b)	-	(34.791)	(1.007)	-	(33.133)
Telefônica Serviços de Edifício	a(p)f(r)	1.158	(49.130)	-	292	(54.781)
TG Log Germany GMBH CO. O+G	k) 148	(1.975)	-	75	(1.409)	
Telefônica Compras Elétronicas	v)	-	(34.534)	-	-	(29.052)
Telefônica Digital Espanha	b(o)	-	(124.537)	(813)	-	(81.893)
Telefônica Factoring do Brasil	a(d)f(l)s	2.416	212	2.601	69	828
Telefônica Global Technology	e(l)	-	(36.738)	(4.134)	-	(36.395)
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	a(c)d(l)p	1.568	(54.210)	-	708	(40.918)
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f(y)k) 53.357	(64.036)	9.771	58.728	(49.960)	(2.564)
Telefônica Móveis Argentinas	k) 5.916	(3.437)	-	3.746	6.147	-
Telefônica Móveis Del Chile	k) 1.293	(3.169)	39	1.588	(2.196)	52
Telefônica Móveis Del Espanha	k) (209)	(4.165)	-	1.048	(1.969)	-
Telefônica USA (1)	f(j) 1.518	(19.441)	(539)	2.392	(13.202)	(2.185)
Telxius Cable Brasil	a(d)f(l)p	49.777	(206.095)	(7.995)	15.045	(200.537)
Telxius Torres Brasil	d(p)f(x)	3.218	(129.706)	-	-	(107.373)
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Peru, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	k)	-	(2.794)	1.450	-	1.072
	a(v)f(j)v	3.547	(23.957)	(283)	7.725	(27.213)
Outras						130
						126.038
Total						126.038

(1) Os valores da Terra Networks Operations foram reclassificados em 2017 para melhor comparabilidade, em virtude de sua incorporação pela Telefônica USA, em 2018.

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de R\$26.431 e R\$21.894, respectivamente. Destes, montantes, R\$17.493 (R\$14.439 em 31 de dezembro de 2017) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$8.938 (R\$7.245 em 31 de dezembro de 2017) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesa de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 25).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

**29. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES**

## a) Política contábil

A Companhia e suas controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefônica), para seus dirigentes e empregados.

O valor justo das ações é estimado pela data de cotação, com base em modelo binomial de pre估ificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. Esse valor justo é decretado na data de cotação das ações referentes ao período até a aquisição.

A Companhia e suas controladas remuneram à Telefônica o valor justo do benefício enriquecido na data de concessão aos dirigentes e empregados.

## b) Informações sobre os planos de remuneração baseados em ações

A controladora da Companhia, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) o atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de risco está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (Total Shareholder Return - TSR) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs das empresas Grupo da Companhia pré-merger e ao atendimento do FCF (Free Cash Flow) do Grupo Telefônica. Em 31 de dezembro de 2018 o TSR da cotação das ações da Telefônica é de 13.309 euros.

As despesas da Companhia e suas controladas com planos de remuneração baseados em ações descreve a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, seguros e impostos nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 26) e correspondem a R\$10.433 e R\$7.013 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2018, estão detalhados a seguir:

## b.1) Plano Talent for the Future Share Plan ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo (ou em 1º de janeiro de 2018 e se estenderá até 31 de dezembro de 2020. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingir a meta.

O ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020); tendo o direito potencial de receber 122.250 ações da Telefônica (inclui quantidades iniciais).

b.2) Black Performance Share Plan ("BPS")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 8 de junho de 2018, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.

Ca participants não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo (ou em 1º de janeiro de 2018 e se estenderá até 31 de dezembro de 2020. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingir a meta.

O ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020); tendo o direito potencial de receber 122.250 ações da Telefônica (inclui quantidades iniciais).

b.3) Black Performance Share Plan ("BPS")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 8 de junho de 2018, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.

Ca participants não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingir a meta.

O ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020); com 113 executivos ativos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 977.737 ações da Telefônica SA.

**30. PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

## a) Política contábil

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como planos multipatrônio de complementação da aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos referenciados aos planos definidos são avaliados atuarialemente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Os passivos atuariais são também reconhecidos no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTN's), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. O valor do plano não está disponível aos credores da Companhia ou suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Sistel e Visão Prev.

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo de obrigações de complementação da aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação é total e exposta a riscos econômicos e demográficos, tal como: (i) requisições nos custos médicos que possam impactar no custelo de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em "enda fixa" (NTN's, LTNs, operações compromissadas, CDBs, debêntures, letras financeiras e colas FIDCs) e investimentos em renda variável, que são realizados por meio de carteira de investimentos de longo prazo, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado.

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tal como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar - "Visão Prev" e Fundação Sistel de Seguridade Social - "Sistel") procuraram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

A exceção dos planos deficitários CTB e plano assistência médica - Lei nº 9.656/98, geralmente todos os planos de benefícios que tem um fundo constituído, apresentam posição de superavaliação. O benefício econômico apresentado à Companhia é o resultado da diferença entre o custelo de aposentadoria e o custelo de contribuição de recuperabilidade. O benefício econômico apresentado ao ativo considera apenas a parte do supéravit que apresenta maior possibilidade de recuperabilidade da recuperabilidade. A forma de recuperabilidade dos supéravits dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperabilidade dos supéravits, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperabilidade da recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, sendo que o risco do ativo dos planos foi atuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentam-se informações resumidas dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.

## c.1) Plano de benefícios de saúde pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de dezembro de 2017, com o custelo de aposentadoria de 2018, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/98 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 30 de setembro de 2018, projetado para 31 de dezembro de 2018. Para a avaliação comparativa, a avaliação atuarial efetuada para os planos de saúde PAMA e Lei nº 9.656/98 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de outubro de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017.

## c.1.1) Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telefônica, a custo compartilhado, patrocina planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Sistel e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custelo é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados ao plano Telefônica BD.

## 3. TAPELÃO DE NOAS - SP/PAULISTANO

continua

Eduardo Silveira Rossetto - Ibope Metrics

Av. SÃO LUIS, 192 Lote 26 - 01240-0000 (11) 3026-0000

S.Paulo, 22 JUL. 2019

R\$ 3,00

Autenticação

JUÍZ DE FORA - MG

JOÃO CARLOS DUMINGOS - Escrivão

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**c.1.2) Plano de assistência médica - Lei nº 9.659/98**

Em atendimento à Lei nº 9.659/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com suas controladas, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano. Considera-se previsto dos artigos 30 e 31 da referida Lei, seu garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e desligados e seus dependentes. Os aposentados e desligados, para manutenção de seus direitos aos benefícios, devem efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

**c.2) Planos de previdência pós-emprego**

A avaliação atuarial efetuada para o plano de previdência CTB utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2018, projetado para 31 de dezembro de 2018 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017.

A avaliação atuarial efetuada para todos os demais planos de previdência (PBS-A, Telefônica BD, e planos Visão) utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2018, projetado para 31 de dezembro de 2018 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017.

Em 15 de agosto de 2018, a Visão Prev obteve aprovações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") para a incorporação do plano TCO Prev aos planos Visão Telefônica BD. Desta forma, a partir de 1º de novembro de 2018 todos os participantes do plano TCO Prev passaram a ser participantes dos planos Visão Telefônica e Telefônica BD, de acordo com o seu perfil. Esta unificação preserva todos direitos adquiridos, e proporciona aos participantes do plano incorporado acesso aos benefícios dos planos Visão Telefônica e Telefônica BD.

O principal objetivo da cláusula de incorporação é criar maior sinergia dos benefícios oferecidos aos participantes. Os planos de previdência pós-emprego incluem: PBS Assiduados ("PBS-A"), CTB, Telefônica BD e Visão.

**c.2.1) Plano PBS Assiduados ("PBS-A")**

O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebras. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação da aposentadoria dos participantes.

O PBS-A é compromisso por participação solidária entre as empresas que administram o plano, mantendo a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Embora o PBS-A apresente ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

**c.2.2) Plano CTB ("CTB")**

As contribuições aos planos CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela empresa. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

**c.2.3) Plano Telefônica BD**

A Companhia patrocina, individualmente, plano de benefício definido de benefícios previdenciários, o plano Telefônica BD.

Visando promover a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estatístico pela Visão Prev e pelo Willis Watson. Esse estudo visou objetivar verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (Índice de solvência) e o risco de despesa gerado pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício, que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões.

As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

**c.2.4) Planos Visão**

Os planos Visão Telefônica e Visão Multi, por sua similaridade, passarão a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação Visão.

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida, com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano.

As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$39,367 em 31 de dezembro de 2018 (R\$43.702 em 31 de dezembro de 2017).

As contribuições aos planos Visão Telefônica e Visão Multi são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, espontânea e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são elas: super conservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

**c.3) Informações consolidação dos planos de previdência e de outras benefícios pós-emprego****c.3.1) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos**

	31.12.18		31.12.17	
	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	2.011.355	1.313.157	3.324.512	1.861.651
Valor justo dos ativos dos planos	2.999.669	763.325	3.792.994	2.555.573
Passivo (ativo) líquido	(988.314)	549.832	(438.482)	(724.028)
Limitador dos ativos	1.056.682	50.281	1.106.963	791.177
Ativo não circulante	(10.897)	- (10.997)	(9.833)	- (9.833)
Passivo circulante	8.114	11.553	19.667	7.914
Passivo não circulante	71.251	588.560	689.611	69.058
			445.934	515.003

**c.3.2) Total de despesa reconhecido na demonstração dos resultados**

	2018		2017	
	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente				
Juros líquidos sobre o ativo/ passivo atuarial líquidos	6.074	45.892	51.966	5.258
Total	9.008	59.814	68.619	8.302
	3.070	36.931	45.233	

**c.3.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes**

	2018		2017	
	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total
Ganhos (perdas) atuariais	(166.170)	184.527	(1.643)	325.392
Efeito limitador	160.259	(93.125)	95.134	(309.780)
Total	2.083	91.402	93.491	15.512
	155.784	155.784	171.296	

**c.3.4) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (líquido)**

	31.12.18		31.12.17	
	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	67.148	454.957	522.105	54.026
Combinação de negócios	-	-	(12)	680
Despesas no exercício	9.005	59.814	68.619	8.302
Contribuições das patrocinadoras	(9.874)	(5.680)	(15.734)	(10.680)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	2.083	91.402	93.491	15.512
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no final do exercício	68.368	600.113	689.481	67.148
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(10.927)	- (10.997)	(9.833)	- (9.833)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	79.385	600.113	679.478	76.962
	454.957	522.105	531.938	454.957

**c.3.5) Movimentação do passivo de benefício definido**

	31.12.18		31.12.17	
	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido no início do exercício	1.061.651	1.050.576	2.912.227	1.763.866
Obrigações assumidas por aquisição de sociedade	-	-	-	249
Custo do serviço corrente	2.931	13.722	16.653	3.044
Juros sobre o passivo atuarial	173.842	103.617	277.469	181.206
Benefícios pagos	(136.916)	(37.838)	(174.754)	(165.856)
Contribuições de participantes verdes	451	-	451	220
Perdas (ganhos) atuariais ajustados pela experiência	60.126	64.278	144.464	(23.613)
Ganhos atuariais ajustados por premissões demográficas	-	46.122	46.122	(3.320)
Perdas atuariais ajustados por premissões financeiras	29.270	72.680	101.950	96.011
Passivo de benefício definido no final do exercício	2.011.355	1.313.157	3.324.512	1.861.651

**c.3.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos**

	31.12.18		31.12.17	
	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.585.679	726.060	3.311.739	2.703.593
Acervo adquirido por aquisição de sociedade	-	-	-	323
Benefícios pagos	(128.991)	(32.011)	(161.002)	(160.370)
Contribuições de participantes verdes	451	-	451	220
Contribuições de patrocinador verdes	1.949	33	1.982	2.195
Recalcula esperada de juros sobre os ativos dos planos	245.014	70.690	315.704	283.090
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	295.567	(1.447)	294.120	(243.372)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.599.889	763.325	3.762.994	2.585.679

**c.3.7) Movimentação do limitador de ativos**

	31.12.18		31.12.17	
	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total	Planos de benefícios previdênciais de saúde pós-emprego	Total
Limitor dos ativos no início do exercício	791.177	130.440	921.617	993.754
Juros sobre o efeito limitador de ativos	77.246	12.965	98.512	107.140
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	188.259	(93.125)	95.134	(309.779)
Efeito garcido por aquisição de sociedade	-	-	-	62
Limitador dos ativos ao final do exercício	1.056.682	50.281	1.106.963	1.130.440

**c.3.8) Resultados previstos para o exercício de 2019**

	Planos de benefícios de previdência pós-emprego		Planos de benefícios de saúde pós-emprego	
	2.221	8.114	2.355	10.335
Contribuições das patrocinadoras	2.221	-	35	11.559
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	-	35	-	11.559
Total	2.256	8.149	21.973	21.929

**c.3.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2019**

	Planos de benefícios de previdência pós-emprego		Planos de benefícios de saúde pós-emprego	
	7,6	8,5	16,5	18,7
Taxa de desconto a valor presente do passivo de benefício definido	N/A	N/A	10%	10%
Taxa de crescimento salarial futuro	N/A	N/A	9,3%	9,3%
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	N/A	N/A	4,0%	4,0%
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade prevista para a aposentadoria	N/A	N/A	N/A	N/A

## &lt;

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31.12.17

**Planos de previdência pós-emprego****Planos de benefícios de saúde pós-emprego**

Taxa para desconto a valor presente do passivo da benefício definido	Visão: 9,5%
Taxa de crescimento salarial futuro	Telefônica BD e Tcoprev: 9,9%
Taxa de crescimento dos custos médicos	PBS-A: N/A
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	4,3%
Idade prevista para a aposentadoria	N/A

Tábuas de mortalidade de válidos	Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%
PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%
Tábuas de mortalidade de inválidos	Visão: N/A
Tábuas de entrada em invalidez	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: Light-Forte

Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%

Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Lei 8.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)
---	--

Rotaividade	Visão: 10%
-------------	------------

Além das premissas apresentadas nos quadros acima, para 2018 e 2017 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 4,3%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.	Visão: 10%
--	------------

c.3.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior:	Visão: 10%
---	------------

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão, Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.	Visão: 10%
--	------------

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior a que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.	Visão: 10%
---	------------

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:	Visão: 10%
--	------------

Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	1.982.085	1.194.355	3.178.440
Variação observada pela alteração das premissas atuariais	29.270	118.502	148.072

c.3.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais:	Visão: 10%
--	------------

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variação frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação do benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.	Visão: 10%
---	------------

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos:	Visão: 10%
--	------------

Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.934.817	1.219.080	3.153.897
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	2.093.908	1.419.123	3.513.631

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos:	Visão: 10%
--	------------

Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 1%	2.011.355	1.535.641	3.546.996
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 1%	2.011.355	1.135.030	3.146.385

c.3.14) Alocação dos ativos dos planos	Visão: 10%
--	------------

31.12.18	31.12.17
----------	----------

Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
-----------------------------------	---	-------

Passivo de benefício definido, descontado a valor presente da taxa atual	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.934.817	1.219.080	3.153.897
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	2.093.908	1.419.123	3.513.631

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos:	Visão: 10%
--	------------

Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 1%	2.011.355	1.535.641	3.546.996
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 1%	2.011.355	1.135.030	3.146.385

c.3.15) Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:	Visão: 10%
--	------------

Investimentos em renda fixa	2.497.547	702.946	3.200.493
Investimentos em renda variável	177.319	-	199.135
Operações de compromissadas	169.830	-	142.228
Debitáveis	13.487	-	13.209
Letares Financeiros do Tesouro (LFT)	12.536	60.379	4.967
Cotas FIC/Cutros	2.356	-	3.694
Leta do Tesouro Nacional (LTN)	462	-	2.165
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	232	-	1.317
Investimentos em renda variável	138	-	57.781
Investimentos no setor de alimentos e bebidas	17.921	-	32.337
Investimentos no setor de mineração	287	-	1.197
Investimentos em diversos setores da economia (1)	5.822	-	7.124
Investimentos em imóveis	111.417	-	96.525
Emprestimos a participantes	19.312	-	18.346
Investimentos em títulos e outros	743	-	3.753
Investimentos com valor de mercado não cotados em mercado ativo:	1.249	-	1.590
Emprestimos a participantes	1.991	-	1.780
Total	2.999.669	793.325	2.585.673

(1) Investimentos em renda variável nos setores de petróleo; gás e biocombustíveis; telefonia; siderurgia; metalurgia; construção e engenharia; comércio e distribuição; transporte; madeira e papel; educação; serviços financeiros e instituições bancárias; imobiliário, entre outros.	Visão: 10%
---	------------

31.12.18	31.12.17
----------	----------

Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
---	---	-------

Passivos contábeis	2.497.547	702.946
Ativos financeiros	177.319	-
Reconhecimento inicial e mensuração	1.249	-
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), conforme a situação.	Visão: 10%	

a.1) Ativos financeiros	Visão: 10%
-------------------------	------------

Reconhecimento inicial e mensuração	Visão: 10%
-------------------------------------	------------

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), conforme a situação.	Visão: 10%
--	------------

a.2) Passivos contábeis	Visão: 10%
-------------------------	------------

Reconhecimento inicial e mensuração	Visão: 10%
-------------------------------------	------------

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), conforme a situação.	Visão: 10%
--	------------

a.3) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITALE E RISCOS	Visão: 10%
---	------------

a) Políticas contábil	Visão: 10%
-----------------------	------------

a.1) Ativos financeiros	Visão: 10%
<tbl\_info cols="

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 85.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares da reala, exceto quando mencionado de outra forma)

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedge), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permaneçam separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firmar seja cumprido.

Os contratos da Companhia são classificados como hedges de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e do valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

**Hedge de valor justo**

Hedges de valor justo que satisfaçam os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo relânto do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixá de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuído ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for batido, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firmar não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequentemente no valor justo do compromisso firmar atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

**Classificação entre circulante e não circulante**

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando um instrumento financeiro derivativo como hedge econômico (e não aplicar contabilidade de hedge), for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, será classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente. Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como hedge eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento financeiro derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

**b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem alterar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

**c) Instrumentos financeiros derivativos**

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteger o risco cambial de movimentações de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de débitos e direcionamento de fluxos de caixa. Indicados no IPCA a proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela de dívida com o BNDES. Não há instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (não eficazes).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de hedge (hedge accounting), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de hedge accounting. Essa contabilidade de hedge se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possui contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos estabelecidos com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

**c.1) Valores justos dos instrumentos financeiros**

O método de valorização utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e fazendo a valorização presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas no CDI foi adotada a convenção exponencial 262 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como swaps, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

	Consolidado		
	Efeito acumulado do valor justo	Valor de referência	Valor a receber (a pagar)
	31.12.18	31.12.17	31.12.18
<b>Contratos de swaps</b>			
<b>Ponta Ativa</b>			
Moeda estrangeira	1.184.054	1.131.056	95.533
IUR\$ (1) (2)	335.194	328.119	50.538
EUA (2)	241.332	201.445	24.600
LibOR US\$ (1)	51.971	11.000	449
Taxo: pós-	41.891	113.704	25.928
CDI (1) (2)	699.595	657.988	53.317
TJLP (4)	554.336	263.518	-
Índices de inflação	145.259	394.350	7.737
IPCA (3) (5)	149.275	197.039	37.260
IPM (6)	-	30.264	-
<b>Ponta Passiva</b>			
IUR\$ (2)	(1.184.054)	(1.131.056)	(39.383)
CDI (1) (2) (3) (4) (5) (6)	(508.782)	(860.696)	(24.915)
Moeda estrangeira	(575.282)	(320.370)	(14.467)
US\$ (2)	(439.103)	(183.824)	(9.395)
EUR (1) (2)	(115.233)	(79.694)	(222)
LIBOR US\$ (1)	(20.946)	(56.852)	(4.849)
Ponta ativa	95.533	164.409	-
Circulante	69.095	87.543	-
Não Circulante	26.468	76.762	-
Ponta passiva	(39.383)	(20.651)	-
Circulante	(16.538)	(5.239)	-
Não Circulante	(22.625)	(15.412)	-
Valores a receber, líquidos	56.150	143.784	-

- Swap de moeda estrangeira (dólar e litor) x CDI (R\$69.576) - operações de swap contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólar da Companhia (valor contábil de R\$98.615).
- Swap de moeda estrangeira (euro e CDI e euro) (R\$69.216) e (dólar a CDI x dólar) (R\$236.365) - operações de swap contratadas com vencimentos até 13 de fevereiro de 2019, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a receber (valor contábil de R\$69.324 em euro) e (valor contábil de R\$239.884 em dólar).
- Swap IPCA x percentual do CDI (R\$40.741) - operações de swap contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico às dívidas devedoras (4ª emissão - 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$41.121).
- Swap TJLP x CDI (R\$187.070) - operações de swap contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$159.789).

- Swap IPCA x CDI (R\$234.666) - operações de swap contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R\$233.690).
- As informações de 31 de dezembro de 2017 referem-se ao swap IGPm x CDI, operações de swap contratadas com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPDI em compromissos regulatórios vinculados à licença 4G. O compromisso da licença 4G foi quitado junto à EAD em 31 de janeiro de 2018 por R\$42.542 (nota 22) e as respectivas operações de swap foram finalizadas nessa mesma data.

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de swap e opções em 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado				
	Vencimento em				
	2019	2020	2021	2022 em diante	(pagar) em 31.12.18
Contrato de swap	48.465	-	-	-	48.465
Moeda Estrangeira x CDI	(14.418)	-	-	-	(14.418)
CDI x Moeda Estrangeira	7.737	-	-	-	7.737
TJLP x CDI	107.42	1.679	1.753	192	14.366
CDI x TJLP	107.42	1.679	1.753	192	56.150

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilização de hedge de valor justo para os seus swaps de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI, IGPm x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorizados pelo seu valor justo.

A ineficiência em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.449 (R\$1.289 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultado positivo e negativo consolidado (líquido) de R\$10.781 e R\$14.985, respectivamente (nota 27).

**c.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia**

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2018.

Operação	Fatores de Risco			Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	Derivativos (Risco valorização EUR)	Dívida (Risco desvalorização EUR)			
Contas a pagar em EUR	(69.218)	(86.522)	(20.747)	(20.747)	(25.934)	(31.121)
Contas a receber em EUR	88.749	110.936	1.216	1.216	133.123	1.824
Exposição Líquida	(1.216)	(1.520)	(80.193)	(80.193)	(80.193)	(80.193)
Hedge (ponta passiva)	234.813	(293.516)	(112.981)	(112.981)	(161.227)	(352.219)
Contas a pagar em US\$	352.866	441.082	5.072	5.072	529.299	7.608
Exposição Líquida	5.072	6.339	-	-	20.458	38.733
Hedge (ponta ativa)	273.712	284.731	273.712	273.712	284.731	284.731
Dividas em UMBND	(96.614)	(95.644)	(96.614)	(96.614)	(95.644)	(95.644)
Exposição Líquida	1.862	1.792	1.792	1.792	1.746	1.746
Hedge (ponta ativa)	152.558	151.975	151.975	151.975	151.402	151.402
Dividas (Risco aumento UMBND)	(937.988)	(937.988)	(937.988)	(937.988)	(936.792)	(936.792)
Exposição Líquida	(785.440)	(785.415)	(785.415)	(785.415)	(785.390)	(785.390)
Hedge (ponta CDI)	(125.631)	(125.695)	(125.631)	(125.631)	(125.754)	(125.754)
Hedge US\$ e EUR (ponta ativa)	(273.712)	(254.731)	(273.712)	(273.712)	(254.731)	(238.133)
Hedge IPCA (ponta passiva)	(98.576)	(98.396)	(98.576)	(98.576)	(98.217)	(98.217)
Hedge UMBND (ponta passiva)	(152.558)	(151.975)	(152.558)	(152.558)	(151.402)	(151.402)
Hedge TJLP (ponta passiva)	(650.477)	(630.797)	(650.477)	(650.477)	(631.506)	(631.506)
Derivativos (Risco queda CDI)	3.8748	4.8435	3.8748	3.8748	5.8122	6.6556
Derivativos (Risco aumento CDI)	4.4370	5.5463	4.4370	4.4370	6.6556	7.5454
Derivativos (Risco aumento TJLP)	3.89%	4.62%	3.89%	3.89%	5.54%	6.34%
IGP-DI	7.54%	9.42%	7.54%	7.54%	11.31%	12.19%
UMBND	7.12%	8.91%	7.12%	7.12%	10.69%	11.53%
UTP-TJLP	0.0756	0.0946	0.0756	0.0756	0.0946	0.1135
CDI	0.0858	0.0820	0.0858	0.0858	0.0984	0.1062
Exposição líquida total em cada cenário	3.8748	4.8435	3.8748	3.8748	5.8122	6.6556
Efeito líquido na variação do valor justo atual	-	-	-	-	20.458	38.733

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

Varável de Risco

UVR\$ (1) - preços de mercado cotados (não ativos) nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 1: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo direta ou indiretamente observável;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais alto é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível;

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 1 e níveis 1 e 2.

**3.º TABELÃO DE NOTAS**

continua

**S. PAULO**

AUTENTICAÇÃO

Eduardo da Silveira Ressureito - Técnico Interno

Av. SÃO LUIS, 192 L. 2024 - 01111-3120-SP/CE

S. PAULO, 22 KH, 2019

SELOS FORNECIDOS

JOÃO CARLOS DOMINGOS - Escriturário

VALIDO SOMENTE PARA FIM DE AUTENTICAÇÃO



continuação



## Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-02 - NIRE: 35.3.0015681-4

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e) **Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo**  
 Os quadros a seguir apresentam a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, considerando as premissas decorrentes da adoção do IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 (nota 2).

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Centrodelegada		Valor justo	
			Saldo contábil	31.12.18	31.12.17	
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		3.275.300	3.681.173	3.275.300	
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	Nível 2	8.246.991	8.413.403	8.246.991	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado		-	2.480	-	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	69.065	85.163	69.065	
<b>Não Circulante</b>						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		76.717	81.472	76.717	
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	Nível 2	426.292	167.682	426.292	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	25.468	76.762	25.468	
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>12.120.793</b>	<b>12.508.135</b>	<b>12.120.793</b>	
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		7.746.133	8.539.844	7.746.133	
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado	Nível 2	1.076.451	1.181.034	1.135.732	
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado		263.754	304.921	263.754	
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		82.840	1.412.174	1.532.427	
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	41.121	312	41.121	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	15.936	4.372	15.936	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	222	735	222	
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		817.908	1.353.532	796.481	
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	341.728	520.421	341.728	
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	465.686	446.144	465.090	
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.049.949	3.068.243	2.866.981	
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	40.010	-	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	22.845	15.412	22.845	
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>13.924.573</b>	<b>17.043.204</b>	<b>13.933.763</b>	
<b>Consolidado</b>						
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil	31.12.18	31.12.17	Valor justo
				31.12.18	31.12.17	31.12.18
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		3.381.328	4.050.328	3.381.328	4.050.328
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	Nível 2	8.304.382	8.588.466	8.304.382	8.588.466
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado		-	2.480	-	2.480
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	69.065	85.163	69.065	85.163
<b>Não Circulante</b>						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		76.934	81.486	76.934	81.486
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	Nível 2	426.252	273.888	426.252	273.888
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	25.468	76.762	25.468	76.762
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>12.284.429</b>	<b>13.168.583</b>	<b>12.284.429</b>	<b>13.168.583</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		7.642.782	7.447.100	7.642.782	7.447.100
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado	Nível 2	1.076.451	1.135.732	1.076.451	1.135.732
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado		263.754	304.921	263.754	304.921
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		82.840	1.412.174	82.840	1.412.174
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	41.121	312	41.121	312
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	16.316	4.504	16.316	4.504
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	222	735	222	735
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		817.908	1.353.532	796.481	1.291.974
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	341.728	520.421	341.728	520.421
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	465.686	446.144	465.686	446.144
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.049.949	3.068.243	2.866.981	2.866.372
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	40.010	-	40.010
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	22.845	15.412	22.845	15.412
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>13.821.922</b>	<b>15.929.592</b>	<b>13.830.792</b>	<b>15.933.941</b>

f) **Gestão de capital**  
 O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital sólida, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.  
 A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve variação nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.  
 A Companhia investiu seu patrimônio líquido em débitos e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia no financiamento do BNDES e ativo garantidor de contraprestação contingente.  
 Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Caixa e equivalentes de caixa	3.391.326	4.050.338
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(6.139.437)	(8.461.841)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	58.150	143.754
Aplicações financeiras em garantia à dívida	12.473	11.722
Ativo garantidor da contraprestação contingente	456.686	446.144
Endividamento líquido	2.223.860	3.409.883
Patrimônio líquido	21.607.027	69.461.358
Índice de endividamento líquido	3,11%	5,48%

g) **Riscos de capital e de risco**  
 A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.  
 g.1) **Risco de taxa de câmbio**  
 Há o risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2018, 1,5% da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira (2,7% em 31 de dezembro de 2017). A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos (*hedge cambial*) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$96.615 e R\$225.254 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nessas datas era coberta por posíveis altas ou baixas de *hedge cambial* com swap para CDI.  
 Há também o risco associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo destes direitos e obrigações (US\$1.909 mil e R\$15.624 mil a receber em 31 de dezembro de 2018 e US\$16.953 mil e R\$17.535 mil a receber em 31 de dezembro de 2017) para minimizar seus riscos cambiais.  
 g.2) **Risco de taxa de juros e inflação**  
 Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).  
 A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros do Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional. No primeiro trimestre de 2017, a TJLP era de 7,5%. A partir do segundo trimestre de 2017, a TJLP manteve-se em 7,0% até o final do ano. No primeiro trimestre de 2018, a TJLP era de 6,75%.

6,50% no segundo trimestre de 2018, 6,58% no terceiro trimestre de 2018 e 5,98% no quarto trimestre de 2018. O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão - Minas Comunita, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador. Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$13.175.730 e R\$3.923.539 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

g.3) **Risco de liquidez**  
 O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes modalidades e prazos de realização/liquidacão de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado neste nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado claramente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

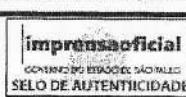
A seguir, apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, que incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

g.4) **Risco de crédito**  
 O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de equipamentos e cartões pré-pagados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle exato da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos a limites e risco de contas inadimplentes cortando o acesso à linha telefônica se a fatura estiver vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidas por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagados pré-avaliados é administrado por uma política conservadora de risco, que inclui a aplicação de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de crédito scoring, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, de cartões fálgicos recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

g.5) **Riscos sociambientais**  
 Nossas operações e procedimentos estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e flora, emissão de gases estufa e poluentes, gastos com resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:24:53.  
 N° de Série do Certificado: 2121938ABD6794C1D4B881C30B737B9C1D3D2F1A  
 [Ticket: 29695312] - www.ImprensaOficial.com.br

Eduardo da Fonseca Rossetti  
 Av. Sá Carneiro, 182 L. 2º andar  
 CEP 01240-000 São Paulo - SP

Edital nº 001/2019 - Edital Interino

S. Paulo, 22 Jul. 2019

SELOS  
POR  
VERDA

RS, 3,68

Autentico a presente nota. Regegrado informe o que deseja.

JOÃO CARLOS DOMINGOS - Executivo

VALIDO SOMENTE COM SEU SELO DE AUTENTICIDADE



continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e futuras, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, termos de incorrer em custos significativos, os quais podem custar de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação das condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não controláveis podem vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de alguns dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 8.665, de 1993, o valor máximo da multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte de funcionários das prestadoras de serviços que, em demandas em fase de prestadora de serviços e da Companhia, pedem a condenação da Companhia de forma subsidiária, ou seja, poderiam ser compelidos a pagar caso a prestadora não arque com essas obrigações. Existe ainda uma possibilidade muito remota de que esses funcionários sejam tratados como diretores por parte da Companhia, o que geraria o risco de uma condenação solidária. As demandas que são de conhecimento da Companhia já estão devidamente provisionadas.

g) Créditos e débitos

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, segundo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 31 de dezembro de 2018, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$850.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e de R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RICO).

## g-7) Outros riscos

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do US Foreign Corrupt Practices Act de 1977, nos Estados Unidos da América. Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos conhecidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, sócios, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação à tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para elas ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia, ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

Em razão das políticas e procedimentos, a Companhia está presentemente conduzindo uma apuração interna, a qual é parte da apuração mais ampla conduzida pela Telefônica, S.A., acionista controladora da Companhia, relacionada a outras violações às legislações supramencionadas. A Companhia está em contato com autoridades governamentais acerca dessa matéria e pretende cooperar com as autoridades à medida em que a apuração continue. Não é possível, no atual momento, determinar o escopo, a duração ou as possíveis consequências da referida apuração.

**44. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa
Saldos em			
31.12.15	Ingressos / Liquidações	Liquidações	
2.195.031	(3.658.551)		
4.880.506	55.876	(2.449.773)	(93.676)
374.428	-	(35.722)	(11.973)
3.554.307	3.000.000	(2.000.000)	(513.937)
(28.377)	-	(159.408)	2.086
414.733	-	-	42.394
<b>Total</b>	<b>11.390.728</b>	<b>3.055.876</b>	<b>8.313.454</b>
	(857.500)		984.400
			584.906
			(389)
			<b>3.569.638</b>
			<b>10.714.203</b>
<b>Saldo em</b>	<b>31.12.17</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.396.116	(4.136.976)	
Emprestimos e financiamentos	3.105.938	(1.533.121)	(207.708)
Arrendamentos financeiros	385.460	(36.576)	(21.231)
Débitores	4.520.739	(1.324.723)	(265.992)
Instrumentos financeiros derivativos	(140.754)	95.993	-
Contraprestação contingente	446.144	-	(8.369)
<b>Total</b>	<b>10.714.203</b>	<b>6.934.104</b>	<b>(494.931)</b>
			<b>532.288</b>
			<b>528.069</b>
			<b>5.313.678</b>
			<b>10.255.203</b>
			<b>Saldo em</b>
			<b>31.12.18</b>
			<b>5.913.678</b>
			<b>4.172.916</b>
			<b>- 2.811.442</b>
			<b>- 993.027</b>
			<b>- 3.173.910</b>
			<b>- (56.150)</b>
			<b>- 465.686</b>
			<b>Saldo em</b>
			<b>31.12.19</b>
			<b>5.913.678</b>
			<b>4.172.916</b>
			<b>- 2.811.442</b>
			<b>- 993.027</b>
			<b>- 3.173.910</b>
			<b>- (56.150)</b>
			<b>- 465.686</b>

## b) Principais transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos financeiros e ingressos de financiamentos com fornecedores, conforme apresentado a seguir:

	Controladora/Consolidado	2018	2017
Ingressos de financiamentos com fornecedores	31.12.16	31.12.17	
Aquisição de ativos por meio de arrendamentos financeiros	506.397	571.444	
Total	18.672	13.452	
	<b>525.059</b>	<b>584.906</b>	

## c) Principais transações que envolvem caixa e equivalentes de caixa

A demonstração de resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contempla os efeitos da adoção da IFRS 15. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, apresentamos a seguir as demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 15.

	2018	2017
DRE 2018	Ajustes	DRE 2016
(IFRS 15)	IFRS 15	(IAS 18)
34.462.749	43.447.990	43.206.932
(21.025.767)	(21.025.767)	(20.772.530)
<b>Total</b>	<b>22.436.973</b>	<b>22.422.223</b>
Despesas gerais e administrativas	(12.827.189)	(13.052.023)
Despesas com comercialização	(71.234)	(13.136.474)
Outras despesas operacionais	(2.589.370)	(2.598.870)
Curtas receitas operacionais	4.077.003	4.077.003
Outras despesas operacionais	(1.626.081)	(1.626.081)
<b>Total</b>	<b>(11.866.688)</b>	<b>(11.866.688)</b>

**DIRETORIA**

Christian Mauad Gebara  
Diretor Presidente  
David Melcon Sanchez-Friera  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira  
Secretário Geral e Diretor Jurídico

Carlos César Mazur  
Contador - CRC - 1PR-028067

**PAREcer DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederão ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro do Resultado do exercício social de 2018 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Flávio Stamm - Conselheiro Fiscal (efetivo)

Clementino Medina Neto - Conselheiro Fiscal (efetivo)

Charles Edwards Allen - Conselheiro Fiscal (efetivo)

**PAREcer DO COMITÉ DE AUDITORIA E CONTROLE**

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederão ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro do Resultado do exercício social de 2018 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a aprovação dos referentes documentos pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil

José Maria Del Rey Osorio  
Presidente do Comitê de Auditoria e Controle

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019.  
Antônio Gonçalves de Oliveira  
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

Narciso Serra Serra  
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

**ImprensaOficial**  
SOCIEDADE EDITORIAL SÃO PAULO  
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:32:06.  
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F6793671A5B98E81155C319BC912C6E  
[Ticket: 2985317] - www.ImprensaOficial.com.br

E  
S. PAULO  
22 JUN. 2019  
S. PAULO  
PORATO  
R. 3,60  
Autentico  
JOÃO CARLOS DOMINGOS - Escritório  
VALIDO SOMENTE CTRM RELÓ DE AUTENTICIDADE

EDUARDO SILVA RESCHKE - Técnico Interno  
Av. SÃO LUIS, 152 L. 2901-0000  
S. PAULO - SP  
113330  
AUTENTICAÇÃO  
AU1064AY0469252

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.568.157/0001-02 - NIRE: 85.3.0015881-4

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2018"), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2019, incluindo o relatório da execução do orçamento de 2018 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2018 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as possibilidades patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e deliberam o encaminhamento de tais documentos para aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019.

Eduardo Navarro de Carvalho  
Presidente do Conselho de Administração  
Julio Esteban Linares Lopez  
Conselheiro de Administração  
Antonio Gonçalves de Oliveira  
Conselheiro de Administração

Antonio Carlos Valente da Silva  
Conselheiro de Administração  
José María Del Ray Osorio  
Conselheiro de Administração  
Luís Miguel Gilpérez Lopez  
Conselheiro de Administração

Luz Fernando Furlan  
Conselheiro de Administração  
Francisco Javier de Paz Mancho  
Conselheiro de Administração  
Christian Mauad Gebara  
Conselheiro de Administração

Sonia Júlia Sulzbeck Villelaobas  
Conselheira de Administração  
Roberto Oliveira de Lima  
Conselheiro de Administração  
Narciso Serra Serra  
Conselheiro de Administração

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**Aos Administradores e Acionistas  
Telefônica Brasil S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. e da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e do Consolidado não apresentaram mudanças significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, assim como nossas abordagens de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àsqueles do ano anterior, exceto pela inclusão do PAA relacionado ao ganho decorrente do reconhecimento de impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, por se referir a um evento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

**Porque é um PAA**

Provisão para contingências tributárias e regulatórias

De acordo com a Nota 19 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas tributária e regulatória, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas tinham assuntos em discussão em diversas esferas, nos montantes de R\$16.055.029 mil e de R\$7.141.352 mil, respectivamente, das quais R\$1.851.897 mil e R\$ 1.022.216 mil, respectivamente, encontravam-se provisões por apresentarem prognóstico de perda provável, como avaliado por sua administração e com base na posição de seus assessores jurídicos. Considerando a complexidade do ambiente tributário e regulatório, a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas mencionadas discussões, queimou-se grande parte do tempo da auditoria, podendo ser relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação dessas contingências foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

**Reconhecimento de "receita não faturada"**

Conforme a Nota 24 às demonstrações financeiras, o reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente significativo, tendo em vista que envolve sistemas complexos de faturamento, com processamento de grandes volumes de dados e diferentes portfólios de produtos com variações de preços a partir dos diferentes planos e ações de marketing.

Adicionalmente, neste contexto, as receitas são reconhecidas mensalmente, quando há ingresso de benefícios econômicos, existindo a parcela faturada a parcela não faturada, e a estimativa dos serviços prestados entre a data de faturamento final e o final da mesma identificadas, processadas e reconhecidas dentro de mês em que o serviço foi prestado. Assim, as "receitas não faturadas" - registradas contabilmente no mês em que os serviços foram prestados - são estornadas no mês seguinte quanto ao efetivo faturamento e um novo cálculo para a mensuração das "receitas não faturadas" relativais à prestação de serviço daquele mês corrente é efetuado, e assim sucessivamente ao longo do exercício.

Eventual deficiência nos controles internos que possa acentuar inconsistência no cálculo dessa estimativa, pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, sendo considerada, dessa forma, área de foco de nossa auditoria.

**Porque é um PAA**

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluiram:

- Atualização de nosso entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação e registro/divulgação de contingências.
- Orientação de confirmação junto aos assessores tributários e regulatórios para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a supervisão avaliada pela administração dos valores e as probabilidades de perda.
- Para processos tributários e regulatórios relevantes, com interpretações mais subjetivas e complexas, obtenção de segunda opinião, por meio da administração, da avaliação de especialistas renomados e independentes em relação às causas quanto aos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa.
- Nos reunimos com a administração para discutir e analisar, quanto possível, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.
- Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.

**Quatro assuntos****Demanda pelo Valor Adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Procedimento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido de auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não fomos nenhuma vez requeridos a comunicar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e de governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Porque é um PAA****Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Ambiente de controles internos e de tecnologia da informação

A Companhia atua na exploração de serviços de telecomunicações e desenvolvimento das atividades necessárias para a execução desses serviços, fornecendo serviços em: (i) Serviço Telefônico Fixo Consultado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), comunicação de dados, inclusive Internet em banda larga; (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); e (iv) TV por assinatura (serviço de acesso condicionado ("SEAC")) em todo o território brasileiro, através de concessionárias autorizadas, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas ("PGO"). Nesse contexto, a Companhia é altamente dependente da sua estrutura de Tecnologia da Informação, com processamento de um grande volume de transações decorrentes de suas operações. A estrutura de Tecnologia da Informação da Companhia, devido ao seu histórico de operações e porte das suas operações, é uma das maiores, por mais de um ano, com processos distintos e hierárquicos, e apresenta um robusto sistema de controles internos, capaz de permitir à sua administração pleno monitoramento das operações diárias, incluindo o acompanhamento e compilação de informações quantitativas físicas, financeiras e fiscais decorrentes dos serviços prestados.

Essa área foi foco de nossa auditoria porque observamos a existência de diversos controles manuais e automatizados em operação, grande volume de acesso aos sistemas e determinação de segregação de função de forma descentralizada. A avaliação da efetividade desses processos e controles é determinante no processo de auditoria e na definição da abordagem pretendida para obtenção do conforto necessário. Quando o auditor acha que os processos podem, eventualmente, causar um processamento incorreto de informações e, consequentemente, resultar na apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

**Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado**

Conforme Nota 8, 26 e 27 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou crédito fiscal no montante de R\$6.312.880 mil, resultado de processos judiciais que ocorreram em 2016, a favor da Companhia e de suas controladas, Telefônica Data S.A. Os referidos processos judiciais reconhecem o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações.

Os referidos processos judiciais reconhecem o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações. A Recife Federal do Brasil, na temor das suas controladas, alega que o artigo 13 da Lei nº 13.670/18, iniciou processo de fiscalização com o objetivo de homologar os referidos créditos, vedando desta forma a compensação dos créditos, até que este processo de fiscalização seja concluído. A administração da Companhia vem tomando as ações necessárias, incluindo a elaboração de um plano de ação para minimizar a compensação dos créditos.

A Companhia tem outros três processos judiciais de mesma natureza em andamento (incluindo processos das sociedades que já foram incorporadas), considerados como avulsos contingentes, que abrangem diversos períodos entre dezembro de 2001 e junho de 2017. Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da sua complexidade, da relevância dos valores envolvidos e da existência de julgamento crítico em relação ao momento reconhecimento dos créditos tributários e sua correspondente classificação nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

**Quatro assuntos****Demanda pelo Valor Adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Procedimento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido de auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não fomos nenhuma vez requeridos a comunicar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e de governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Conduzida da nossa especialistas tributários, estamos a leitura das decisões e avaliações e discutimos com a administração, as conclusões obtidas pela Companhia, fundamentada também em opiniões de especialistas renomados e independentes, para o adequado momento de reconhecimento do crédito tributário decorrente das decisões favoráveis à Companhia quando do trânsito em julgado, bem como o seu valor.
- Otimizamos a auditorias os cálculos preparados pela Companhia, com auxílio de especialistas contratados pela administração, para mensurar os valores dos impostos a recuperar e a correspondente apropriação da taxa aplicável para o período objeto da ação judicial.
- Entendemos e avaliamos dos controles internos relevantes ao processo de revisão e aprovação da mensuração do ativo.
- Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em Nota Explanativa.

Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração da Companhia, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.

**Imprensa Oficial**CONCESSIONÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:32:19.  
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A  
[Ticket: 29865323] - www.ImprensaOficial.com.br

Eduardo do Nascimento

Av. SÃO JOSÉ, 192 L. 23º Andar

S.Paulo - SP - 01046-000

S.P

continuação

**Telefônica****Telefônica Brasil S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não será que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tem uma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários lidas com base nas informações demonstradas financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, confundir, falsificar, omitir ou representar falsas intencionais.
- Optemos enfatizado dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em

nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Chtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Desse assunto que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos da auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019

**PwC**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/0-5

Sérgio Eduardo Zamora  
Contador CRC 1SP168728/C-04

**S. Magalhães S.A. Logística em Comércio Exterior**

CNPJ nº 58.130.091/0001-00

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ficando esta Diretoria à disposição para quaisquer esclarecimentos A Diretoria.

ATIVO	Consolidado		PASSIVO	Consolidado		Demonstração do Resultado	Consolidado		
	2018	2017		2018	2017		2018	2017	
Circulante	11.354.443	8.142.916	21.552.237	13.425.493		Receita Operacional	2018	2017	
Disponibilidades	1.423.593	726.258	1.577.197	921.051		Bruta	56.311.482	52.627.951	
Contas a Receber	2.697.135	481.840	3.475.733	1.592.499		(+) Impostos	6.022.884	16.604.263	
Clientes	6.885.415	4.598.347	16.139.433	10.565.617		Receita Operacional	53.859.014		
Tributos a Compensar	348.200	338.471	369.954	1.592.499		Líquida	49.344.471	46.604.977	
Mo. Circulante	24.837.195	24.741.015	31.138.998	29.556.844		(-) Custos Operacionais	13.173.701	608	
Valores em Litígio	3.074.421	2.742.988	3.389.859	2.908.500		(-) Despesas Operacionais	30.382.892	23.038.220	
Recursos Trabalhistas	410.247	365.291	1.200.300	1.399.620		Bruto	7.157.196		
Estoque Fiscal Diferido	0	0	3.201.773	3.274.774		(-) Despesas Administrativas	13.360.013	21.180.466	
Títulos e Valores Mobiliários	4.942.709	2.551.229	9.742.000	2.561.229		Sociais e Tributárias	68.302.054	63.461.134	
Investimentos	6.165.437	8.821.826	12.029.030	3.029.925		(-) Despesas	629.501	831.774	
Imobilizado	9.655.110	9.697.032	12.703.256	12.522.234		Financeiras	1.561.749	2.351.916	
Intangível	349.271	302.841	384.735	339.635		(-) Outras Receitas e Despesas	338.345	110.614	
<b>TOTAL</b>	<b>35.991.640</b>	<b>32.883.931</b>	<b>52.700.405</b>	<b>41.903.335</b>		Bruto	<b>75.690.167</b>	<b>64.887.248</b>	
Demonstração de Fluxo de Caixa - Método Indireto									
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.169.510	1.191.956	1.831.278	(1.726.000)		Antes do IR/CSL	2.249.413	1.787.754	
Lucro líquido do exercício	1.569.510	1.191.956	1.831.276	(1.726.000)		(-) Provisão para IR e CSL	679.903	575.799	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido no caixa gerado pela atividades	3.044.666	385.667	99.124	2.036.170		(+) Provisão Projícuo Fiscal	1.665.256	575.799	
Depreparações	629.501	631.774	1.961.749	2.351.915		(-) IR/CSL	0	0	
Ganhos Perda de Capital da Venda do Imobilizado	35.475	0	94.752	22.500		(+) Processos Trabalhistas	0	1.122.344	
Patrimonial	2.056.189	0	0	0		Contingência	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>35.991.640</b>	<b>30.883.931</b>	<b>52.700.405</b>	<b>41.903.336</b>		Resultado Líquido do Exercício	<b>1.569.510</b>	<b>1.191.956</b>	
Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido/2018									
Capital	Reserva	Resserv.	Até o final do Exercício	Capital	Reserva	Total	Capital	Reserva	
Sociais	de Lucros	de Lucros	do Exercício	Sociais	de Lucros		Sociais	de Lucros	
Saldo 31/12/17	2.812.600	14.013.380	1.191.855	40.000	17.817.355		Saldo 31/12/17	2.812.600	
Resultado 2017			1.191.855		0		(+) Resultado Líquido do Exercício	1.569.510	
Reservas					2.728.000		Resul. Attribuivel aos Controladores	0	
Resultado 2018							Resul. Attribuivel aos Non Controladores	0	
Saldo 31/12/18	2.812.600	17.933.335	1.569.510	(400.000)	17.931.455				
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2018 (Valores expressos em Reais).									
1. Contexto operacional: A S. Magalhães S.A. Logística em Comércio Exterior, tem como objetivo a prestação de serviços no mercado interno, as atividades de Distribuição Adiuvante, Terminais de Containers e Armazéns Gerais. Sua controlada Essemaga Logística e Transportes Ltda, tem como objetivo principal a prestação de serviços de Transportes Rodoviários de Cargas. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como controladora e consolidadas) a Sociedade elaborou de acordo com os critérios contábeis adotados no Brasil os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Conselho de Pronunciamento Contábil - CPC, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária vigente. 3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas: a) Ajuste de Resultados: As despesas e receitas foram apropriadas pelo regime de competência. b) Ativo Circulante e não Circulante: Demonstrado pelos valores de realização e quando aplicável, acrescido das variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício. c) Passivo Circulante e não Circulante: Demonstrado pelos valores contábeis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício, levando-se em consideração a legislação vigente e as cláusulas contratuais. d) Impostos e Contribuições: São reconhecidas obedecendo ao princípio da Competência. O regime adotado para a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro é o Lucro Real, cujas alíquotas incidem sobre o resultado apurado. 4. Capital Social: O Capital Social é de R\$ 2.812.600,00 dividido 2.812.600 ações ordinárias nominativas. 5. Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor e provisionadas em obediência ao regime de competência.									
do pelo custo corrigido monetário, relativamente aos bens adquiridos até 31/12/1955 e pelo custo de aquisição dos bens adquiridos após esta data. As depreciações e amortizações acumuladas estão calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil dos bens. d) Passivo Circulante e não Circulante: Demonstrado pelos valores contábeis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício, levando-se em consideração a legislação vigente e as cláusulas contratuais. e) Impostos e Contribuições: São reconhecidas obedecendo ao princípio da Competência. O regime adotado para a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro é o Lucro Real, cujas alíquotas incidem sobre o resultado apurado. 4. Capital Social: O Capital Social é de R\$ 2.812.600,00 dividido 2.812.600 ações ordinárias nominativas. 5. Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor e provisionadas em obediência ao regime de competência.									
A Diretoria									
José Antonio Gotti									
TC - CRC - ISP082825/02-02									

**Companhia Agrícola São Bento da Esmeralda**

CNPJ/MF nº 56.972.953/0001-00

Balanços Patrimoniais		Demonstrações Contáceas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2017 (Valores em R\$ 1.000)	
Ativo	31/12/2018	31/12/2017	
Circulante	11.670.271,21	6.932.568,00	
Caixa e Bancos	1,00	1,00	
Aplicações Financeiras	141.844,59	80.985,75	
Outros Créditos	1.607.161,51	1.145.884,11	
Outros Valores a Receber	9.921.564,14	5.705.514,14	
Não Circulante	75.639.369,67	94.686.549,46	
Investimentos: Ações em Outras Empresas	75.639.369,67	94.686.549,46	
Total do Ativo	87.309.640,88	101.818.944,86	
Passivo	31/12/2018	31/12/2017	
Circulante	1.636.499,66	998.869,18	
Fornecedores	15.913,514	5.200,00	
Empréstimos e Financiamentos	225.000,00	187.000,00	
Obrigações Fiscais/Sociais	1.313.616,11	724.808,16	
Outras obrigações	81.880,01	81.880,01	
Passivo Não Circulante	13.390.033,92	9.284.533,92	
Obrigações a Longo Prazo	13.390.033,92	9.284.533,92	
Patrimônio Líquido	72.283.197,34	91.335.524,75	
Capital Social	44.000.000,00	44.000.000,00	
Reserva Legal	1.159.793,15	1.159.793,15	
Reserva de Lucros	50.590.107,90	38.883.107,90	
Lucros/Prejuízos Exercício Anterior	7.292.623,70	13.063.123,98	
Lucros/Prejuízos Exercício	(19.052.327,45)	(5.770.500,28)	
Total do Passivo	87.309.640,88	101.618.944,86	
Luiz Fernando Martins Castro - Diretor			
Sueli Batista Filho - Contador CRC 261.936/0-B			
Imprensa Oficial			
CONSELHO DE SAÚDE DA SAOPAULOGIA			
SELO DE AUTENTICIDADE			

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/02/2019 07:16:37.  
Nº Série do Certificado: 2121938AB6794C1D4B881C30BF37B9C1D32F21A  
[Ticket: 29895328] - www.imprensaoficial.com.br

impressa oficial  
CONSELHO DE SAÚDE DA SAOPAULOGIA  
SELO DE AUTENTICIDADE



# TELEFÔNICA BRASIL S.A.

## BALANÇO PATRIMONIAL

C.N.P.J. nº 02.558.157/0001-62

Em 31 de dezembro de 2018  
(em milhares de reais)

### ATIVO

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Caixa e Equivalentes de Caixa	3.275.300	Circulante	17.164.957
Estoques	460.800	Não Circulante	13.662.292
Circulante - Outros	14.505.274	Patrimônio líquido	71.607.027
Não Circulante	7.379.263		
Investimentos, Imobilizado e Intangível	76.813.639		
Total do ativo	<u>102.434.276</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>102.434.276</u>

## ÍNDICES

Liquidez Imediata	0,19	Caixa e Equivalentes de Caixa
		Passivo Circulante
Liquidez Corrente	1,06	Ativo Circulante
		Passivo Circulante
Liquidez Seca	1,04	Ativo Circulante - Estoques
		Passivo Circulante
Liquidez Geral	0,83	Ativo Circulante + Não Circulante
		Passivo Circulante + Não Circulante
Solvência Geral	3,32	Ativo Total
		Passivo Circulante + Não Circulante
Grau de Endividamento	0,43	Passivo Circulante + Não Circulante
		Patrimônio Líquido
Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais	0,30	Passivo Circulante + Não Circulante
		Ativo Total
Quociente de Origem de Recursos a Longo Prazo	0,84	Patrimônio Líquido
		Patrimônio Líquido + Passivo não Circulante
Garantia de Capital de Terceiros	2,32	Patrimônio Líquido
		Passivo Circulante + Não Circulante

Capital Social Integralizado em 31/12/2018: R\$63.571.415.865,09

Patrimônio Líquido em 31/12/2018: R\$71.607.027.631,94

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

Carlos César Mazur  
Contador  
CRC 1PR-028067

